



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 6 | Junho 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Junho de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Junho.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	23
Artigos	29
Em Análise	31
Evolução da Balança Comercial Portuguesa dos Produtos da Fileira Florestal	31
Entrepreneurship in Portugal: Comparison between the World Bank Data and Quadros de Pessoal	38
Ensaio	51
O Licenciamento Industrial	51
Iniciativas e Medidas Legislativas	65
Abreviaturas Utilizadas	73

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * A situação da economia mundial continua a dar sinais de recuperação no 2.º trimestre apesar da persistência da incerteza nos mercados financeiros internacionais, reflectindo as preocupações acerca da dívida soberana de alguns países da área do euro.
- * Nos EUA, os indicadores de confiança da indústria e dos serviços para o 2.º trimestre evoluíram favoravelmente. Os dados quantitativos (vendas a retalho e produção industrial) apresentaram, também, uma evolução mais positiva. Em Maio, a taxa de desemprego diminuiu para 9,7% e a taxa de inflação abrandou para 2% (2,2% em Abril).
- * O indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) referente aos meses de Abril e Maio continuou a melhorar, com destaque para a confiança dos empresários da indústria e dos serviços. Em Abril, a taxa de desemprego subiu para 10,1% na AE (10% em Março) e a taxa de inflação homóloga da AE, aumentou para 1,6% em Maio (1,5% em Abril).
- * As taxas de juro a 3 meses continuaram a aumentar ligeiramente nos meses de Maio e Junho tanto na área do euro como nos EUA. Enquanto, as taxas de juro de longo prazo diminuíram em Maio, quer na área do euro quer nos EUA, face ao mês precedente.
- * O preço spot do petróleo *Brent* diminuiu em Junho, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 21, apresentado um valor de 75 USD/bbl (62€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB registou um crescimento homólogo real de 1,8% no 1.º trimestre de 2010, representando um crescimento de 1,1% face ao trimestre precedente.
- * Na generalidade dos sectores, os indicadores quantitativos disponíveis para a actividade económica evidenciaram uma evolução mais favorável no trimestre terminado em Abril de 2010, face ao trimestre anterior.
- * A informação disponível até Maio, sugere ainda a continuação da recuperação do consumo privado e do investimento.
- * Em Abril, a taxa de inflação homóloga foi de 1,1%, mais 0,4p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,5p.p. abaixo do verificado na área do euro.
- * Até Maio, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 4424,3 milhões de euros, o que representa um agravamento de 66 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 720 milhões de euros, representando uma diminuição de 384,2 milhões de euros face ao período homólogo. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente na execução orçamental de 1035,5 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 124,5 milhões de euros quando comparado com o mesmo período de 2009.
- * No 1º trimestre, a Administração Local, e considerando o universo comparável, registou um défice provisório da execução orçamental de 0,9 milhões de euros, reflectindo uma deterioração de 21,7 milhões de euros face igual período do ano anterior. A Administração Regional apresentou um défice orçamental de 24,4 milhões de euros, isto é uma deterioração de 35 milhões de euros face ao período homólogo.

Comércio Internacional

O Instituto Nacional de Estatística passou recentemente a utilizar uma nova metodologia no cálculo dos dados do Comércio Internacional, tendo revisto a série para o período 1993-2009.

O INE divulga estimativas para o total do Comércio Internacional, elaboradas com base em estimativas abaixo do limiar de assimilação, no comércio intracomunitário, bem como nas não-respostas.

A criação em 2007 da Informação Empresarial Simplificada (IES) veio facilitar o estudo comparativo dos dados do Comércio Internacional com outras fontes, constituindo, juntamente com a informação do IVA, já utilizada desde 2005, importantes fontes para a aferição da qualidade das estatísticas do Comércio Internacional.

Na presente publicação, apenas os dados relativos ao período de Janeiro a Março de 2009 e 2010 estão de acordo com a nova metodologia.

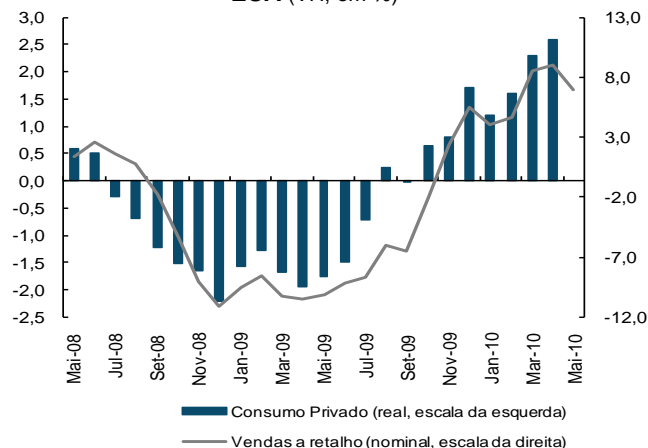
- * Uma **estimativa rápida de dados agregados** do INE, do comércio intracomunitário, para o mês de *Abril de 2010*, aponta para uma taxa de crescimento positiva das saídas de mercadorias (comércio Intra+Extra) no período acumulado de Janeiro a Abril (+15,2%), face a igual período do ano anterior, a par de um acréscimo também das entradas, de menor amplitude (+9,2%), com o défice (Fob-Cif) a decrescer 0,4%.
- * Os dados desagregados do período de Janeiro a Março de 2010, agora divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, correspondem a uma primeira versão, sendo os de 2009, constantes dos quadros, valores implícitos na versão preliminar do ano, já sujeitos a sucessivas correcções. De acordo com os dados disponíveis, no *1º trimestre de 2010*, **excluindo os produtos energéticos**, as saídas de mercadorias aumentaram 8,6% em termos homólogos e as entradas 4,4%. O acentuado aumento verificado nas saídas dos produtos “Energéticos” (+182,5%) está relacionado com a paralisação da refinaria de Sines na 2ª quinzena de Janeiro de 2009, na sequência de um incêndio, tendo voltado a funcionar no final de Fevereiro.
- * No *1º trimestre de 2010* as expedições para o *mercado comunitário* aumentaram 13,1%, cabendo aumentos de 12,8% aos países da UE-15 e de 21,7% aos 12 Países do Alargamento. Destacam-se crescimentos de 16,4% nas expedições para Espanha, o principal mercado de destino das mercadorias portuguesas, de 21,4% para o Reino Unido, de 30,7% para os Países Baixos, de 21,7% para a Bélgica e de 26,4% para a Polónia. As expedições para França cresceram 8,6% e para a Alemanha 6,6%.
- * No mesmo período, as exportações para os Países Terceiros aumentaram 17,7%. De assinalar o incremento das exportações para os EUA (+60,0%), Brasil (+72,6%), China (+45,0%), México (+186,4%) e Turquia (+94,6%), entre outros.
- * Nos *três primeiros meses do ano*, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 10,1% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram positivamente os Bens (+9,6 p.p.) a par de um contributo também positivo por parte dos Serviços (+0,4 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

A economia mundial continuou a recuperar nos últimos meses apesar da persistência da incerteza nos mercados financeiros internacionais associada, em parte, ao aumento do peso da dívida pública na generalidade das economias avançadas. A taxa de inflação mundial aumentou devido aos preços mais elevados das matérias-primas.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

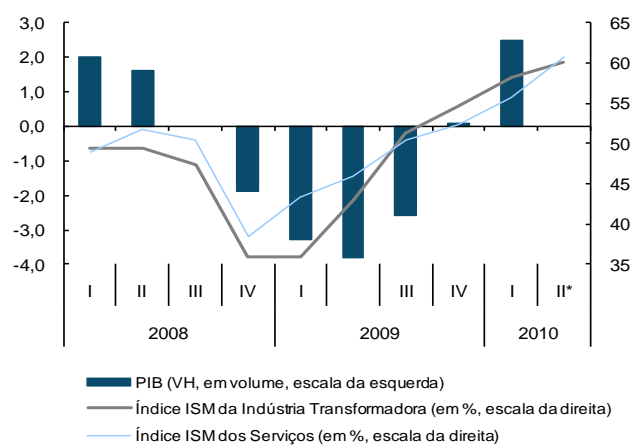
Nos **EUA**, os dados relativos ao 2.º trimestre de 2010 indicam uma evolução positiva dos indicadores de confiança dos empresários e uma nova melhoria dos indicadores quantitativos. De facto, no conjunto dos meses de Abril e Maio, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 7,9% em termos nominais (5,7% no 1.º trimestre);
- a produção industrial subiu para 6,4% (2,3% no 1.º trimestre) e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria progrediu para 74,2% (72,9% no 1.º trimestre);

Em Abril de 2010 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 2,6% em termos reais e as exportações registaram um crescimento de 19,9% em termos nominais (18,9% em Março).

A taxa de desemprego diminuiu para 9,7% em Maio e a taxa de inflação homóloga desceu para 2% (2,2% no mês precedente).

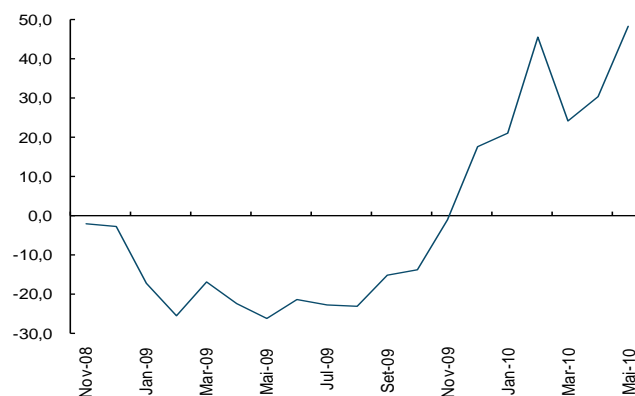
Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade. * Média de Abril e Maio.

Os indicadores disponíveis para a economia da **China** indicam a continuação do fortalecimento do crescimento do investimento e das vendas a retalho. As exportações apresentaram um crescimento robusto, tendo registado um aumento médio, de 39,5%, em termos homólogos nominais no conjunto dos meses de Abril e Maio (30,3% no 1.º trimestre de 2010). A taxa de inflação homóloga subiu para 3,1% em Maio (2,8% em Abril).

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China.

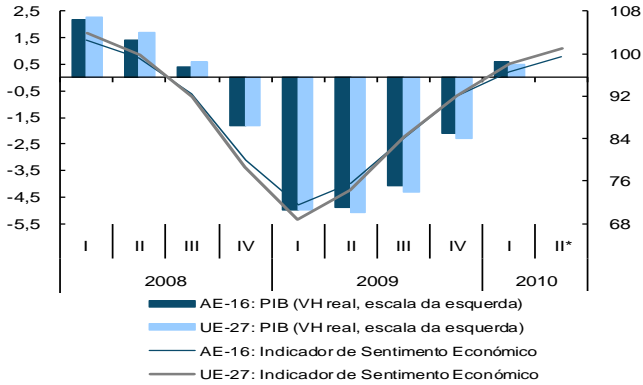
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-EU

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T		1T	Fev	Mar	Abr
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,4	-3,3	-3,8	-2,6	0,1	2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,7	-11,6	-12,9	-9,4	-4,7	2,3	1,9	3,9	5,2	7,6
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	46,2	35,9	43,0	51,4	54,6	58,2	56,5	59,6	60,4	59,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	43,3	46,0	50,4	52,3	55,7	54,8	60,0	60,3	61,1
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	58,3	68,2	68,4	70,2	73,9	73,6	73,6	72,2	73,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	8,2	9,3	9,6	10,0	9,7	9,7	9,7	9,9	9,7
China – PIB real	VH	NBSC	8,7	6,2	7,9	9,1	10,7	11,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-16,0	-20,1	-23,5	-20,5	0,9	30,3	45,7	24,3	30,5	48,5
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,2	-8,6	-6,0	-4,9	-1,4	4,2	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No conjunto dos meses de Abril e Maio de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado sobretudo da melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

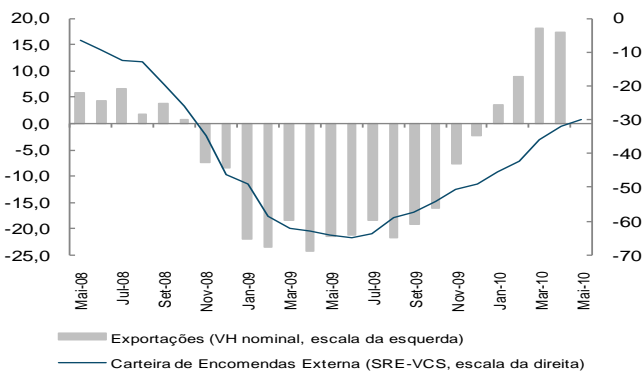


Fontes: CE; Eurostat. * Média de Abril e Maio.
Nota: Em Maio de 2010, os indicadores de confiança apresentam uma quebra de série devido à alteração da classificação das actividades económicas (de NACE Rev.1 para NACE Rev.2).

Em Abril de 2010, os indicadores quantitativos para a área do euro relativos à actividade industrial (produção e exportações) apresentaram um forte crescimento. Em termos homólogos:

- a produção industrial subiu para 9,4% (7,4% em Março);
- as exportações aumentaram 17,4% em termos nominais (18% em Março);
- as vendas a retalho decresceram 1,3% em termos reais (+0,6% em Março).

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

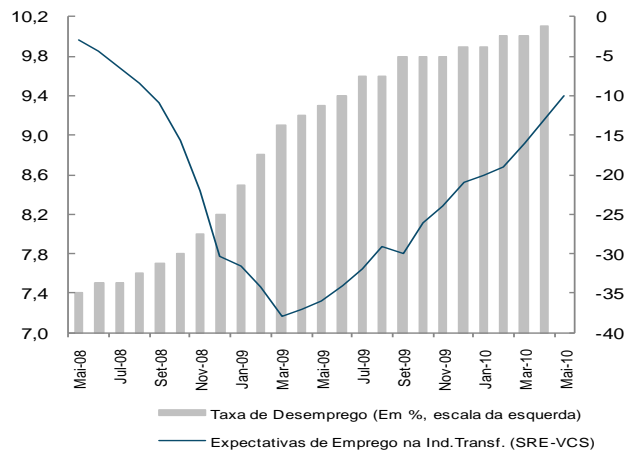
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,2	-5,0	-5,1	-4,3	-2,3	0,5	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	68,8	74,2	84,3	92,2	98,2	97,6	99,8	101,9	100,0
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-5,0	-4,9	-4,1	-2,1	0,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	71,5	75,6	84,1	91,9	96,6	95,9	97,9	100,6	98,4
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,9	-18,1	-18,4	-14,7	-7,5	4,2	4,2	7,4	9,4	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,2	-2,9	-2,4	-2,2	-1,1	0,0	0,0	0,6	-1,3	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	8,8	9,3	9,7	9,9	10,0	10,0	10,0	10,1	:
IHPC	VH	"	0,3	1,0	0,2	-0,4	0,4	1,1	0,9	1,4	1,5	1,6

Em Abril de 2010, a taxa de desemprego subiu para 10,1% na AE (10% em Março) e manteve-se em 9,7% na UE.

Em Maio de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego continuaram a melhorar para a indústria transformadora e para os serviços, enquanto se deterioraram para a construção e comércio a retalho.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Maio de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou ligeiramente para 1,6% (1,5% em Abril). A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados também acelerou para 0,9% (0,8% em Abril).

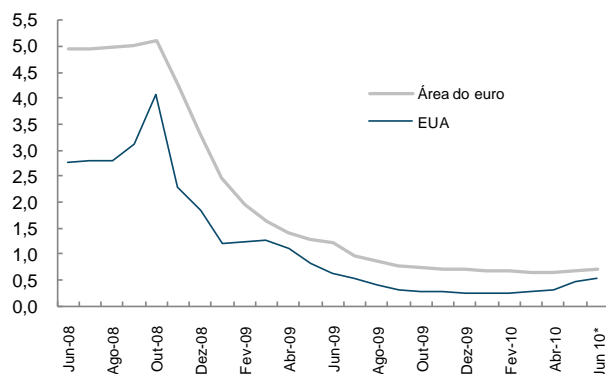
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aceleraram no 1.º trimestre de 2010 para 2,1% em termos homólogos nominais (1,7% no 4.º trimestre de 2009).

No 1.º trimestre de 2010, o emprego do total da economia apresentou uma quebra de 1,2% em termos homólogos na AE (-2% no 4.º trimestre de 2009), acompanhando de um aumento da produtividade, invertendo a tendência de diminuição deste indicador nos últimos trimestres.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo continuaram a aumentar ligeiramente tanto na área do euro como nos EUA, situando-se, em Junho, em média até ao dia 21, em 0,72% e em 0,54%, respectivamente (0,69% e em 0,46%, no mês de Maio, respectivamente).

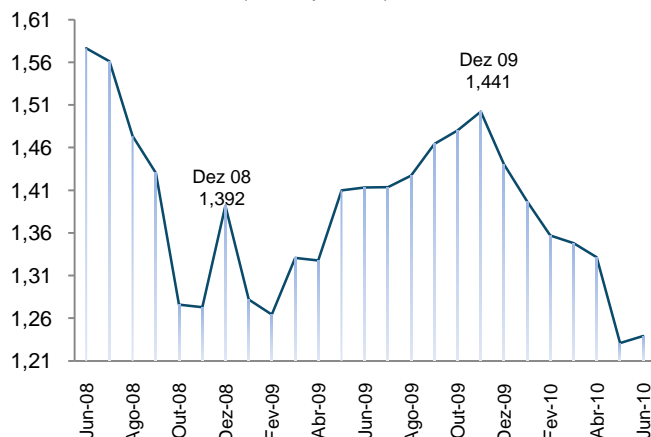
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 21.

Em Maio de 2010, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, tendo este movimento sido mais acentuado para o último caso. Esta evolução resultou, em parte, do aumento das preocupações no mercado financeiro acerca da dívida soberana de alguns países da área do euro.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Junho, o valor é do dia 21.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

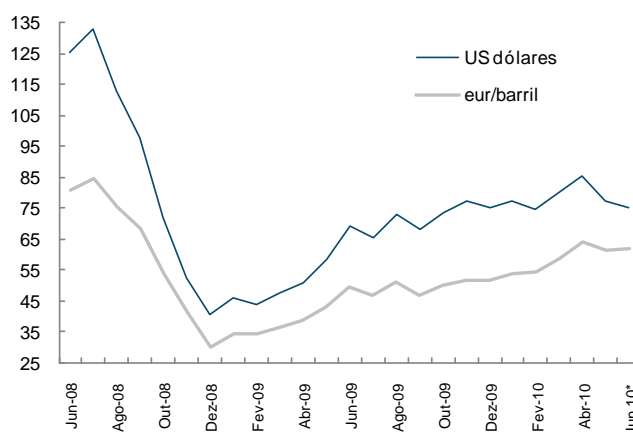
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	1,51	1,10	0,75	0,70	0,63	0,66	0,63	0,66	0,70
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,25	2,74	3,31	3,50	3,45	3,70	3,68	3,72	3,82	3,40
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,84	3,90	3,98	3,79	3,68	3,72	3,74	3,64	3,69	3,54
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,331	1,413	1,464	1,441	1,348	1,357	1,348	1,332	1,231
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	-13,3	11,0	15,0	7,4	4,1	2,6	5,1	1,4	-7,9
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	-15,4	16,0	19,6	3,2	-1,1	-1,8	7,4	-3,9	-7,3
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	45,73	59,58	69,00	75,51	77,22	74,61	79,90	85,64	77,22
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-35,2	-52,8	-50,0	-39,9	37,5	68,9	69,7	68,2	68,4	31,8
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-45,6	-42,8	-36,6	22,4	59,0	58,5	61,8	65,7	43,2
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	45,4	33,7	42,3	48,5	49,3	56,2	54,8	59,0	60,9	63,2

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 e 2010 corresponde à média diária do IGCP.

Em Junho de 2010 e, até ao dia 8, a taxa de câmbio do euro apresentou uma depreciação acentuada face ao dólar, tendo atingido, nesse dia 1,19 (o valor mais baixo dos últimos 4 anos). Porém, no período que se seguiu até ao dia 21, assistiu-se a uma ligeira inversão desta tendência. O enfraquecimento do euro face ao dólar revela que os participantes no mercado não esperam uma redução da incerteza no médio prazo.

Em Maio de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 63,2 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Junho, e até dia 21, o preço do petróleo Brent desceu para se situar, em média, em 75 USD/bbl (62 €/bbl), num contexto de novas tensões nos mercados financeiros.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 21.

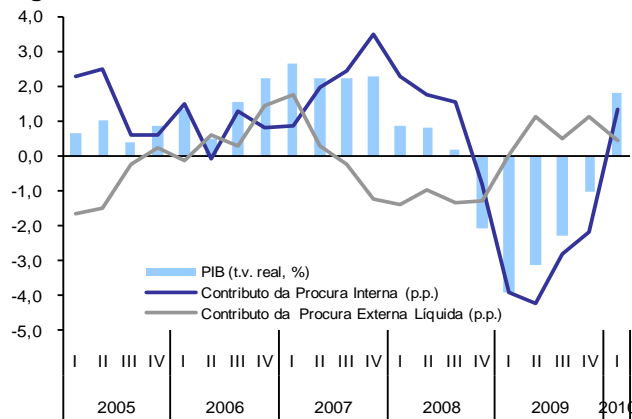
Em Maio de 2010, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou para 18% em termos homólogos (31% em Abril), influenciado pelo abrandamento registado em todas as componentes, com destaque para a quebra dos preços dos produtos alimentares.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB registou um crescimento real de 1,8% (crescimento de 1,1% face ao trimestre anterior), representando uma significativa recuperação face ao ocorrido nos 5 anteriores trimestres. Para este resultado contribuiu a evolução favorável quer do contributo da procura interna quer da procura externa líquida, apesar de menor do que no trimestre anterior.

Figura 2.1. PIB e Indicador de Sentimento Económico

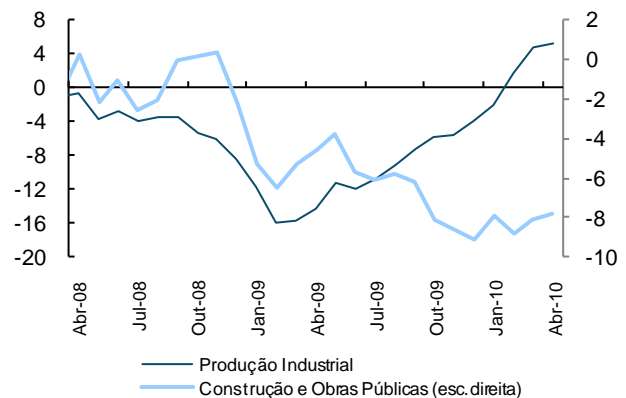


Fontes: INE e CE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em Abril, em termos homólogos, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios aumentaram 5,1% e 11,7%, respectivamente (4,7% e 10,7% no 1.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 7,8% (-8,1% no trimestre precedente);
- os índices de volume de negócios registaram crescimentos de 2,7% e 0,7% nos serviços e no comércio a retalho, respectivamente (1,4% e 0,2% no 1.º trimestre).

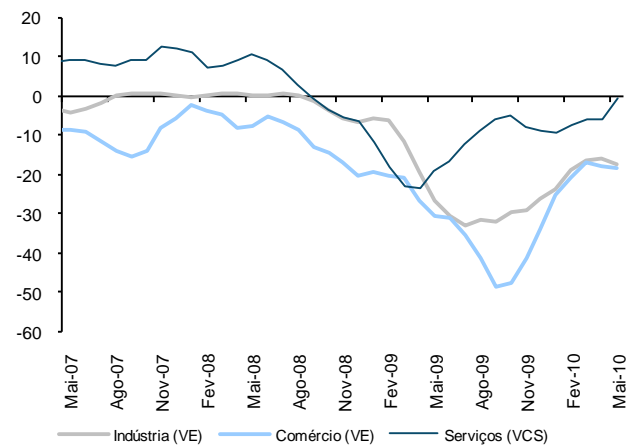
Figura 2.2. Índices de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Maio, com excepção do sector da construção, os indicadores de confiança apresentaram uma evolução favorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

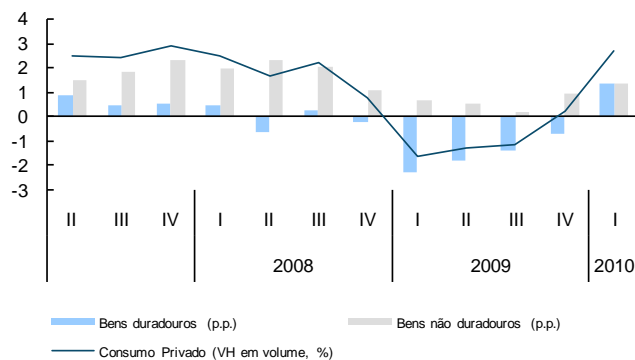
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T		1T	Fev	Mar	Abr
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,6	-3,9	-3,1	-2,3	-1,0	1,8	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,7	71,3	74,0	85,7	86,4	92,9	91,0	95,2	93,8	91,1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-27	-34	-31	-21	-22	-15	-14	-13	-13	-12
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-14	-20	-15	-12	-11	-8	-19	-27	-14	-12
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	-14	-23	-17	-6	-9	-6	-11	-6	-4	-5
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-46	-49	-46	-46	-46	-48	-40	-41	-42	-41
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	-15,8	-11,9	-7,2	-3,9	4,7	6,2	8,1	1,1	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	-23,5	-22,0	-18,1	-6,7	10,7	8,1	16,4	10,2	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-11,8	-13,9	-15,5	-10,6	-7,1	1,4	0,4	4,8	2,5	:

Consumo Privado

O consumo privado registou, durante o 1º trimestre, um crescimento homólogo real de 2,7%, representando uma significativa melhoria face ao trimestre precedente. Esta evolução está associada a uma forte recuperação do consumo de bens duradouros.

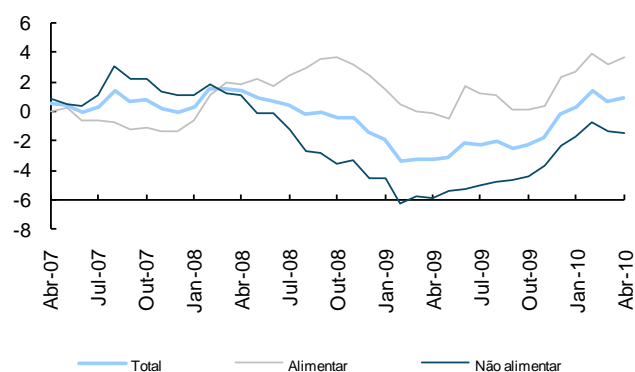
Figura 2.4 Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos (VH)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Abril, o índice de volume de negócios no comércio a retalho manteve do comportamento favorável. Esta evolução foi motivada pela recuperação na das componentes quer dos bens não alimentares quer da componente de bens alimentares.

Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



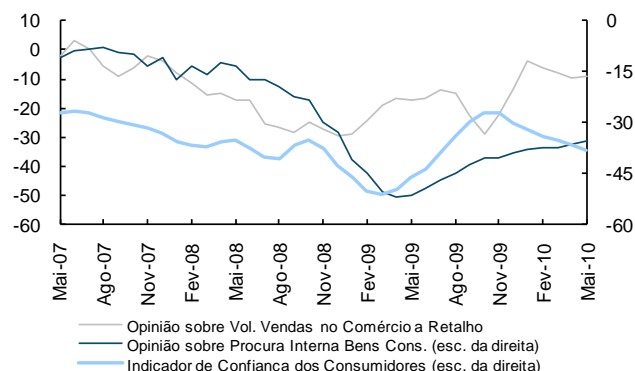
Fonte: INE.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-1,0	-1,6	-1,3	-1,2	0,2	2,7	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-51	-43	-29	-30	-35	-37	-37	-36	-42
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-18	-19	-17	-23	-13	-8	-8	-16	-7	-6
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-2,0	-3,2	-2,1	-2,5	-0,2	0,7	1,2	0,7	0,8	:
Bens alimentares	VH	"	1,0	0,0	1,7	0,1	2,3	3,2	3,6	4,5	3,1	:
Bens não alimentares	VH	"	-4,6	-5,8	-5,3	-4,7	-2,4	-1,3	-0,8	-2,6	-1,3	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	-42,5	-30,2	-16,7	-6,0	69,2	53,1	87,0	32,9	46,7
Importações de bens de consumo***	VH	INE	0,4	-0,1	-1,8	1,7	1,3	-1,0	-6,6	-2,8	5,9	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)

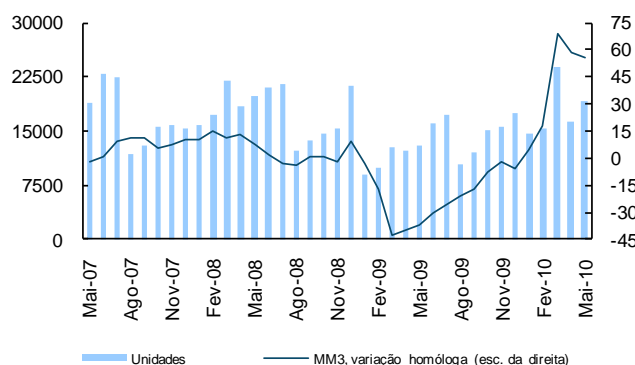


Fonte: INE.

Nos meses de Abril e Maio, a confiança dos consumidores deteriorou-se reflectindo, sobretudo, uma deterioração das perspectivas para a evolução do desemprego, da economia nacional e da situação económica do agregado familiar

Em Maio, o mercado de automóveis ligeiros de passageiros mantém o forte dinamismo que se tem vindo a verificar desde o início do ano. Assim, as vendas de ligeiros de passageiros registaram uma variação homóloga de 46,7%.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros

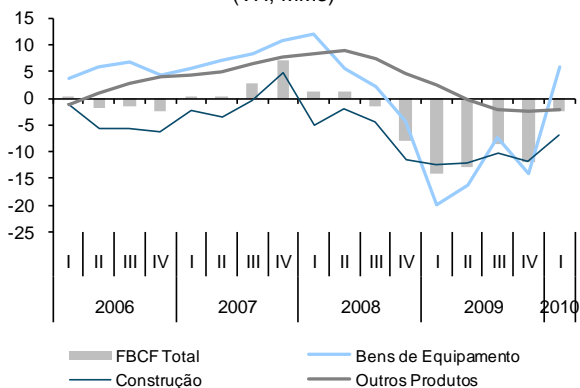


Fonte: ACAP.

Investimento

No 1.º trimestre, a FBCF apresentou uma quebra real de 2,3% (-11,9% no trimestre precedente), de acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE. Para este resultado concorreu uma evolução mais favorável de todas as componentes do investimento.

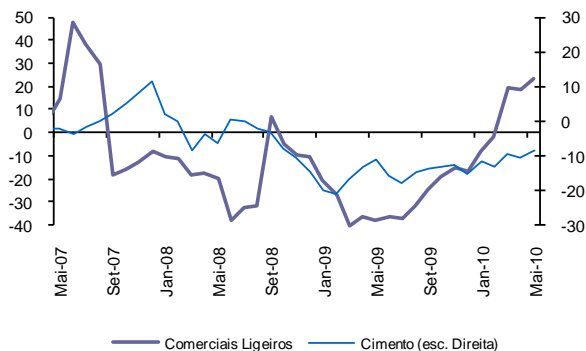
Figura 2.8. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR.

Os dados disponíveis para Abril e Maio sugerem a continuação da recuperação do investimento em material de transporte, uma melhoria do investimento em construção e uma deterioração do investimento em Bens de equipamento, face à evolução dos meses anteriores. Assim, neste período, em termos homólogos:

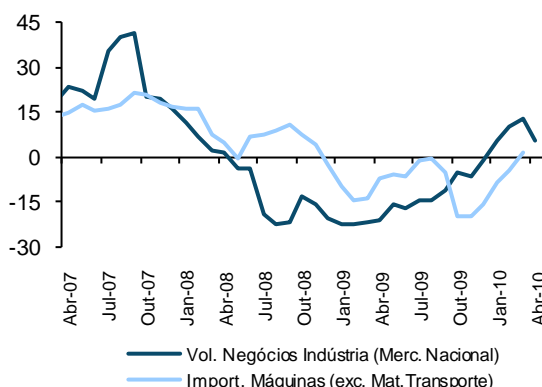
Figura 2.9. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 6,9%, (-9,4% no trimestre precedente);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 25,2% (19,6% no 1.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento mais desfavorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.10. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Abril, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento, em termos homólogos, de 5,7% tendo desacelerado face ao trimestre precedente (13%).

No 1.º trimestre, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram um crescimento, em termos homólogos nominais, de 7,6% (-18,6% no 4.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

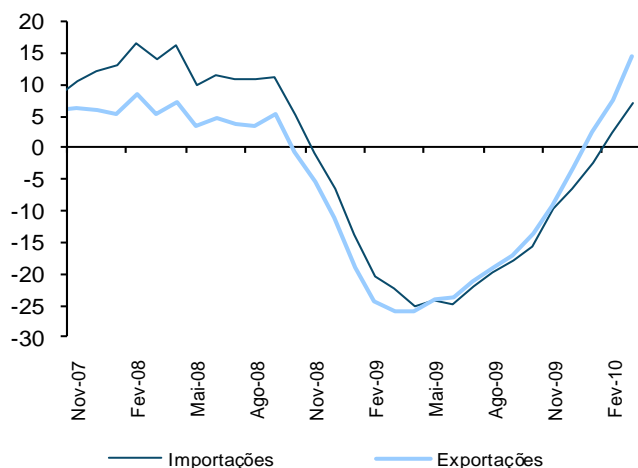
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-11,9	-14,0	-12,8	-8,7	-11,9	-2,3	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-15,6	-16,9	-16,1	-13,8	-15,5	-9,4	-7,3	-8,4	-11,6	-11,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-40,5	-36,5	-25,0	-16,8	19,6	13,7	20,5	20,0	30,5
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-39,4	-38,0	-47,0	-23,3	-48,7	-36,0	-32,7	-28,7	-5,5	-13,0
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-37	-44	-43	-33	-27	-52	-24	-46	-35	-36
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-38,9	-47,3	-47,7	-38,8	-21,7	-19,4	-6,6	-20,9	0,0	
Importação de Bens de Capital**	VH	INE	:	-14,0	-6,7	-5,0	-16,0	16	-5,2	8,4	:	
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-12,7	-21,5	-17,3	-11,0	-1,3	10,0	28,7	28,7	1,1	

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em Abril de 2010, os fluxos de comércio internacional continuam a apresentar um comportamento de recuperação face às quedas pronunciadas registadas no ano passado. Em particular, as exportações apresentam uma variação homóloga mensal de 20,1% e as importações cresceram 16,8%.

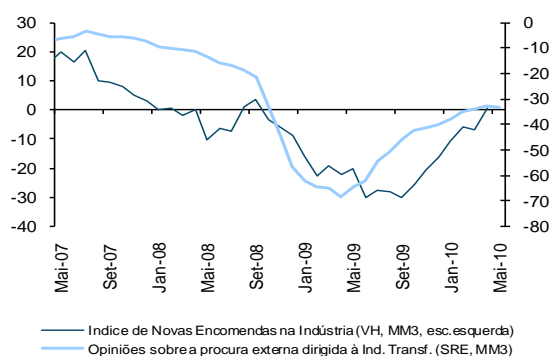
Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Esta evolução do comércio internacional, em particular a dinâmica das exportações, aponta para a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. Tal como nos últimos meses, os dados mais recentes sobre as novas encomendas à indústria e as opiniões dos empresários sobre procura externa na indústria continuam a sugerir que a procura externa mantenha uma evolução favorável nos próximos meses.

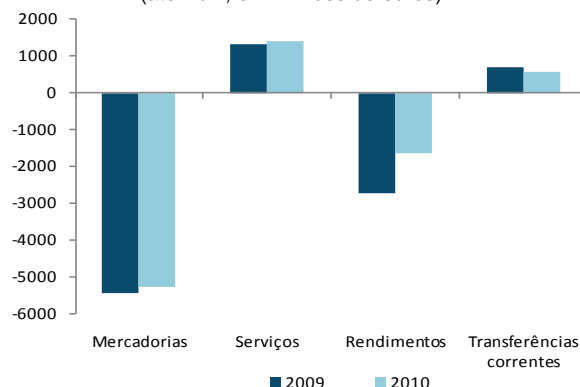
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até Abril de 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 4,9 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 1,1 mil milhões de euros face a igual período de 2009.

Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo
(até Abril, em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Para este resultado contribuíram a redução dos défices das balanças de rendimentos e de mercadorias (em 133 e 1078 milhões de euros, respectivamente). A balança de transferências correntes registou uma redução do seu excedente de 110 milhões de euros, face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

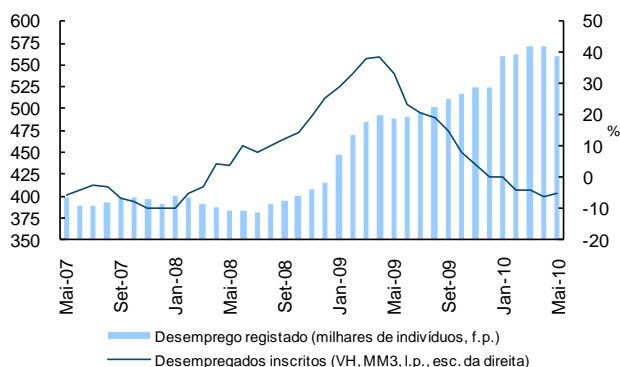
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-11,8	-19,0	-15,5	-9,8	-2,0	8,5	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-10,8	-15,1	-14,8	-8,7	-4,3	5,2	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	:	:	:	:	:	:	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	:	:	:	:	:	:	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-17,5	-25,9	-23,7	-17,1	-3,3	14,6	5,8	12,9	24,3	20,1
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-17,9	-22,2	-24,9	-17,8	-6,5	7,6	-0,8	11,7	11,8	16,8

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010		
				Abr	Jan-Abr	Abr	Jan-Abr	Var. Ac.
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15451	-1026	-5.382	-1.126	-4.741	641
Saldo Balança de Bens	"	"	-17.149	-1.245	-5.440	-1.381	-5.307	133
Saldo Balança de Serviços	"	"	6050	418	1.342	441	1.394	52
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7883	-777	-2.715	-416	-1.637	1078
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2139	256	698	242	588	-110

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP, em Maio, o número de desempregados inscritos diminuiu 1,8% face ao mês anterior, e 19,6% em termos homólogos, desacelerando consideravelmente face aos últimos meses.

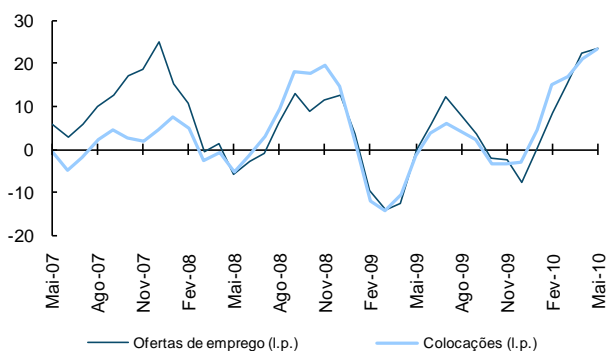
Figura 2.14. Desemprego
(%)



Fonte: IEFP.

O desemprego registado ascendia, no final de Dezembro, a cerca de 561 mil indivíduos, o que traduz um decréscimo de cerca de dez mil indivíduos face ao mês anterior e um aumento de cerca de 71 mil desempregados face ao mês homólogo do ano anterior.

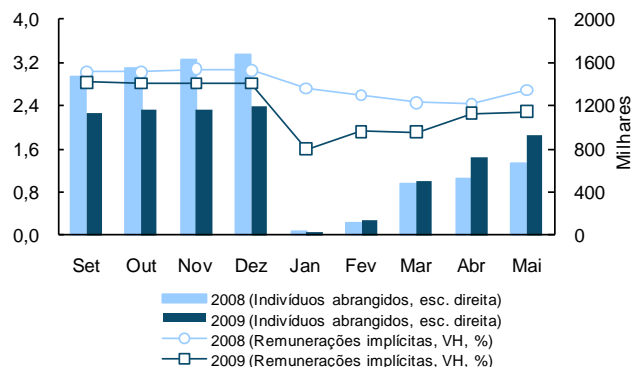
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O mercado de trabalho, nesta fase do ciclo económico tem reflectido, alguma melhoria. Com efeito, em Fevereiro, quer as ofertas de trabalho quer as colocações evoluíram de forma favorável.

Figura 2.16. Contratação Colectiva



Fonte: MTSS.

Até ao final de Maio, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento homólogo de 2,3%, abrandando significativamente face ao mês homólogo. O número de trabalhadores abrangidos ascendeu a cerca de 920 mil trabalhadores, o que representa uma diminuição de cerca de 253 mil face a Maio de 2009.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

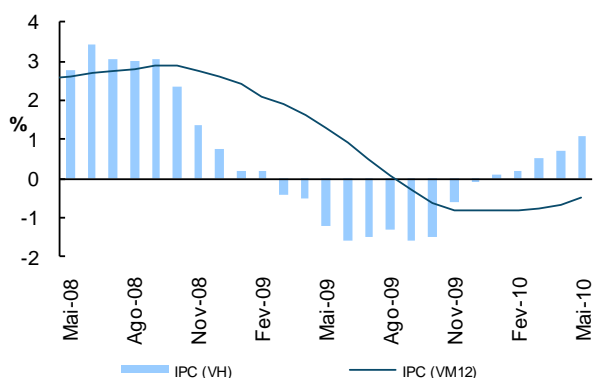
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Fev	Mar	Abr	Mai
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	8,9	9,1	9,8	10,1	10,6	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-1,8	-2,9	-3,4	-3,0	-1,8	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	23,8	28,1	29,1	26,1	18,1	19,6	18,1	16,1	14,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	38,3	23,3	14,8	0,4	-3,9	-9,2	-2,1	-7,5	-7,3
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	-14,1	5,7	3,5	-7,7	15,4	22,8	10,4	34,3	25,8
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	2,5	3,0	2,8	2,8	1,9	1,9	1,9	2,3	2,3
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	3,9	2,7	4,8	5,0	2,9	0,2	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,4	3,1	3,3	2,7	1,7	2,1	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Maio, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 1,1%, 0,4p.p. acima do verificado no mês anterior. A variação em relação ao mês anterior foi de 0,2% (0,4% em Abril de 2010).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)

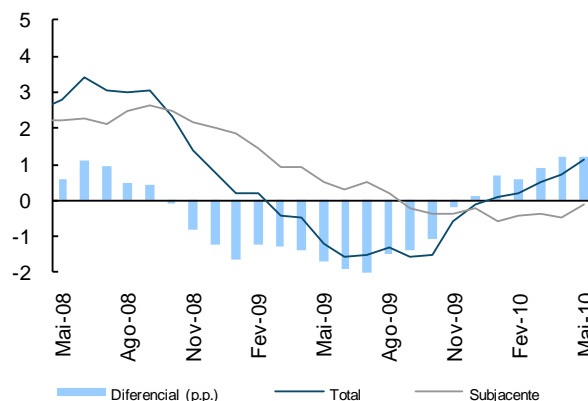


Fonte: INE.

Para esta evolução contribuiu o aumento, em termos homólogos, de 5,4% do preço dos transportes, de 4,4% do preço da habitação, água e electricidade e de 2,8% do preço das bebidas alcoólicas. No sentido contrário, a quebra de 2,6% no preço das comunicações, traduziu-se no maior contributo negativo para a variação homóloga dos preços.

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) foi de -0,1%, em termos homólogos, mantendo o diferencial face ao IPC total.

Figura 2.18. IPC Total e IPC Subjacente
(VH, %)

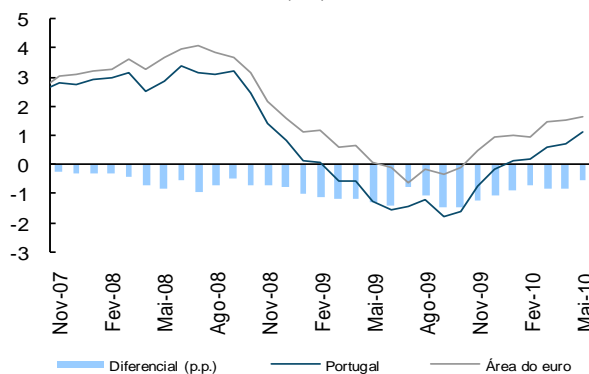


Fontes: INE.

A taxa de variação homóloga dos preços dos bens aumentou para 1,2%, 0,3p.p. superior ao valor registado em Abril, acompanhado pelo aumento do IPC nos serviços, cuja taxa de variação homóloga foi de 0,8 (0,6% em Abril).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 1,1% no mês de Maio, 0,5p.p. abaixo da variação homóloga na área do euro (1,6%).

Figura 2.19. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

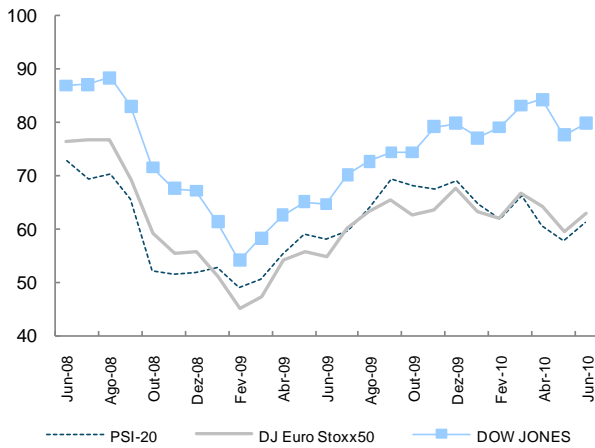
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010				
				Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,2	:	0,2	0,1	-0,5	0,1	1,1	0,4	0,2
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	-1,6	-1,5	-0,6	-0,1	0,1	0,2	0,5	0,7	1,1
Índice de Preços no Consumidor	VM 12	"	-0,8	-0,3	-0,6	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,7	-0,5
IPC – Bens	VH	"	2,4	-3,6	-3,1	-1,8	-0,9	-0,5	-0,3	0,5	0,8	1,2
IPC – Serviços	"	"	1,7	1,4	1,1	1,2	1,4	0,9	1,0	0,7	0,6	0,9
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,4	-0,2	-0,4	-0,4	-0,2	-0,6	-0,4	-0,4	-0,5	-0,1
IHPC	"	"	-0,9	-1,8	-1,6	-0,8	-0,1	0,1	0,2	0,6	0,7	1,1
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-1,5	-1,5	-1,3	-1,1	-0,9	-0,7	-0,8	-0,8	-0,5

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Após uma evolução desfavorável dos índices bolsistas internacionais nos meses de Abril e Maio, influenciados pela intensificação da crise orçamental na Grécia, assistiu-se a uma ligeira recuperação no decurso do mês de Junho.

No entanto, em termos médios e, até 21 de Junho, os índices *DJ Euro Stoxx50* e *Dow Jones* diminuíram 11% e 2,3%, respectivamente, face ao final do ano de 2009.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)



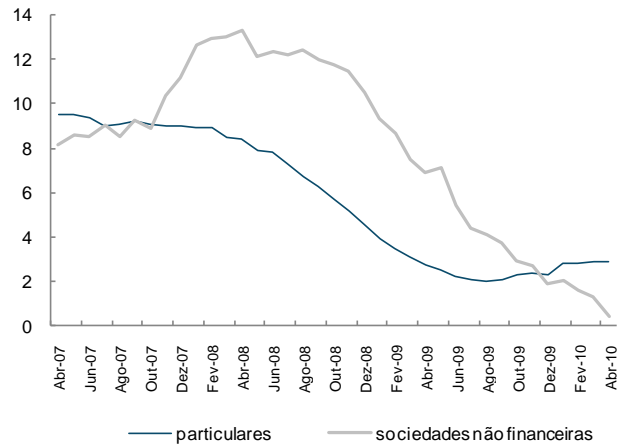
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Junho, o valor é do dia 21.

À semelhança dos índices europeus, o índice PSI-20 recuperou em Junho após ter evoluído negativamente nos meses de Março e Abril. Em termos médios e, até 21 de Junho, o índice PSI-20 diminuiu 15,7% face ao final do ano de 2009.

Em Abril de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu para 1,8% (2,2% em Março), em resultado da desaceleração do crédito destinado às empresas.

Contudo, o crédito destinado aos particulares manteve o crescimento de 2,9%, em virtude do reforço do crédito à habitação e ao consumo, contrabalançado pela desaceleração do crédito destinado a outros fins.

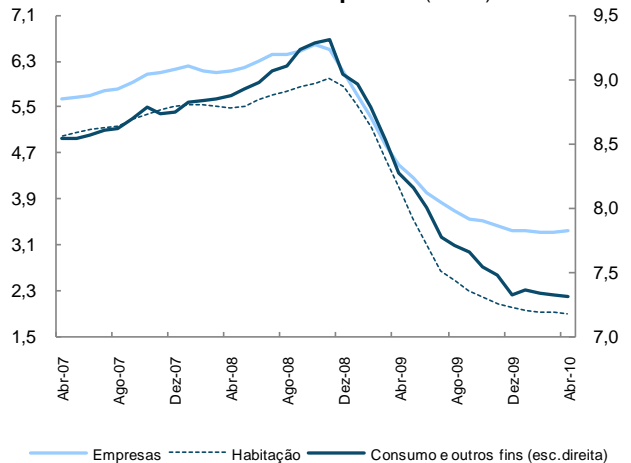
Figura 2.21. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram ligeiramente para os particulares, com uma redução mais pronunciada para o crédito à habitação. Já em relação ao crédito destinado às empresas, verificou-se uma relativa estabilização face aos últimos meses, situando-se em 3,3%.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

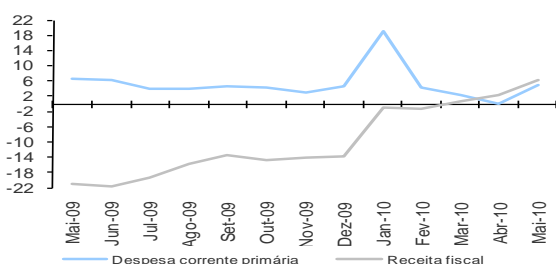
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010				
				Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	3,8	3,8	3,8	4,0	4,4	4,4	4,2	5,2	4,7
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	65	62	55	59	65	120	134	110	220	200
PSI 20*	VC	CMVM	33,5	8,3	-16	-10	2,5	-6,3	-4,6	7,2	-8,6	-4,5
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	2,3	2,5	2,5	2,6	2,9	2,9	3,0	3,1	:
- para consumo	va**	"	1,7	2,7	2,4	2,2	1,7	1,6	1,8	1,9	2,4	:
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	3,7	2,9	2,7	1,9	2,0	1,6	1,3	0,4	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,00	2,30	2,17	2,07	2,00	1,96	1,93	1,91	1,89	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,34	3,55	3,51	3,43	3,34	3,33	3,31	3,32	3,33	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Maio, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 4424 milhões de euros, apresentando um agravamento de 66 milhões de euros face ao período homólogo; contudo revelou uma melhoria de 138 milhões de euros face ao primeiro quadrimestre. O défice primário foi de 3192 milhões de euros, denotando um aumento de 479 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita fiscal de 6,3%, justificado pelo acréscimo de 16% na receita dos impostos indirectos e uma diminuição dos impostos directos (-6,4%), traduzindo uma melhoria face ao período anterior. A evolução negativa nos impostos directos é justificada pela diminuição de 18,5% da receita de IRS, devido à antecipação dos prazos de reembolso e ao diferente padrão intra-anual das transferências para os municípios, parte da qual foi compensada pelo acréscimo da receita de IRC (13%), resultante quer do bom desempenho registado na cobrança no mês de Maio por via da autoliquidação quer da diminuição dos reembolsos e da derrama, cujas entregas passaram a ser concretizadas com a cobrança em 2010. No caso dos impostos indirectos, realçam-se os aumentos da receita do IVA em 18,2%, reflectindo a recuperação económica em curso bem como o esforço de diminuição do prazo médio de reembolso iniciado em 2009, da receita de imposto sobre veículos (19,3%) e do imposto sobre o tabaco (104,5%), devido ao aumento da introdução ao consumo no final do ano passado. Contrariamente, observam-se diminuições na receita do imposto do selo (-8,3%), do imposto sobre os produtos petrolíferos (-0,5%) e do imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas (-4,5%);
- um decréscimo da receita não fiscal (-29,6%), em grande

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2009		2010		2010				
	Jan a Mai		Jan a Mai		Fev	Mar	Abr	Mai	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)						
Receita Total	13933	14112	38,8	39,4	-3,5	-0,4	0,2	1,3	
Receita corrente	13665	13851	39,2	40,1	-3,8	-0,9	0,3	1,4	
Impostos directos	5190	4859	38,1	36,5	-3,9	-10,0	-18,1	-6,4	
Impostos indirectos	6795	7882	39,4	44,5	0,2	7,6	15,5	16,0	
Despesa Total	18291	18536	36,5	36,8	2,0	-0,4	-1,9	1,3	
Despesa corrente primária	15579	16321	38,2	39,4	4,3	2,2	-0,1	4,8	
Despesa corrente	17224	17554	37,6	37,4	2,5	0,2	-1,3	1,9	
Despesa com pessoal	4113	4069	35,5	37,5	0,6	-0,4	-1,6	-1,1	
Aquisição bens e serviços	413	381	25,3	25,9	-1,7	-5,2	-6,4	-7,8	
Subsídios	132	142	16,5	18,7	113,6	19,3	11,0	7,5	
Juros	1645	1233	32,4	22,4	-41,0	-44,2	-15,2	-25,1	
Transferências corr. p/ AP	9460	10208	40,5	41,5	3,8	2,7	1,0	7,9	
Saldo Global	-4358	-4424	-	-	-	-	-	-	
Saldo Primário	-2713	-3192	-	-	-	-	-	-	

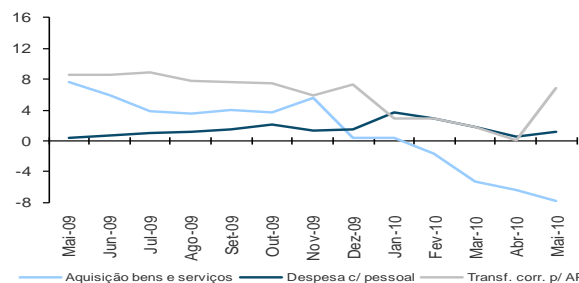
Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

medida justificada pela redução dos rendimentos de propriedade (dividendos); e

- um crescimento da despesa total em 1,3%, com a despesa corrente primária a aumentar 4,8%. As despesas com o pessoal apresentam um crescimento de 1,1%, em termos comparáveis¹, enquanto a aquisição de bens e serviços diminuiu 7,8%. As transferências correntes para as Administrações Públicas apresentaram um crescimento de 6,9%, em termos comparáveis, reflectindo, essencialmente, o acréscimo das transferências para a Segurança Social (11,4%) e para o SNS (7,4%). Os subsídios continuam a registar aumentos (7,5%), embora menores do que os verificados nos meses anteriores. Os encargos com juros evidenciam novamente um decréscimo significativo (-25,1%), traduzindo o diferente comportamento intra-anual desta rubrica.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.

Fontes: DGO e GPEARI.

No final de Maio, a dívida directa do Estado situou-se nos 140,3 mil milhões de euros, constatando-se um aumento de 340 milhões de euros face ao final do mês anterior, isto é, uma variação de 0,2%. O aumento da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida de CEDIC e ECP, e as amortizações de Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e Certificados de Aforro.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	30-Abr-10		Mai-10			31-Mai-10
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transaccionável	118 739	3 765	7 551	162	115 115	
Bilhetes do Tesouro	16 870	1 025	1 272	0	16 623	
Obrigações do Tesouro	98 163	2 121	5 921	-11	94 351	
Não Transaccionável	21 208	10 781	6 816	0	25 172	
Certificados de Aforro	16 613	42	131	0	16 523	
CEDIC	4 461	3 523	2 934	0	5 050	
Total	139 947	14 546	14 367	162	140 287	

Fonte: IGCP.

¹ Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

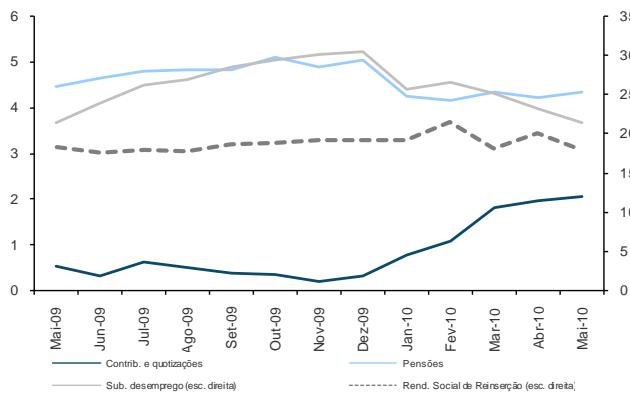
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Maio, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 720 milhões de euros, representando uma redução de 384,2 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

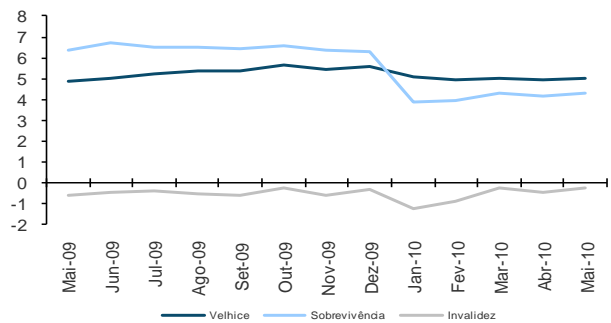
- um aumento da receita corrente em 4,2%, explicado pelo aumento da receita de contribuições e quotizações (2,1%), das transferências correntes da Administração Central (11,1%) e, em sentido contrário, da diminuição da receita das transferências do Fundo Social Europeu (-16,4%); e
- um aumento da despesa corrente em 9,5%, reflectindo, principalmente, o aumento da despesa em prestações sociais (7,2%), nomeadamente, pensões (4,2%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (21,4%), outras prestações (14,5%), rendimento de reinserção social (17,5%), subsídio familiar a crianças e jovens (8,4%) e, embora com menor peso, complemento solidário para idosos (20,9%). Destaca-se, no número de beneficiários, um aumento de 12,7% no subsídio de desemprego e social de desemprego e de 7,6% no subsídio de doença. As acções de formação profissional voltam a denotar um crescimento (106,9%), com o aumento de 156% nas acções suportadas pelo Fundo Social Europeu.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



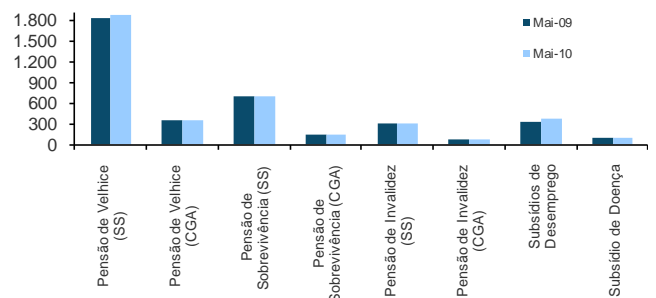
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Maio, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 76,3 milhões de euros, o qual compara com um saldo de 53,9 milhões de euros no período homólogo. A receita corrente cresceu 5%, devido aos aumentos de 4,5% e 5,5% das transferências correntes e das contribuições, respectivamente. A despesa corrente aumentou 4,4%, reflectindo, principalmente, os aumentos da despesa em pensões (4,5%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2009		2010		2009		2010			
	Jan a Mai		Jan a Mai		Jan a Mai		Jan a Mai			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	9123	9504	4,2	40,0	39,4	2957	3106	5,0	36,4	37,7
Contribuições e quotizações	5245	5353	2,1	40,0	39,8	1300	1359	4,5	35,3	33,5
Transferências correntes da Adm. Central	2958	3285	11,1	41,2	41,5	1629	1721	5,6	38,4	42,8
Despesa Total	8019	8784	9,5	36,0	39,6	2903	3030	4,4	35,4	35,9
Pensões	4757	4964	4,3	35,3	35,7	2883	3014	4,5	35,3	35,8
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	791	961	21,4	38,7	43,5	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	1777	1928	8,5	43,2	40,3	-	-	-	-	-
Saldo Global	1104	720	-	-	-	54	76	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Maio, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 1035,5 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 124,5 milhões de euros face aos primeiros cinco meses do ano de 2009. Chama-se a atenção para o facto de que a comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se reflectem nas taxas de variação apresentadas².

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição na receita de 5,1%, explicada pelo decréscimo da receita corrente, em 1,6%, resultante da variação de -19,8% nas taxas, multas e outras penalidades, de -20% nas outras receitas correntes, de -22% nos impostos indirectos e de -15,9% nos impostos directos. A receita de capital também registou uma redução (-61,2%), tendo as transferências de capital caído 62,6%; e
- uma redução da despesa em 7,1%, com a despesa corrente e de capital a registarem reduções de 3,9% e 56,4%, respectivamente. Para a redução da despesa corrente contribuíram as despesas com o pessoal (-23%), os subsídios (-39,1%), as outras despesas correntes (-29,7%) e as transferências correntes (-1%). Em sentido contrário, verificou-se um aumento na rubrica de aquisição de bens e serviços (4,1%). A despesa de capital apresenta diminuições nas transferências de capital (-59,3%), no investimento (-19,9%) e nas outras despesas de capital (-99,2%).

Serviço Nacional de Saúde

Até Maio, o excedente global provisório do SNS, na componente integrada nos serviços da administração pública e na óptica da contabilidade pública, situou-se em 536,7 milhões de euros, registando um aumento de 235 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento de 6,3% na receita devido ao crescimento das transferências correntes (7,2%). Em sentido contrário, registou-se diminuições das outras receitas correntes (-17,5%) e das taxas, multas e outras penalidades (-30,0%) e
- uma ligeira redução da despesa em 0,4%, justificada pela diminuição das despesas com pessoal (-32,2%), das transferências correntes (-49,3%), das outras despesas correntes (-21,9%) e das despesas de capital (-21,2%). A aquisição de bens e serviços e, em menor grau, os encargos com juros aumentaram 6,6% e 592,8%, respectivamente. Refira-se, novamente, que o comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas durante o ano de 2009, as quais se consubstanciam principalmente numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2009	2010	2010		2009	2010	2010	
	Jan a Mai		Abr	Mai	Jan a Mai		Abr	Mai
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	9 433	8 956	-5,4	-5,1	3 527	3 750	-0,6	6,3
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1 388	1 360	-1,2	-2,0	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	6 011	6 304	1,3	4,9	3 375	3 625	0,6	7,4
Despesa Total	8 522	7 921	-6,2	-7,1	3 226	3 213	-1,6	-0,4
Despesa com pessoal	1 070	824	-20,5	-23,0	332	225	-28,7	-32,2
Aquisição de bens e serviços	2 955	3 077	5,7	4,1	2 630	2 803	8,7	6,6
Transferências correntes	3 560	3 523	-0,9	-1,0	79	40	-59,3	-49,3
Saldo Global	911	1 036	-	-	301	537	-	-

Fonte: DGO.

² Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

Administrações Local e Regional

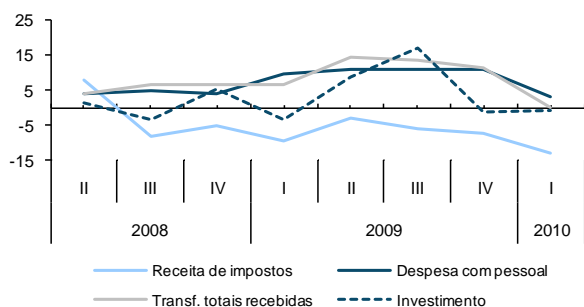
Administração Local*

No 1º trimestre, e na óptica da contabilidade pública, o défice provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 0,9 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 21,7 milhões de euros face igual período de 2009, considerando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 3,9%, reflectindo o comportamento negativo dos impostos directos (-15,5%), taxas, multas e outras penalidades (-9,2%) e rendimentos da propriedade (-2,2%). As transferências correntes e de capital, apresentaram comportamentos opostos, registando-se um decréscimo nas transferências de capital (-13,3%) e um ligeiro aumento nas transferências correntes (0,3%); e
- um decréscimo da despesa total em 2,4%, reflectindo, especialmente, a diminuição dos juros e outros encargos (-61,3%), aquisição de bens e de serviços (-4,7%), transferências (-12,7%) e subsídios (-8,9%). O aumento da despesa com pessoal, em 3,1%, deve-se, fundamentalmente, à transferência efectiva de competências do Ministério da Educação para a Administração Local, especialmente no que concerne ao pessoal não docente.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

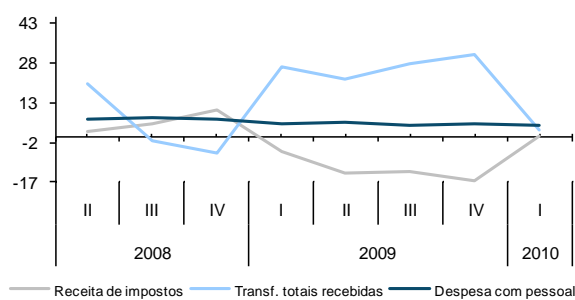
Administração Regional

No 1º trimestre, e na óptica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 24,4 milhões de euros, que compara com um excedente orçamental de 10,6 milhões de euros no período homólogo, representando uma deterioração de 35 milhões de euros.

A execução orçamental da Administração Regional, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 2,2%, devido, sobretudo, ao aumento das transferências correntes e de capital. É de notar o ligeiro aumento da receita fiscal (0,2%), explicado pela variação positiva dos impostos indirectos (1,7%), quase compensada pela variação negativa nos impostos indirectos (-2,9%). Em sentido contrário, constata-se reduções nas rubricas: venda de bens e serviços correntes, reposições não abatidas nos pagamentos e nas taxas, multas e outras penalidades; e
- um aumento da despesa total em 11,3%, reflectindo os acréscimos verificados na aquisição de bens e serviços (64,6%), transferências (25,9%) e despesas com pessoal (4,3%). Inversamente, as despesas de capital registaram uma diminuição, derivada da diminuição da rubrica investimento (-35,7%)

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*				Administração Regional			
	2009		2010		2009		2010	
	Jan a Mar		Dez	Mar	Jan a Mar		Dez	Mar
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita total	1 439	1 367	0,2	-5,0	398	406	-5,4	2,2
Impostos	337	295	-7,1	-12,4	235	236	-16,6	0,2
Transferências correntes	507	509	11,5	0,3	118	122	30,8	2,8
Despesa total	1 416	1 366	4,8	-3,5	387	431	-6,1	11,3
Pessoal	507	522	11,1	3,1	172	179	4,8	4,3
Aquisição de bens e serviços	344	328	4,3	-4,7	41	68	-23,3	64,6
Transferências correntes	109	95	6,2	-12,7	96	121	13,2	25,9
Investimento	291	287	-1,2	-1,2	28	18	-31,4	-35,7
Saldo global	23	0,9	-	-	11	-24	-	-

Fonte: DGO.

Nota: * Os valores da AL para 2009 referem-se ao Universo Comparável; a informação de execução relativa a 2010 encontra-se actualizada face à divulgada no Boletim do mês anterior.

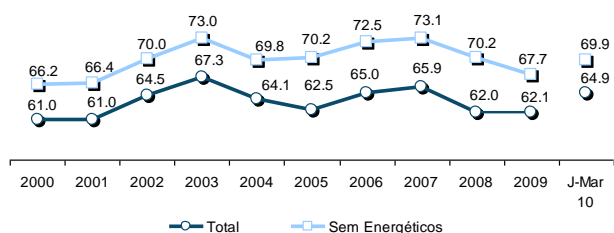
3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no período de *Janeiro a Março de 2010* as saídas^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) aumentaram 14,2%, tendo as entradas crescido 7,8%, em termos homólogos (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, verifica-se que no mesmo período as saídas cresceram 8,6% e que as entradas 4,4%.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Março			TVH Últimos 3 meses
	2009	2010	TVH	
Saídas (fob)	7 544	8 615	14.2	14.2
Entradas (cif)	12 315	13 274	7.8	7.8
Saldo (fob-cif)	- 4 772	- 4 660	-2.3	-2.3
Cobertura (fob/cif)	61.3	64.9	-	-
Cobertura (fob/fob)	64.3	68.1	-	-
Sem energéticos:				
Saídas (fob)	7 303	7 935	8.6	8.6
Entradas (cif)	10 876	11 349	4.4	4.4
Saldo (fob-cif)	- 3 573	- 3 414	-4.4	-4.4
Cobertura (fob/cif)	67.2	69.9	-	-
Cobertura (fob/fob)	70.5	73.4	-	-
Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Abril			TVH Últimos 3 meses
	2009	2010	TVH	
Exportações (fob)	2 368	2 817	19.0	24.5
Importações (cif)	3 300	4 302	30.4	38.0
Saldo (fob-cif)	- 932	- 1 485	59.4	77.4
Cobertura (fob/cif)	71.8	65.5	-	-
Cobertura (fob/fob)	75.3	68.7	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Abril, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que são uma versão preliminar do período de Janeiro a Março.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE. Os dados anuais não seguem ainda a nova metodologia de cálculo.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE na publicação "Síntese Estatística do Comércio Internacional" nº 6/2010: www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Março de 2010 e os do comércio extra-comunitário para o período de Janeiro a Abril de 2010, correspondem a versões preliminares. Nos quadros e gráficos, apenas estes dados estão de acordo com a metodologia aplicada pelo INE no tratamento dos dados Intrastat na nova série do Comércio Internacional. No que respeita ao comércio intracomunitário estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas, em 2010, e 250 mil para as expedições, bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação). Por outro lado, a metodologia agora utilizada toma também em consideração, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e os dados declarados pelas empresas ao IVA, a comparação dos dados com a Informação Empresarial Simplificada (IES).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os Países Terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos Países Terceiros.

Neste período a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 64,9% (69,9% excluindo os produtos energéticos) (Figura 3.1).

Dados preliminares do comércio extracomunitário, disponíveis para o período de Janeiro a Abril de 2010, reflectem aumentos de 24,5% nas exportações e de 38,0% nas importações (Quadro 3.1).

Uma **estimativa rápida de dados agregados** para o mês de Abril de 2010 do comércio intracomunitário, aponta para taxas de variação homólogas do comércio global (Intra+Extra) positivas no período de Janeiro a Abril, de 15,2% nas saídas e de 9,2% nas entradas, com o défice (Fob-Cif) a decrescer 0,4% (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Abril

(estimativa rápida)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Abril		
	2009	2010	TVH
Saídas (fob)	10 062	11 589	15.2
Entradas (cif)	16 297	17 803	9.2
Saldo (fob-cif)	-6 235	-6 213	-0.4
Cobertura (fob/cif)	61.7	65.1	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE. Os dados de 2009 e 2010 estão de acordo com a nova metodologia de cálculo.

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
Janeiro	4 085	4 020	-1.6	2 475	2 608	5.4
Fevereiro	3 792	4 241	11.8	2 419	2 718	12.4
Março	4 439	5 013	13.0	2 650	3 289	24.1
Abril	3 982			2 518		
Maio	3 971			2 573		
Junho	4 387			2 698		
Julho	4 694			3 115		
Agosto	3 569			2 030		
Setembro	4 708			2 837		
Outubro	4 684			2 954		
Novembro	4 691			2 893		
Dezembro	4 207			2 487		
1º Trimestre	12 315	13 274	7.8	7 544	8 615	14.2
2º Trimestre	12 340			7 789		
3º Trimestre	12 971			7 982		
4º Trimestre	13 582			8 334		

Com estimativa rápida do mês de Abril no comércio Intra:

Abr	3 982	4 528	13.7	2 518	2 975	18.1
-----	-------	-------	------	-------	-------	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE. Os dados de 2009 e 2010 estão de acordo com a nova metodologia de cálculo.

Saídas de Mercadorias

No período de *Janeiro a Março*, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, um aumento de 14,2% (Quadro 3.4).

À excepção do "Vestuário e Calçado" (-5,0%) e dos "Agro-alimentares" (estagnação), todos os grupos de produtos apresentaram crescimentos positivos neste período.

As maiores taxas de crescimento ocorreram nos grupos de produtos "Energéticos" (+182,5%), "Químicos" (+23,4%), "Madeira, Cortiça e Papel" (+17,3%), "Material de Transporte" (+16,9%) e "Minérios e Metais" (+15,7%).

Seguiram-se os grupos das "Peles, Couros e Têxteis" (+5,9%), das "Máquinas" (+5,4%), e dos "Produtos Acabados Diversos" (+3,7%).

O vigoroso aumento verificado nas saídas de "Energéticos" nos três primeiros meses de 2010 (+182,5%), está relacionado com a paralisação da refinaria de Sines na 2ª quinzena de Janeiro de 2009 até ao final de Fevereiro, na sequência de um incêndio na central eléctrica.

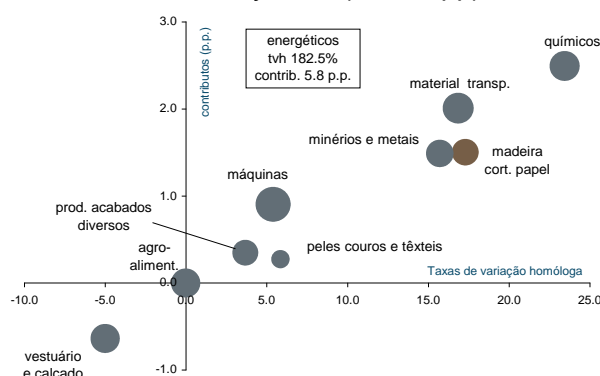
As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram descidas de 6,9% na componente "calçado", e de 11,2% no "vestuário de malha", com as saídas de "vestuário excepto de malha" a aumentarem 12,6%.

Ponderando os pesos no total, foram os seguintes os contributos positivos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias no 1º trimestre de 2010, por grupos de produtos (Figura 3.2 e Quadro 3.4):

"Energéticos" (+5,8 p.p.), "Químicos" (+2,5 p.p.), "Material de Transporte" (+2,0 p.p.), "Minérios e Metais" e "Madeira, Cortiça e Papel" (+1,5 p.p. cada), "Máquinas" (+0,9 p.p.) "Produtos Acabados Diversos" e "Peles, Couros e Têxteis" (+0,3 p.p. cada).

O "Vestuário e Calçado" contribuíram negativamente (-0,6 p.p.) e os "Agro-alimentares" tiveram um contributo nulo.

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)
Janeiro a Março de 2010 (Total: 14.2 p.p.)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE. Os dados de Janeiro a Março de 2009 e 2010 estão de acordo com a nova metodologia de cálculo.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos		
	Jan-Mar		anual		Jan-Mar		média anual 04-09**	Jan-Mar	
	2009	2010	2004	2009**	2009	2010		TVH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	7 544	8 615	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.2	14.2	14.2
000 Agro-Alimentares	939	939	7.9	12.3	12.4	10.9	8.9	0.0	0.0
100 Energéticos	241	680	2.9	5.4	3.2	7.9	13.0	182.5	5.8
200 Químicos	802	990	9.5	11.4	10.6	11.5	3.5	23.4	2.5
300 Madeira, Cortiça e Papel	655	769	9.1	9.0	8.7	8.9	-0.4	17.3	1.5
400 Peles, Couros e Têxteis	352	372	5.6	4.4	4.7	4.3	-4.6	5.9	0.3
500 Vestuário e Calçado	965	917	14.1	10.5	12.8	10.6	-5.9	-5.0	-0.6
600 Minérios e Metais	715	827	8.3	9.7	9.5	9.6	3.1	15.7	1.5
700 Máquinas	1 264	1 332	19.0	16.4	16.8	15.5	-3.1	5.4	0.9
800 Material de Transporte	899	1 051	15.4	12.3	11.9	12.2	-4.5	16.9	2.0
900 Produtos Acabados Diversos	713	739	8.2	8.6	9.4	8.6	1.0	3.7	0.3

Por memória:

Total sem energéticos	7 303	7 935	97.1	94.6	96.8	92.1	-0.7	8.6	8.4
-----------------------	-------	-------	------	------	------	------	------	-----	-----

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2009 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE. Os dados de Janeiro a Março de 2009 e 2010 estão de acordo com a nova metodologia de cálculo.

No período em análise as expedições para o *mercado comunitário* cresceram 13,1%, cabendo aumentos de 12,8% aos países da UE-15 e de 21,7% aos 12 Países do Alargamento. Por sua vez, as exportações para os Países Terceiros aumentaram 17,7% (Quadro 3.5).

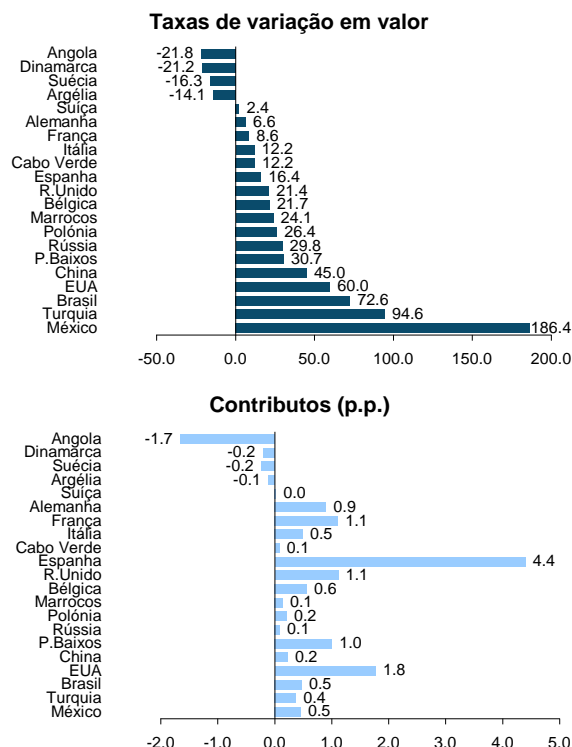
Destacam-se crescimentos de 16,4% nas expedições para Espanha, o principal mercado de destino das mercadorias portuguesas, de 21,4% para o Reino Unido, de 30,7% para os Países Baixos, de 21,7% para a Bélgica e de 26,4% para a Polónia. As expedições para França cresceram 8,6% e para a Alemanha 6,6% (Figura 3.3).

No mesmo período, as exportações para os Países Terceiros aumentaram 17,7%. De assinalar o incremento das exportações para os EUA (+60,0%), Brasil (+72,6%), China (+45,0%), México (+186,4%) e Turquia (+94,6%), entre outros.

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias (+14,2%), em termos de mercados de destino, couberam a Espanha (+4,4p.p.), EUA (+1,8 p.p.), França e Reino Unido (+1,1 p.p. cada), Países Baixos (+1,0 p.p.) e Alemanha (+0,9 p.p.). O contributo de Angola neste 1º trimestre foi negativo (-1,7%) (Figura 3.3 e Quadro 3.5).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos

- Janeiro a Março de 2010 -



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	Jan-Mar		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]		
	2009	2010	anual		Jan-Mar		média anual 04-09*	Jan-Mar	
			2004	2009*	2009	2010		TVH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	7 544	8 615	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.2	14.2	14.2
Intra UE-27	5 759	6 514	80.7	73.4	76.3	75.6	-2.0	13.1	10.0
dos quais:									
UE-15	5 551	6 260	79.1	70.5	73.6	72.7	-2.4	12.8	9.4
Espanha	2 024	2 356	25.5	25.3	26.8	27.3	-0.3	16.4	4.4
Alemanha	1 035	1 103	13.4	13.5	13.7	12.8	0.0	6.6	0.9
França	982	1 066	13.8	11.8	13.0	12.4	-3.2	8.6	1.1
R.Unido	396	481	9.5	5.7	5.3	5.6	-9.9	21.4	1.1
Itália	306	343	4.3	3.7	4.1	4.0	-3.0	12.2	0.5
P.Baixos	247	322	4.0	3.6	3.3	3.7	-2.4	30.7	1.0
Bélgica	197	240	4.2	2.4	2.6	2.8	-10.5	21.7	0.6
Suécia	109	92	1.1	1.2	1.5	1.1	0.9	-16.3	-0.2
Dinamarca	74	58	0.8	0.7	1.0	0.7	-2.2	-21.2	-0.2
Alargamento	208	253	1.6	2.9	2.8	2.9	12.6	21.7	0.6
Polónia	61	77	0.5	0.9	0.8	0.9	12.7	26.4	0.2
Extra UE-27	1 785	2 101	19.3	26.6	23.7	24.4	6.4	17.7	4.2
dos quais:									
Angola	573	448	2.3	7.7	7.6	5.2	27.3	-21.8	-1.7
EUA	223	357	5.9	3.4	3.0	4.1	-10.3	60.0	1.8
Brasil	50	85	0.5	1.0	0.7	1.0	13.8	72.6	0.5
Suíça	75	77	0.9	1.0	1.0	0.9	1.1	2.4	0.0
Cabo Verde	52	59	0.5	0.8	0.7	0.7	9.8	12.2	0.1
China	38	55	0.3	0.8	0.5	0.6	17.0	45.0	0.2
Marrocos	45	55	0.5	0.7	0.6	0.6	8.4	24.1	0.1
México	19	53	0.2	0.7	0.2	0.6	23.4	186.4	0.5
Turquia	30	58	0.6	0.7	0.4	0.7	3.2	94.6	0.4
Argélia	55	47	0.1	0.7	0.7	0.6	36.3	-14.1	-0.1
Por memória:									
Rússia	24	31	0.2	0.3	0.3	0.4	12.8	29.8	0.1
PALOP	665	553	3.1	9.1	8.8	6.4	24.0	-16.9	-1.5
EFTA	102	100	1.3	1.3	1.4	1.2	0.1	-2.0	0.0

* O ano de 2009 na estrutura anual e na média anual 2004-2009 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2004.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE. Os dados de Janeiro a Março de 2009 e 2010 estão de acordo com a nova metodologia de cálculo.

Entradas de Mercadorias

No período de Janeiro a Março de 2010, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, um aumento de 7,8% (Quadro 3.6).

Ponderando os pesos no total das entradas, à excepção das “Máquinas” (-1,6 p.p.) e dos “Têxteis, Vestuário e Calçado” (-0,1 p.p.) todos os restantes grupos de produtos contribuíram positivamente para o resultado global: “Energéticos” (+3,9 p.p.), “Material de Transporte” (+2,1 p.p.), “Químicos” (+1,2 p.p.), “Minérios e Metais” (+1,1 p.p.), “Produtos Acabados Diversos” (+0,6 p.p.), “Peles, Madeira, Cortiça e Papel” (+0,3 p.p.), e “Agro-alimentares” (+0,2 p.p.).

Neste período a UE-27 foi a origem de 75,6% das entradas de mercadorias, cabendo 73,2% aos países da UE-15 e 2,3% aos Países do Alargamento (Quadro 3.6). Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (31,3% do total), da Alemanha (11,8%) e de França (7,8%). Seguiram-se as de Itália (6,4%) e dos Países Baixos (5,8%).

Entre os Países Terceiros (24,4% do total), assinalam-se as importações provenientes da China (2,7% do total), dos EUA (1,8%), do Brasil (1,7%), da Nigéria (1,6%) e da Noruega e Líbia (1,3% cada). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 6,8% do total das entradas.

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas variação e contributos		
	Jan-Mar		Anual		Jan-Mar		média anual 04-09**	Jan-Mar	
	2009	2010	2004	2009**	2009	2010		TVH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	12 315	13 274	100.0	100.0	100.0	100.0	0.3	7.8	7.8
Grupos de Produtos									
000-Agro-Alimentares	1 744	1 771	12.6	14.6	14.2	13.3	3.4	1.5	0.2
100-Energéticos	1 440	1 925	11.0	13.9	11.7	14.5	5.1	33.7	3.9
200-Químicos	1 891	2 035	13.9	15.3	15.4	15.3	2.3	7.6	1.2
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	575	609	5.0	4.4	4.7	4.6	-2.2	6.1	0.3
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	947	937	7.5	6.4	7.7	7.1	-2.8	-1.0	-0.1
500-Minérios e Metais	996	1 130	9.6	8.0	8.1	8.5	-3.2	13.5	1.1
600-Máquinas [3]	2 364	2 166	20.9	18.9	19.2	16.3	-1.7	-8.4	-1.6
700-Material de Transporte [4]	1 551	1 815	14.0	12.7	12.6	13.7	-1.6	17.0	2.1
800-Prod. Acabados Diversos	809	886	5.7	5.8	6.6	6.7	0.4	9.6	0.6
Total sem energéticos	10 876	11 349	89.0	86.1	88.3	85.5	-0.4	4.4	3.8
Mercados de origem									
Intra UE-27	9 867	10 031	78.0	76.3	80.1	75.6	-0.1	1.7	1.3
dos quais:									
UE-15	9 586	9 721	76.2	73.9	77.8	73.2	-0.3	1.4	1.1
Espanha	3 942	4 158	30.0	31.0	32.0	31.3	1.0	5.5	1.8
Alemanha	1 808	1 565	14.2	12.8	14.7	11.8	-1.8	-13.5	-2.0
França	1 047	1 029	9.3	8.8	8.5	7.8	-1.0	-1.7	-0.1
Itália	707	855	6.0	5.2	5.7	6.4	-2.7	20.9	1.2
P.Baixos	733	767	4.6	5.3	6.0	5.8	3.3	4.6	0.3
R.Unido	414	491	4.6	3.2	3.4	3.7	-6.7	18.4	0.6
Bélgica	374	377	2.9	2.9	3.0	2.8	0.2	0.8	0.0
Suécia	156	146	1.3	1.1	1.3	1.1	-2.3	-6.2	-0.1
Irlanda	115	110	0.8	1.0	0.9	0.8	4.6	-4.4	0.0
Alargamento	281	309	1.8	2.5	2.3	2.3	7.0	10.1	0.2
Extra UE-27	2 448	3 244	22.0	23.7	19.9	24.4	1.7	32.5	6.5
dos quais:									
Nigéria	208	206	1.5	2.7	1.7	1.6	12.7	-0.7	0.0
China	271	361	1.0	2.4	2.2	2.7	19.4	33.3	0.7
Brasil	131	221	1.9	1.9	1.1	1.7	0.7	68.9	0.7
EUA	207	240	2.3	1.9	1.7	1.8	-4.0	15.5	0.3
Noruega	198	170	1.2	1.3	1.6	1.3	2.0	-14.1	-0.2
Rússia	63	75	1.3	1.1	0.5	0.6	-3.0	18.5	0.1
Arábia Saud.	106	112	0.7	0.9	0.9	0.8	6.0	5.5	0.0
Líbia	60	177	0.8	0.7	0.5	1.3	-1.3	195.3	1.0
Suíça	72	86	0.7	0.7	0.6	0.6	1.7	19.3	0.1
Japão	96	79	1.4	0.6	0.8	0.6	-15.2	-18.2	-0.1
Turquia	67	73	0.8	0.6	0.5	0.6	-4.2	9.7	0.1
Coreia SL	78	57	0.5	0.6	0.6	0.4	2.4	-26.8	-0.2
Argélia	62	126	1.1	0.6	0.5	1.0	-10.9	104.4	0.5
Índia	73	93	0.4	0.6	0.6	0.7	8.8	27.7	0.2
OPEP[5]	545	899	4.9	6.4	4.4	6.8	5.9	65.0	2.9
EFTA	273	258	1.9	2.0	2.2	1.9	1.4	-5.4	-0.1
PALOP	48	218	0.1	0.4	0.4	1.6	38.5	355.1	1.4

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

** O ano de 2009 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2004.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE. Os dados de Janeiro a Março de 2009 e 2010 estão de acordo com a nova metodologia de cálculo.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com dados de base declarados do INE, que não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de Janeiro a Fevereiro de 2010 registou-se, em termos homólogos, um acréscimo do peso das saídas dos produtos de média intensidade tecnológica (média baixa + média alta), de 51,5% para 56,1% (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

O peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* manteve-se em 7,7%.

Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica*, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, desceu de 40,8% para 36,2%.

Na Figura 3.5 encontra-se representado o peso relativo das entradas dos produtos industriais transformados, por grau de intensidade tecnológica, desde 2002.

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

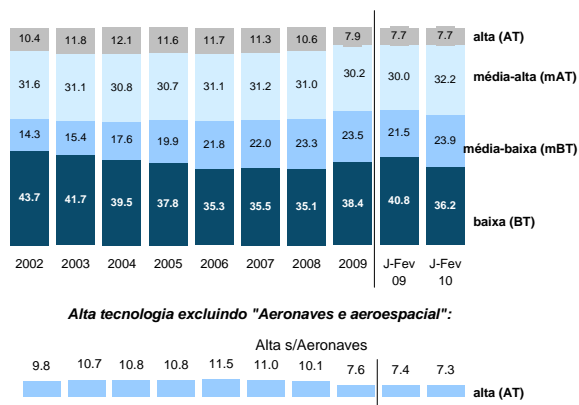
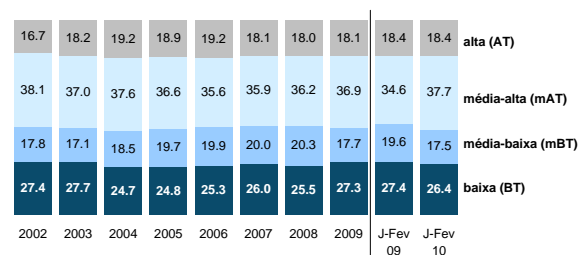


Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2002 a 2005-últimas versões; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão; 2008-2ª versão; 2009-1ª versão do ano; 2010-versão preliminar).

Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2002 a 2005-últimas versões; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão; 2008-2ª versão; 2009-1ª versão do ano; 2010-versão preliminar).

[1] Por não se encontrar ainda disponível a nova série do Comércio Internacional para o período 1993-2009, compatível com a metodologia utilizada pelo INE para o cálculo dos dados do primeiro trimestre de 2009 e 2010, mantém-se aqui a análise dos dados divulgados no número anterior desta publicação, para o período de Janeiro a Fevereiro de 2010.

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2009	Janeiro a Fevereiro		Taxas variação (%)			% do total prod. indust. transf.		Contributos ^[1] (p.p.)			
		2009	2010	média 2004-09	2009/08	Jan-Fev 2010/09	2008	2009	Jan-Fev			
									2009	2010	2009	2010
SAÍDAS*												
Total dos prod. indust. transformados	27 869 819	4 349 889	4 574 063	-0.4	-19.8	5.2	100.0	100.0	100.0	100.0	-19.8	5.2
Alta tecnologia	2 209 164	332 832	350 118	-8.4	-40.3	5.2	10.6	7.9	7.7	7.7	-4.3	0.4
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 120 610	319 215	334 003	-6.8	-39.3	4.6	10.1	7.6	7.4	7.3	-4.0	0.3
Média-alta tecnologia	8 419 708	1 306 022	1 471 505	-0.8	-21.8	12.7	31.0	30.2	30.0	32.2	-6.7	3.8
Média-baixa tecnologia	6 539 132	934 627	1 095 471	5.5	-19.1	17.2	23.3	23.5	21.5	23.9	-4.5	3.7
Baixa tecnologia	10 701 814	1 776 408	1 656 969	-1.0	-12.4	-6.7	35.1	38.4	40.8	36.2	-4.4	-2.7
<i>Por memória:</i>												
Total das Saídas	29 351 210	4 546 325	4 814 171	-0.2	-20.1	5.9	100.0	100.0	100.0	100.0	-20.1	5.9
Residual	1 481 392	196 436	240 108	5.0	-25.1	22.2	5.4	5.0	4.3	5.0	-1.4	1.0
ENTRADAS*												
Total dos prod. indust. transformados	38 934 890	6 197 418	5 816 258	0.3	-17.1	-6.2	100.0	100.0	100.0	100.0	-17.1	-6.2
Alta tecnologia	7 049 317	1 142 125	1 068 572	-0.9	-16.8	-6.4	18.0	18.1	18.4	18.4	-3.0	-1.2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 383 259	1 051 537	958 516	-0.9	-18.1	-8.8	16.8	16.7	17.2	16.8	-3.1	-1.5
Média-alta tecnologia	14 370 206	2 142 617	2 192 067	-0.1	-15.5	2.3	36.2	36.9	34.6	37.7	-5.6	0.8
Média-baixa tecnologia	6 887 266	1 213 886	1 019 376	-0.6	-27.7	-16.0	20.3	17.7	19.6	17.5	-5.6	-3.1
Baixa tecnologia	10 628 101	1 698 790	1 536 242	2.3	-11.3	-9.6	25.5	27.3	27.4	26.4	-2.9	-2.6
<i>Por memória:</i>												
Total das Entradas	46 493 968	7 202 136	7 161 224	0.3	-20.9	-0.6	100.0	100.0	100.0	100.0	-20.9	-0.6
Residual	7 559 078	1 004 718	1 344 966	0.4	-35.7	33.9	20.0	16.3	14.0	18.8	-7.1	4.7

* Saídas de mercadorias correspondem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros. Entradas correspondem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

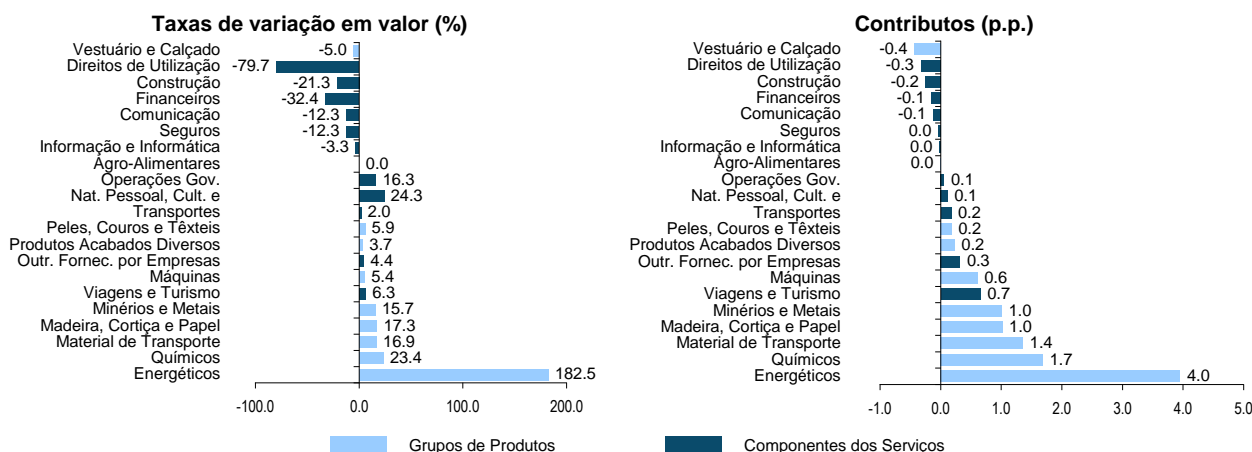
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2002 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão; 2009 - versão preliminar do ano; 2010 - versão preliminar).

Comércio Internacional de Bens e Serviços

Dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o período de *Janeiro a Março de 2010*, revelam que o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 29,1% do lado das “exportações” (crédito), e de 17,0% na vertente das “importações” (débito). Neste período, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 10,1% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram os Bens (+9,6 p.p.), a par de um contributo positivo mas de menor amplitude por parte dos Serviços (+0,4% p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no 1º trimestre, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das “exportações” de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Janeiro a Março



Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de euros								
	Janeiro a Março		Estrutura (%)				Taxas de var. e contributos [1]		
			Anual		Jan-Mar		média anual	Jan-Mar	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	04-09	TVH	contrib. p.p.[1]
CRÉDITO ("Exportações")									
Bens e Serviços	10 912	12 013	100.0	100.0	100.0	100.0	2.8	10.1	10.1
Bens	7 468	8 520	71.6	65.8	68.4	70.9	1.0	14.1	9.6
Serviços	3 445	3 493	28.4	34.2	31.6	29.1	6.6	1.4	0.4
Transportes	980	1 000	5.5	8.7	9.0	8.3	12.6	2.0	0.2
Viagens e Turismo	1 140	1 212	14.9	14.5	10.4	10.1	2.2	6.3	0.7
Comunicação	112	98	0.9	1.0	1.0	0.8	6.1	-12.3	-0.1
Construção	126	99	0.8	1.1	1.2	0.8	7.9	-21.3	-0.2
Seguros	31	27	0.3	0.2	0.3	0.2	-0.7	-12.3	0.0
Financeiros	50	34	0.4	0.3	0.5	0.3	-3.1	-32.4	-0.1
Informação e Informática	65	63	0.3	0.5	0.6	0.5	17.9	-3.3	0.0
Direitos de Utilização	45	9	0.1	0.2	0.4	0.1	37.8	-79.7	-0.3
Outr. Fornec. por Empresas	802	837	4.6	6.8	7.3	7.0	11.2	4.4	0.3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	54	67	0.4	0.5	0.5	0.6	7.8	24.3	0.1
Operações Governamentais	41	48	0.4	0.4	0.4	0.4	1.5	16.3	0.1
DÉBITO ("Importações" Fob)									
Bens e Serviços	14 183	14 986	100.0	100.0	100.0	100.0	2.4	5.7	5.7
Bens	11 662	12 446	85.3	82.6	82.2	83.0	1.7	6.7	5.5
Serviços	2 521	2 540	14.7	17.4	17.8	17.0	5.9	0.8	0.1
Transportes	704	719	4.5	5.0	5.0	4.8	4.5	2.2	0.1
Viagens e Turismo	649	668	4.3	4.6	4.6	4.5	4.0	2.8	0.1
Comunicação	107	97	0.6	0.8	0.8	0.6	8.3	-9.1	-0.1
Construção	43	24	0.2	0.2	0.3	0.2	-1.3	-43.6	-0.1
Seguros	46	66	0.4	0.3	0.3	0.4	-0.6	41.8	0.1
Financeiros	56	58	0.3	0.3	0.4	0.4	4.8	4.6	0.0
Informação e Informática	95	78	0.3	0.6	0.7	0.5	17.1	-17.3	-0.1
Direitos de Utilização	97	119	0.5	0.6	0.7	0.8	5.2	22.1	0.2
Outr. Fornec. por Empresas	577	564	2.7	3.9	4.1	3.8	9.9	-2.3	-0.1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	114	116	0.6	0.8	0.8	0.8	10.8	1.6	0.0
Operações Governamentais	33	31	0.3	0.2	0.2	0.2	-2.6	-5.7	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE, encontrando-se os dados de Jan-Mar 2009 e 2010 já de acordo com a nova metodologia de cálculo.

Artigos

Em Análise

Evolução da Balança Comercial Portuguesa dos Produtos da Fileira Florestal 2005-2009

Walter Anatole Marques¹

1 - Balança Comercial

A Balança Comercial ² dos produtos da Fileira Florestal é largamente favorável a Portugal (Figura 1). Entre 2005 e 2007 assistiu-se a um aumento sustentado quer das entradas ³ quer das saídas ⁴ deste conjunto de produtos, a que se seguiu, na sequência da crise económica mundial, uma quebra nos últimos dois anos em ambos os fluxos, mais acentuada em 2009, quando atingiu respectivamente -17,1% e -13,3% (Figura 2).

Figura 1 – Balança comercial portuguesa dos produtos da fileira florestal

	Valores em 1000 Euros e %				
	2005	2006	2007	2008	2009
Entrada (Cif)	1 802 157	1 844 408	1 925 486	1 858 047	1 540 948
Peso no total das entradas(%)	3.8	3.6	3.5	3.2	3.3
Saída (Fob)	2 892 127	3 157 951	3 426 825	3 314 946	2 873 682
Peso no total das saídas(%)	9.7	9.4	9.4	9.0	9.8
Saldo (Fob-Cif)	1 089 970	1 313 543	1 501 339	1 456 899	1 332 734
Cobertura (Fob/Cif)	160.5	171.2	178.0	178.4	186.5

Fonte: GEE, a partir de dados e base declarados do INE (não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário).

Figura 2 – Taxas de crescimento do comércio internacional português dos produtos da fileira florestal

	2006/2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008	Média anual 2005-2009
Entrada (Cif)	2.3	4.4	-3.5	-17.1	-3.8
Saída (Fob)	9.2	8.5	-3.3	-13.3	-0.2

Por memória:

► **Comércio internacional total**

Entrada (Cif)	7.7	7.3	6.7	-20.9	-0.6
Saída (Fob)	13.3	8.4	0.7	-20.1	-0.3

Fonte: GEE, a partir de dados e base declarados do INE (não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário).

Na Figura 3 encontram-se reunidas as balanças comerciais dos diversos componentes da Fileira Florestal, ordenados por ordem decrescente do valor das saídas. Como se pode observar, em 2009 foi

¹ Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas de Comércio Internacional. O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

² Os valores apresentados neste trabalho não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, uma vez que essas estimativas vêm sendo elaboradas pelo INE ao nível de dois dígitos da Nomenclatura Combinada, não sendo compatíveis com a desagregação de produtos considerada.

³ **Entrada** corresponde ao somatório da **Chegada** de mercadorias provenientes do espaço comunitário com a **Importação** de mercadorias vindas dos Países Terceiros.

⁴ **Saída** corresponde ao somatório da **Expedição** de mercadorias para os países da UE, com a **Exportação** para os Países Terceiros.

negativo o saldo das trocas no domínio da Madeira. A Pasta de Papel, Papel e Cartão predomina no conjunto das saídas, mas o maior saldo positivo cabe à Cortiça. De todos os componentes, o único que ao longo do quinquénio registou um crescimento sustentado nas saídas foi o do Mobiliário de Madeira, que representa o 3º maior saldo em 2009.

Figura 3 – Balança comercial portuguesa dos componentes da fileira florestal

Valores em 1000 Euros e %

	2005	2006	2007	2008	2009
► Pasta de papel, papel e cartão					
Entrada (Cif)	961 142	976 292	1 111 180	1 119 422	996 868
TVH	-	1.6	13.8	0.7	-10.9
Peso no total da fileira (%)	53.3	52.9	57.7	60.2	64.7
Saída (Fob)	1 357 029	1 501 148	1 606 812	1 616 636	1 505 727
TVH	-	10.6	7.0	0.6	-6.9
Peso no total da fileira (%)	46.9	47.5	46.9	48.8	52.4
Saldo (Fob-Cif)	395 886	524 856	495 632	497 214	508 859
TVH	-	32.6	-5.6	0.3	2.3
Cobertura (Fob/Cif)	141.2	153.8	144.6	144.4	151.0
► Cortiça					
Entrada (Cif)	134 626	124 183	124 307	119 892	74 153
TVH	-	-7.8	0.1	-3.6	-38.1
Peso no total da fileira (%)	7.5	6.7	6.5	6.5	4.8
Saída (Fob)	816 577	827 773	833 769	791 618	662 223
TVH	-	1.4	0.7	-5.1	-16.3
Peso no total da fileira (%)	28.2	26.2	24.3	23.9	23.0
Saldo (Fob-Cif)	681 951	703 590	709 462	671 726	588 070
TVH	-	3.2	0.8	-5.3	-12.5
Cobertura (Fob/Cif)	606.6	666.6	670.7	660.3	893.0
► Madeira					
Entrada (Cif)	473 725	483 139	593 019	519 168	393 389
TVH	-	2.0	22.7	-12.5	-24.2
Peso no total da fileira (%)	26.3	26.2	30.8	27.9	25.5
Saída (Fob)	509 210	582 091	691 952	595 709	379 710
TVH	-	14.3	18.9	-13.9	-36.3
Peso no total da fileira (%)	17.6	18.4	20.2	18.0	13.2
Saldo (Fob-Cif)	35 485	98 951	98 933	76 541	-13 679
TVH	-	178.9	0.0	-22.6	-117.9
Cobertura (Fob/Cif)	107.5	120.5	116.7	114.7	96.5
► Mobiliário de madeira					
Entrada (Cif)	194 604	205 447	55 371	52 206	44 911
TVH	-	5.6	-73.0	-5.7	-14.0
Peso no total da fileira (%)	10.8	11.1	2.9	2.8	2.9
Saída (Fob)	179 782	206 011	258 196	276 086	293 961
TVH	-	14.6	25.3	6.9	6.5
Peso no total da fileira (%)	6.2	6.5	7.5	8.3	10.2
Saldo (Fob-Cif)	-14 822	564	202 825	223 881	249 051
TVH	-	-103.8	35 887.7	10.4	11.2
Cobertura (Fob/Cif)	92.4	100.3	466.3	528.8	654.5
► Produtos químicos resinosos					
Entrada (Cif)	38 059	55 347	41 609	47 360	31 627
TVH	-	45.4	-24.8	13.8	-33.2
Peso no total da fileira (%)	2.1	3.0	2.2	2.5	2.1
Saída (Fob)	29 529	40 928	36 096	34 898	32 061
TVH	-	38.6	-11.8	-3.3	-8.1
Peso no total da fileira (%)	1.0	1.3	1.1	1.1	1.1
Saldo (Fob-Cif)	-8 530	-14 419	-5 513	-12 462	435
TVH	-	69.0	-61.8	126.0	-103.5
Cobertura (Fob/Cif)	77.6	73.9	86.8	73.7	101.4

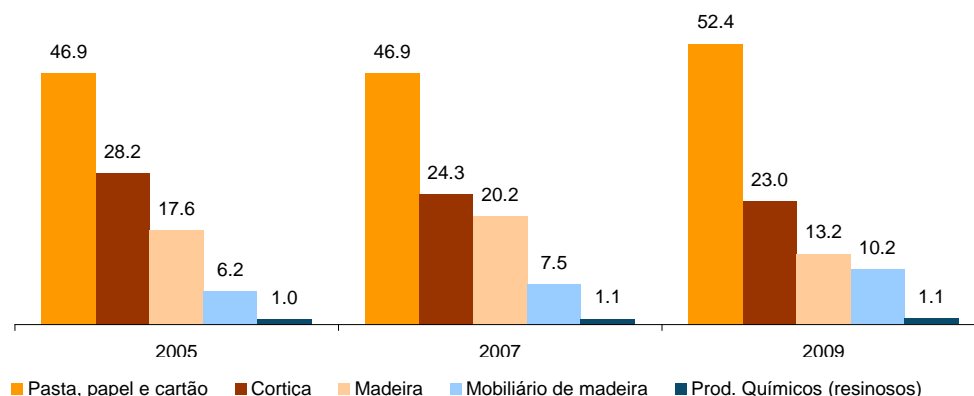
Fonte: GEE, a partir de dados e base declarados do INE (não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário).

2 - Saídas dos Produtos da Fileira Florestal

Ao longo dos últimos 5 anos o peso das saídas da Fileira Florestal no total das saídas portuguesas oscilou entre 9,0% (2008) e 9,8% (2009).

A área dominante é a da Pasta de Papel, Papel e Cartão (52,4% do total da fileira em 2009), seguida da Cortiça (23,0%), da Madeira (13,2%), do Mobiliário de Madeira (10,2%) e os Produtos Químicos Resinosos (1,1%) (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Peso relativo das saídas dos produtos da fileira florestal (%)
2005 – 2007 – 2009**



* Somatório das Expedições para os países da UE com as Exportações para os países terceiros
Fonte: GEE, a partir de dados e base declarados do INE (não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário).

Em 2009 as saídas da Pasta de Papel, Papel e Cartão decresceram cerca de 7% face ao ano anterior, após um aumento sustentado que se verificava desde 2005.

O peso da pasta de papel no total do segmento tem vindo a decrescer, a favor do papel e cartão, produtos de maior valor acrescentado, cujo peso passou de 70,6% em 2005, para 74,2% em 2009. Entre o papel e cartão predomina o papel de jornal, em rolos ou folhas, o papel e cartão *kraft* não revestidos, as caixas, sacos, cartuchos e outras embalagens, bem como cartonagens diversas.

As saídas de Cortiça, decresceram em valor nos dois últimos anos, mais acentuadamente em 2009 (-16,3%). Predominam aqui as rolhas e outras obras de cortiça natural, as rolhas de cortiça aglomerada e os cubos, chapas, folhas, ladrilhos, etc., de cortiça aglomerada, com aglutinantes.

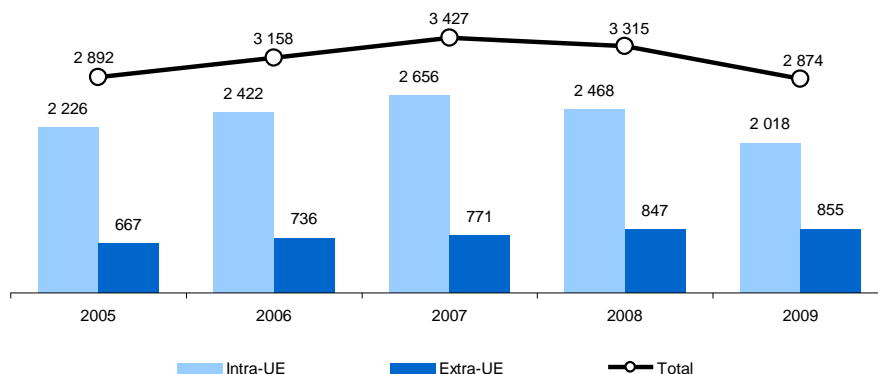
Diminuíram substancialmente em 2009 as saídas de Madeira (-36,3%), principalmente as de madeira em bruto (-61,4%), essencialmente de eucalipto, mas também da área da serração (-34,5%) e dos artigos de madeira (-29,7%), como painéis de fibras ou de partículas de madeira, e obras de marcenaria e carpintaria para construções.

Como já atrás foi referido, as saídas de Mobiliário de Madeira foram as únicas que, ao longo do período 2005-2009, registaram um crescimento sustentado, representando já mais de 10% da fileira.

As saídas de Produtos Químicos Resinosos, em declínio desde 2006, são essencialmente constituídas por colofónias e ácidos resínicos e seus derivados.

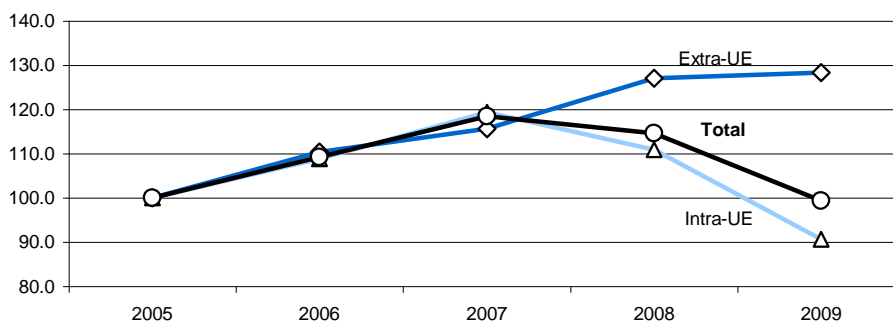
O principal destino dos produtos portugueses da Fileira Florestal é o espaço comunitário (Gráfico 2). Nos últimos dois anos foi positivo o ritmo de crescimento das saídas para os Países Terceiros, a par de uma quebra na UE (Gráfico 3). Entre 2005 e 2009 aumentou de 23,0% para 29,8% o peso das exportações dos produtos da Fileira Florestal para os Países Terceiros.

Gráfico 2 – Evolução das saídas dos produtos da fileira florestal para o espaço intra e extracomunitário (2005-2009)
(milhões de Euros)



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário).

Gráfico 3 – Ritmo de crescimento das saídas dos produtos da fileira florestal para o espaço intra e extracomunitário (2005-2009)
(2005=100)



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário).

Da Figura 4 constam, relativamente a cada componente, para o comércio intra e extracomunitário e para os 5 principais mercados de destino, o peso no total do segmento, a taxa média de crescimento anual entre 2005 e 2009, a taxa de variação homóloga nos últimos dois anos, e a quota de mercado de Portugal nas “importações” destes produtos nos parceiros comunitários.

Figura 4 - Mercados de destino dos produtos portugueses da fileira florestal (%)

Fileira Florestal					Pasta de Papel, Papel e Cartão						
Destino	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08	Quota de PT na UE	Destino	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08	Quota de PT na UE		
Intra+Extra	100.0	-3.0	-13.3	1.9	Intra+Extra	100.0	2.6	-6.9	2.0		
Intra	70.2	-5.6	-18.2	-	Intra	74.0	0.0	-14.9	-		
Extra	29.8	4.8	1.0	-	Extra	26.0	12.5	27.1	-		
Os 5+	Espanha	24.6	-7.7	-23.6	12.9	Os 5+	Espanha	24.3	2.8	-12.1	11.0
	França	14.2	-2.3	-7.2	2.9		Alemanha	13.2	0.3	-17.3	2.0
	Alemanha	10.1	-4.2	-13.5	1.6		França	11.0	1.7	-3.3	2.2
	EUA	6.4	-2.4	-10.3	-		Itália	6.6	0.6	-7.9	1.7
	Itália	6.2	-1.5	-11.5	1.9		R.Unido	6.2	4.7	4.9	1.3
Peso dos 5+	61.5				Peso dos 5+	61.2					

(continua)

Cortiça					
Destino	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08	Quota de PT na UE	
Intra+Extra	100.0	-5.1	-16.3	-	
Intra	59.1	-5.2	-14.3	55.0	
Extra	40.9	-5.0	-19.1	-	
Países da UE	França	20.8	-5.2	-11.2	64.2
	EUA	16.7	-4.3	-16.9	-
	Alemanha	10.7	-3.6	-5.2	66.3
	Espanha	9.6	-11.5	-33.5	73.5
	Itália	8.5	1.2	-6.8	63.5
Peso dos 5+	66.3				

Madeira					
Destino	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08	Quota de PT na UE	
Intra+Extra	100.0	-7.1	-36.3	-	
Intra	78.6	-10.1	-39.0	1.2	
Extra	21.4	12.1	-23.8	-	
Países da UE	Espanha	51.0	-10.9	-42.9	18.2
	França	6.7	-4.0	-20.3	1.0
	Angola	6.3	30.8	13.0	-
	R.Unido	6.0	-10.8	-42.5	0.8
	Itália	3.7	-5.0	-38.3	0.4
Peso dos 5+	73.7				

Mobiliário de Madeira					
Destino	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08	Quota de PT na UE	
Intra+Extra	100.0	13.1	6.5	-	
Intra	63.1	6.4	2.1	1.0	
Extra	36.9	32.7	14.9	-	
Países da UE	Espanha	26.6	10.7	12.0	7.8
	França	26.1	5.1	-2.4	2.3
	Angola	19.7	33.8	1.8	-
	EUA	2.7	27.9	7.8	-
	R.Unido	2.5	0.5	-28.3	0.4
Peso dos 5+	77.7				

Produtos Químicos Resinosos					
Destino	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08	Quota de PT na UE	
Intra+Extra	100.0	2.1	-8.1	-	
Intra	90.0	2.5	-9.5	4.1	
Extra	10.0	-1.2	6.7	-	
Países da UE	Alemanha	20.5	2.9	-4.0	6.9
	Espanha	19.9	3.2	14.2	11.1
	Itália	18.4	-1.1	-10.2	8.6
	P.Baixos	10.1	39.6	-24.2	6.4
	R.Unido	9.2	-1.8	-38.6	3.7
Peso dos 5+	78.1				

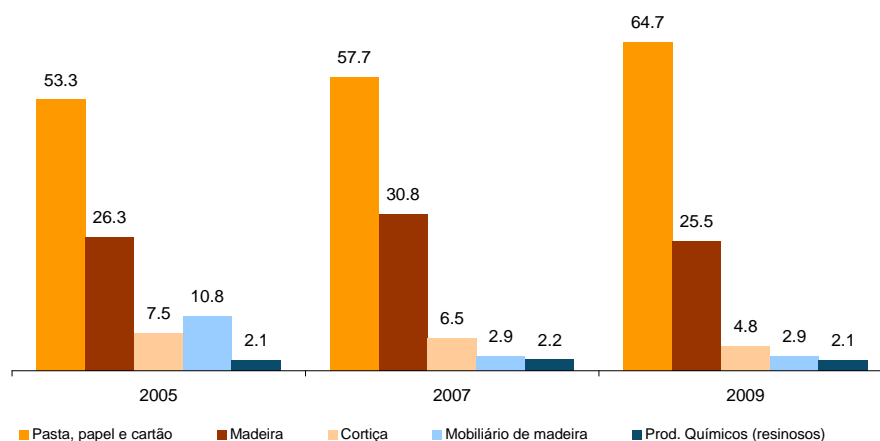
Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário) e do Eurostat (estatísticas de "importação" nos estados-membros).

3 - Entradas dos Produtos da Fileira Florestal

Ao longo dos últimos 5 anos o peso das entradas da Fileira Florestal no total das entradas de mercadorias portuguesas oscilou entre 3,2% do total (2008) e 3,8% (2005).

A área dominante, à semelhança da vertente das saídas, é ainda a da Pasta de Papel, Papel e Cartão (64,7% do total da fileira em 2009), seguida da Madeira (25,5%), da Cortiça (4,8%), do Mobiliário de Madeira (2,9%) e os Produtos Químicos Resinosos (2,1%) (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Peso relativo das entradas dos produtos da fileira florestal (%) 2005 – 2007 – 2009



* Somatório das Expedições para os países da UE com as Exportações para os países terceiros

Fonte: GEE, a partir de dados e base declarados do INE (não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário).

O peso da Pasta de Papel, Papel e Cartão no conjunto da fileira tem vindo a aumentar, tendo passado de 53,3% em 2005, para 64,7% em 2009. Com crescimentos sucessivos entre 2005 e 2008, as entradas destes produtos registaram uma quebra em 2009, face ao ano precedente (-10,9%). Predominam aqui as entradas de papel para toucador, toalhas, guardanapos, papel higiénico, lenços, fraldas, lençóis, vestuário, pensos e tampões higiénicos, de papel e cartão, pasta e mantas de celulose revestidos, e de papel de jornal em rolos ou folhas.

As entradas de Madeira decresceram nos dois últimos anos, mais acentuadamente em 2009 (-24,2%). Adquirem-se no exterior principalmente artigos de madeira, como painéis de fibras e obras de marcenaria e carpintaria para construções, madeira serrada e madeira em bruto, com a madeira dita tropical a perder peso de ano para ano.

As entradas de Cortiça incidem principalmente na cortiça natural em bruto, que em 2009 registaram uma quebra da ordem dos 40% face ao ano anterior. Seguem-se as rolhas e outras obras de cortiça natural.

As aquisições de Mobiliário de Madeira ao exterior têm vindo a decrescer acentuadamente a partir de 2007, designadamente no que se refere aos móveis, que viram o seu valor de importação descer de 164 milhões de Euros, em 2006, para pouco mais de 6 milhões, em 2009.

As entradas de Produtos Químicos Resinosos, essencialmente colofónias e ácidos resínicos, com reduzida expressão, com um comportamento irregular, registaram uma quebra em 2009 face ao ano anterior (-33,2%).

Da Figura 5 constam, relativamente a cada componente, para o comércio intra e extracomunitário e para os 5 principais mercados de destino, o peso no total do segmento, a taxa média de crescimento anual entre 2005 e 2009, e a taxa de variação homóloga nos últimos dois anos.

Figura 5 - Mercados de origem das entradas em Portugal dos produtos da fileira florestal (%)

Fileira Florestal				Pasta de Papel, Papel e Cartão					
Origem	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08	Origem	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08		
Intra+Extra	100.0	-1.7	-17.9	Intra+Extra	100.0	0.9	-10.9		
Intra	86.1	-0.6	-16.2	Intra	95.5	0.9	-11.6		
Extra	13.9	-7.4	-26.8	Extra	4.5	2.2	4.2		
O 5+	Espanha	50.3	0.4	-18.7	O 5+	Espanha	58.0	3.0	-14.3
	França	9.5	3.1	-8.6		Alemanha	7.9	-3.4	-14.6
	Alemanha	7.2	-1.5	-19.6		França	7.8	5.0	-3.9
	Itália	4.5	-1.8	-5.9		Suécia	4.9	-5.9	-15.8
	P.Baixos	3.3	0.3	-15.2		Itália	4.5	5.4	15.0
Peso dos 5+	74.8			Peso dos 5+	83.2				

Cortiça				Madeira					
Origem	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08	Origem	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08		
Intra+Extra	100.0	-13.9	-38.1	Intra+Extra	100.0	-4.2	-23.9		
Intra	75.7	-14.9	-42.9	Intra	67.2	0.1	-16.8		
Extra	24.3	-10.2	-16.9	Extra	32.8	-10.8	-35.3		
O 5+	Espanha	70.7	-15.1	-43.7	O 5+	Espanha	41.2	5.2	-15.5
	EUA	5.5	17.8	-24.8		França	7.7	-2.4	-10.7
	Marrocos	4.9	-23.9	-48.3		Brasil	7.6	-15.3	-41.0
	Argentina	3.7	39.5	133.6		Alemanha	7.0	1.6	-20.6
	Tunísia	3.6	-20.5	-27.3		EUA	6.9	-12.4	-33.5
	Peso dos 5+	88.4				Peso dos 5+	70.4		

(continua)

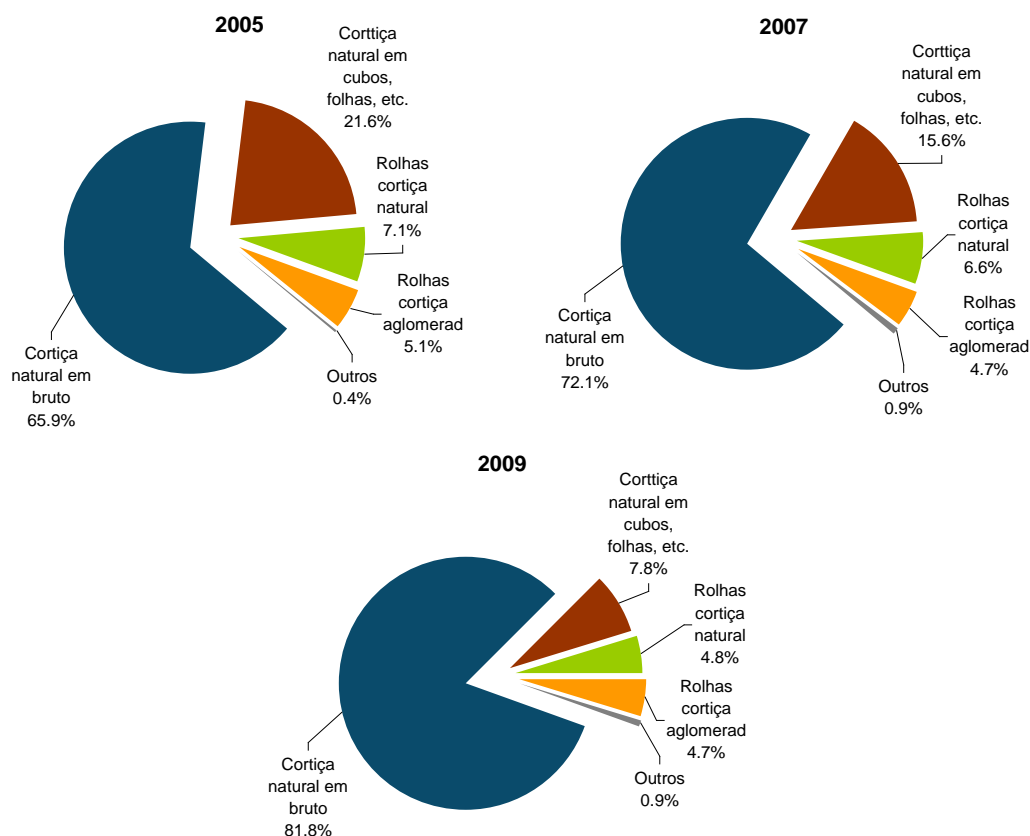
Mobiliário de Madeira				
Origem	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08	
Intra+Extra	100.0	-1.7	-23.9	
Intra	92.7	-2.0	-24.0	
Extra	7.3	1.8	-21.8	
+ 5 0	Espanha	27.6	-11.7	-35.1
	França	26.4	5.3	-12.6
	Itália	10.7	-9.4	-28.7
	P.Baixos	10.1	27.2	-16.2
	Alemanha	7.1	5.5	-18.5
Peso dos 5+	82.0			

Produtos Químicos Resinosos				
Origem	Peso no Total 2009	Tx média anual 05-09	TVH 09/08	
Intra+Extra	100.0	-4.5	-33.2	
Intra	17.8	-9.3	-56.3	
Extra	82.2	-3.3	-24.6	
+ 5 0	China	53.3	-7.5	-38.4
	Brasil	27.0	15.5	60.0
	Espanha	6.1	-12.1	-28.6
	França	5.1	4.5	-12.3
	Alemanha	2.2	43.5	-89.0
Peso dos 5+	93.6			

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário) e do Eurostat (estatísticas de "importação" nos estados-membros).

As entradas de cortiça em Portugal encontram o seu principal fornecedor na Espanha, com cerca de 71% do total em 2009. O principal produto envolvido é a cortiça natural em bruto, que tem vindo a aumentar o seu peso face aos restantes ao longo dos últimos anos, representando em 2009 cerca de 82% de toda a cortiça fornecida a Portugal por este país (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Chegadas a Portugal de cortiça e suas obras com origem em Espanha



Entrepreneurship in Portugal: Comparison between the World Bank Data and Quadros de Pessoal ¹

Elsa de Morais Sarmento²

Alcina Nunes³

Portugal has some of the highest business entry rates when compared to other countries, according to Eurostat, Statistics Portugal and the OECD Entrepreneurship Indicators Programme. We look at business creation in Portugal, from 2000 to 2007, by approaching two other complementary data sources, the World Bank Group Entrepreneurship Survey, based on official Portuguese business register's and the universe of active employer enterprises, obtained by applying to the dataset *Quadros de Pessoal*, the methodology and definitions of the Eurostat/OECD's "Manual on Business Demography Statistics". This allows us to address entrepreneurship indicators comparability issues and exploit complementarities to support entrepreneurship patterns and trends previously identified by other national and international sources. We highlight the importance of considering information other than business registries, in particular when calculating business entry rates. Datasets where economically active units can be identified provide a better proxy for the true level of business creation and activity in Portugal.

1. Introduction

Portugal has some of the highest firm entry rates when compared to other countries (INE, 2009; Eurostat, 2009; OECD/Eurostat 2009; Cabral 2007). According to Eurostat's September 2009 release of the "Business demography: employment and survival", Portugal had in 2006, the third highest entry rate in a pool of 21 countries and according to the November 2009's release of the Eurostat/OECD's "Measuring entrepreneurship, a collection of indicators" (2009), Portugal had the highest birth rate in the service sector among the 22 portrayed OECD countries.

We look at business creation in Portugal, from 2000 to 2007, by comparing two other different data sources, the business registries from the World Bank Group Entrepreneurship Survey (WBGES), based on official Portuguese business register's from the Ministry of Justice, and the universe of active employer enterprises (enterprises with more than 1 employee), obtained from the dataset *Quadros de Pessoal* (Employment Administrative Records) from the Portuguese Ministry of Labour and Social Security (GEP, MTSS).

This work allows us to address entrepreneurship indicators comparability issues, which are indeed an issue in most countries and exploit complementarities to support entrepreneurship patterns and trends previously identified in other studies (Bartelsman et al., 2004, 2005a and 2005b; Klapper et al., 2008; INE, 2009; Eurostat, 2009; OECD/Eurostat 2009; Cabral, 2007).

Following the previous brief introduction, this work approaches the main comparability issues concerning business demography and moves on to a description of the datasets methodologies, definitions and indicators in part 3. Part 4 highlights the main discrepancies in entrepreneurship indicators evolution

¹ The authors would like to thank *Gabinete de Estratégia e Planeamento* of the Portuguese Ministry of Labour and Social Security (GEP/MTSS) and the World Bank for the provision of the data, and Paula Bordelo (Statistics Portugal, INE) and Rita Pedrosa (GEP) for the helpful assistance.

This work reflects the opinions of the authors and not of any official entity. Other usual disclaimers also apply.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação; Departamento de Economia e Gestão DEGEI, Universidade de Aveiro, Portugal.

³ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento; Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança.

between the two datasets, part 5 provides some international comparisons with other data sources and finally part 6 concludes.

2. Comparability Issues

Business demography statistics requires a statistical or administrative business register that serves as the primary source of information (Eurostat/OECD, 2007). But we must be aware its potential limitations, in the context of national and international comparability, the main being that the appearance of a business on an administrative or business register does not necessarily coincide with the date at which the business first became active. It does not necessarily follow that after being registered, a business will in fact engage in economic activity. It may instead remain inactive permanently.

At the international level, various information sources on business creation co-exist, which include statistical agencies, tax and labour agencies, chambers of commerce and private vendors. Even within public entities, there is great heterogeneity in terms of inter alia, prevailing regulations, methodologies and implementation of digital administration procedures (Klapper et al., 2008). Databases that allow international comparisons are still being developed and suffer from various compilation and methodology problems, thus requiring further harmonisation (Ahmad, 2006), with international rankings providing fragile meaningful guidance to policy makers (Kukoc, 2008).

Even at a national level, comparability between different datasets on entrepreneurship can be a complex exercise, due to various factors such as different sources for data compilation (surveys, administrative data collected from a group of external entities which have not had a stable universe for compilation over a given time horizon), different methodologies for compiling the data, limitations regarding data on firm closures, the choice of different sections of the NACE classification of companies for identifying target populations, the lack of continuity in the inclusion of sole proprietors throughout time into the enterprise population, and the incorporation of the self-employed into the population of the sole proprietors, thus making them undistinguishable. Often, a combination of the above mentioned factors, hinders comparability and culminates in business demography series breaks.

In Portugal, there are various actors involved in the collection and publication of businesses and establishments' information, through surveys and administrative collection of information. Business statistics are available to the public, through different publications. The *Gabinete de Estratégia e Planeamento* of the Portuguese Ministry of Labour and Social Security publishes business statistics data based on *Quadros de Pessoal* and releases studies such as the *Colecção Cogitum* and *Cadernos de Sociedade e Trabalho*.

Statistics Portugal is the most important entity, producing and publishing official information within the national statistical system. It has recently released “Demografia de Empresas 2004-2007”, “O Empreendedorismo em Portugal - Indicadores sobre a Demografia das Empresas”, but has also been publishing business data in the annual regional and national “Anuários Estatísticos” and in “Empresas em Portugal”. The formerly mentioned publications have had, in the past, different sources of information. For instance, “Estatísticas das Empresas” were based on Structural Business Surveys (*Inquérito Harmonizado às Empresas*), until 2004. The “Anuários Estatísticos” were based on the integrated register of companies (*Ficheiro de Unidades Estatísticas*, FUE), until 2004. From 2005, both the former and “Empresas em Portugal” were then based on the Integrated System of Business Accounts⁴ (*Sistema Integrado de Contas*, SCIE), which has at the present moment, as its main data source, the “Simplified Business Information” (*Informação Empresarial Simplificada* or IES).

⁴ The SCIE contemplates sections B to O (excluding section J and division 01) of the NACE classification of companies (CAE Rev. 2.1.).

In fact, until the businesses statistics reference year of 2004, several statistical projects coexisted in the field of annual business statistics: Structural Business Survey (Annexes I to IV of Structural Business Statistics (SBS) Regulation), the Business Demography (Specific annex of SBS Regulation), the Integrated System of Business Accounts (SCIE), which concerned national data demands and the Foreign Affiliates Statistics (based on the FATS Regulation).

From 2005, these four areas were integrated in one unique system, the SCIE, which uses as inputs, the Structural Business Survey and fiscal data. The main advantages of the new system are the full consistency of results between the various regulations of business statistics and the expansion of the amount of information available.

From March 2007 onwards, and for 2006 as a reference year⁵, Portuguese enterprises have started to transmit the set of annual compulsory data for fiscal and statistical purposes, for compliance with the settlement of accounts obligation, known as the IES (Cordeiro, 2007). This information has been integrated into the SCIE. The statistical system is now able to obtain all structural business statistical data from a single source. The IES has allowed the reorientation of the statistical activity towards further data consistency and simplification.

As observed in Figure 1, the number of enterprises in the WBGES and the data from “Anuários Estatísticos de Portugal” are identical, from 2000 to 2003. This happens because the data source from the Statistics Portugal publication, “Anuários Estatísticos” was based on the FUE⁶, which contained legally active businesses. From 2004 onwards, the *Sistema Integrado de Contas* (SCIE)⁷ was introduced and the publication of “Anuários Estatísticos de Portugal”, among others, were then based on the SCIE, causing a series break. We can observe in Figure 1, throughout time, a gradual convergence of the data from the business registries with the data from the SCIE.

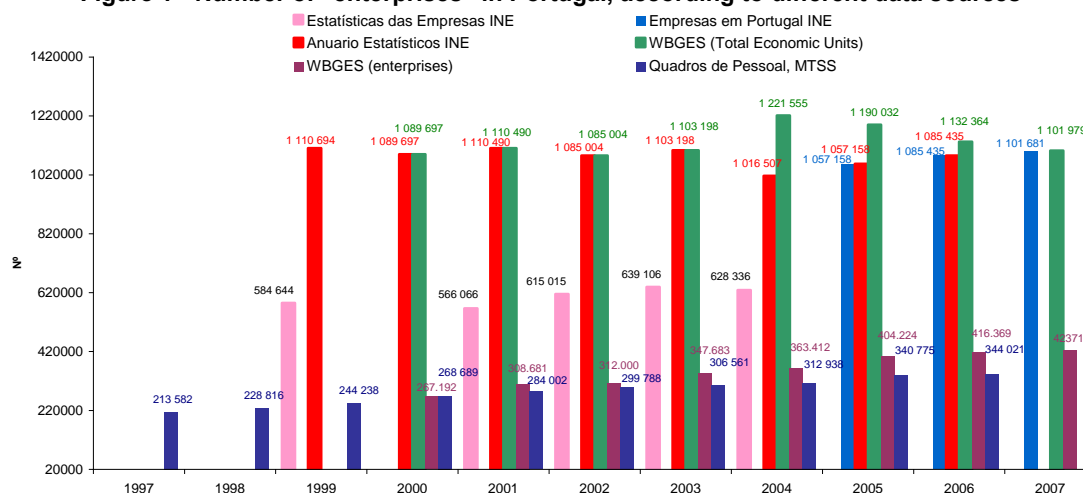
The main problems of comparability encountered between the two datasets considered in this study, the WBGES and the *Quadros de Pessoal*, which was subject to a specific cleaning according to the Eurostat/OECD’s methodology (we shall refer to this dataset as QP Eurostat/OECD) are threefold. The first is related to the nature of the source of information (and its administrative process of information collection). The second relates to the methodological treatment to which *Quadros de Pessoal* was subject due to the application of the Eurostat/OECD Manual (2007). Finally, the last has to do with analysis issues, resulting from the application of the same exact definitions to two distinct populations. Keeping these differences in mind and providing we use the same indicators, we are still able to draw useful comparisons from these two sources of information.

⁵ The first preliminary data referred to 2005.

⁶ Under the aegis of the High Statistical Council, a project and a Working Group (*Grupo de Trabalho para constituição de um Ficheiro Único de Unidades Estatísticas do Sistema Estatístico Nacional* (FUE/SEN)) were created, the former with a mandate assigned to improve the integrated register of companies for the use across the national statistical system. Presently, the FUE, relies on IES and SICAE for updating, guaranteeing consistency between the two systems and bringing significant quality improvements in terms of updating and comprehensiveness of the information, namely on corporations and establishments.

⁷ From 2004, the SCIE includes not only corporations, but also sole proprietors and the self-employed.

Figure 1 - Number of “enterprises” in Portugal, according to different data sources



Source: Statistics Portugal (INE) based on the publications: “Estatísticas das Empresas” (source: *Inquérito às Empresas Harmonizado* (IEH)), “Anuários Estatísticos” (source: *Ficheiro de Unidades Estatísticas* (FUE), and from 2004, *Sistema Integrado de Contas* (SCIE)), “Empresas em Portugal” (source: *Sistema Integrado de Contas* (SCIE)); based on *Quadros de Pessoal* (employer enterprise population only) after the application of the Eurostat/OECD methodology, from GEP, Ministry of Labour and Social Security, Portugal; World Bank Entrepreneurship Survey based on data from the Portuguese Ministry of Justice (for total economic units and enterprises). Note: The data from “Anuários Estatísticos” has a series break in 2004.

3. Datasets Description

3.1. Methodology and Definitions

The last World Bank Group Entrepreneurship Survey (WBGES 2008) has collected data from 100 countries, directly from the national business registrars⁸, on the number of total and newly registered enterprises from 2000 to 2007. In order to make the data comparable across countries of different legal and economic systems, the definition of entrepreneurship includes only business that operate in the formal sector, those being limited liability corporations (LLCs) or its equivalent in different legal systems (World Bank, 2008). The unit of measurement of entrepreneurship considered is “any economic unit of the formal sector incorporated as a legal entity and registered in a public registry, which is capable, in its own right, of incurring liabilities and of engaging in economic activities and transactions with other entities” (Acs et al., 2008). Entrepreneurship is thus defined as the “activities of an individual or a group aimed at initiating economic activities in the formal sector under a legal form of business” (Klapper et al., 2008).

Table 1 presents the number of total economic units, between 2000 and 2007, considered in the WBGES 2008 dataset and the number of total and new corporations. Only the two former indicators will be used in this analysis.

Table 1 - Number of economic units and corporations present in WBGES 2008

Portugal	Total Economic Units		Total Corporations		New Corporations	
	Nº	Growth rate (%)	Nº	% of Total Economic Units	Nº	% of Total Corporations
2000	1.089.697		267.192	24,5	18.748	7,0
2001	1.110.490	1,9	308.681	27,8	41.648	13,5
2002	1.085.004	-2,3	312.000	28,8	20.143	6,5
2003	1.103.198	1,7	347.683	31,5	20.984	6,0
2004	1.221.555	10,7	363.412	29,7	24.774	6,8
2005	1.190.032	-2,6	404.224	34,0	25.779	6,4
2006	1.132.364	-4,8	416.369	36,8	28.284	6,8
2007	1.101.979	-2,7	423.719	38,5	30.934	7,3

Source: WBGES 2008 from the World Bank.

⁸ The data on Portugal originates from the *Instituto dos Registos e Notariado* of the Ministry of Justice. The World Bank (WB) also gathers information on registries functioning and structure. The WBGES 2008 includes new data on the impact of modernization of business registries on business creation. The collection process involved telephone interviews and email/fax correspondence with business registrars in over 120 countries.

The *Quadros de Pessoal*, is an annual mandatory survey conducted in Portugal by the Portuguese Ministry of Labour and Social Security (*Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social*), which provides a rich matched⁹ employer-employee dataset. Our dataset resulted from the application of the entrepreneurship definitions and methodology of the Manual on Business Demography Statistics¹⁰ (Eurostat/OECD, 2007) to the *Quadros de Pessoal* dataset, which is the main data source in Portugal for the universe of employer enterprises. Accordingly, the analysis focuses on a specific subsample of *Quadros de Pessoal*, consisting on the population of active enterprises only, with at least one paid employee, the so-called employer enterprise population (Figure 2).

An entry amounts to the “creation of a combination of production factors with the restriction that no other enterprises are involved in the event”. This means that it occurs only when an enterprise starts activity.

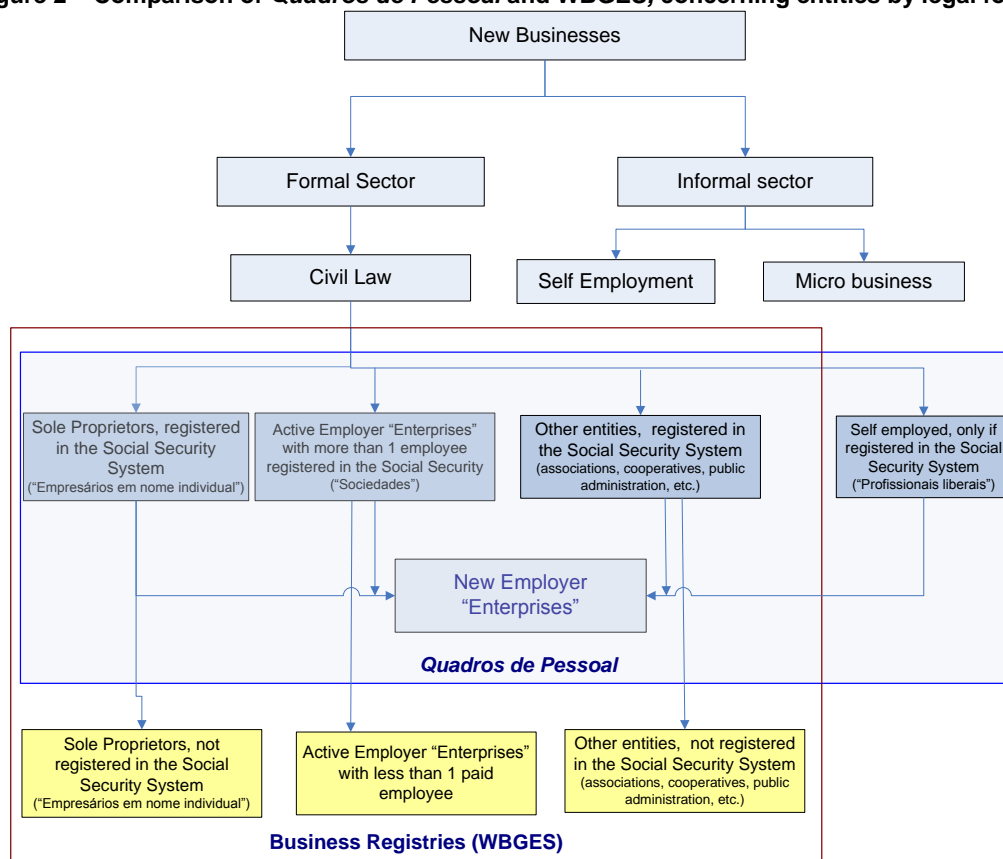
For measures based on the “1 or more employees” threshold, active enterprises only include enterprises that had 1 or more employee at any time during the reporting period¹¹. Thus, an enterprise entry is only recorded when a first employee is recruited, subject to the rules on mergers, acquisitions, reactivations being met¹². Moreover, we do not include entries into the population which result from reactivations of units which were dormant within a period of two years. Our population consists of enterprises that have at least one paid employee in its birth year and also of enterprises that, despite existing before the year in consideration, were below the one employee threshold. An employer enterprise entry is thus counted in the dataset as a birth of an employer enterprise after it recruits its first employee, while complying with the above mentioned requisites. We shall refer to this new employer enterprise dataset, which follows the Eurostat/OECD’s methodology as QP Eurostat/OECD. The definitions and methodology used for the compilation of entries, also follow the Eurostat/OECD Manual (2007) on Business Demography Statistics, and are comparable to those of the Entrepreneurship Indicators Programme (EIP).

⁹ Its relevance derives not only from its national coverage and therefore comprehensiveness at the microeconomic level, but also from the fact that it is the only linked data source in Portugal, thus allowing the matching of firms with its employees and the establishments in which they operate, throughout time.

¹⁰ The OECD, the Eurostat and the EU member states have agreed that the collection of data on enterprises that have paid employment can improve the compatibility of enterprise birth and death rates among all OECD countries and some EU countries (Eurostat/OECD, 2007). This methodology is intended to be consistent and to complement other methodological guidelines such as statistical business registers and structural business statistics.

¹¹ We considered sections A to O of ISIC Revision 3.

¹² Following Eurostat/OECD’s “Manual on Business Demography Statistics” (2007).

Figure 2 – Comparison of *Quadros de Pessoal* and WBGES, concerning entities by legal form¹³

Note: Not included in the *Quadros de Pessoal* universe are all types of businesses that do not have at least one employee registered in the Social Security System. Only the self-employed (“trabalhadores independentes”), who are registered in Social Security system, have to comply with the law and fill out the respective form of *Quadros de Pessoal*. The same happens for “other entities” such as cooperatives and associations.¹⁴ Regarding the Public Administration, up to the end of 2008, all institutions should report as long as they had employees who were paid through an individual contract called “Contrato Individual de Trabalho” (the reporting concerns those workers only). From 2009, the situation has changed with the publication of the Law nº 59/2008, dated from the 11th of September.

3.2. Definition of Indicators

We resort to three main indicators. The Business Density indicator is used to measure the number of total businesses (those that existed at the beginning of the given year) as a ratio of working age population (age 18-65). The New Business Density indicator is used to measure new firms (those that were registered in the current year) as a ratio of working age population (ages 18-65). The Entry rate indicator is used to measure the number of new businesses as a proportion of existing businesses. It is calculated as a percentage of newly registered firms to total registered firms in a given year (Klapper et al., 2009).

The descriptive statistics for both datasets and indicators from 2000 to 2007 can be observed in the following table.

¹³ Sole proprietors are counted as an active employer enterprise, respecting the definitions of the Eurostat/OECD’s guidelines (2007), if the proprietor is considered as a paid employee, contributing to the Portuguese Social Security System.

¹⁴ In Portuguese we refer to “*outras entidades como associações sem fins lucrativos e cooperativas*”.

4. Results from Data Comparison

As we can infer from Table 2, the total number of registries in WBGES 2008 is always higher than the number of employer enterprises from the entrepreneurship database created from *Quadros de Pessoal* (according to the Eurostat/OECD's methodology, 2007), exception made for year 2000¹⁵.

From 2003, both growth rates of the total number of registers and employer enterprises show a similar behaviour, with the exception of year 2007. WBGES data is able to pick up the surge in business creation in 2005, revealed not only by its growth rate, but also by the entry rate values in *Quadros de Pessoal*, which might be related to the initiative "Empresa na Hora"¹⁶ and the picking up of the economic cycle. According to *Quadros de Pessoal*, 16,1 out of each 100 employer enterprises were new firms, compared to 12,6 in 2007. Despite the discrepancies between annual growth rates of new businesses creation among these two data sources, the year on year average growth rate for the last 4 years (2007-2004/2003-2000) shows a similar value for both data sources (1,1% for WBGES 2008 and 0,9% for QP Eurostat/OECD).

Table 2 - Comparison between the WBGES data and Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD)

			2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total Number of "Enterprises"	World Bank	number	267.192	308.681	312.000	347.683	363.412	404.224	416.369	423.719
	Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD)	number	268.689	284.002	299.788	306.561	312.938	340.775	344.021	354.920
	Growth rate World Bank	%		15,5	1,1	11,4	4,5	11,2	3,0	1,8
	Growth rate Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD)	%		5,70	5,56	2,26	2,08	8,90	0,95	3,17
	Growth World Bank	2000=100	100	115,5	116,8	130,1	136,0	151,3	155,8	158,6
	Growth Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD)	2000=100	100	105,7	111,6	114,1	116,5	126,8	128,0	132,1
Number of New "Enterprises"	World Bank	number	18.748	41.648	20.143	20.984	24.774	25.779	28.284	30.934
	Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD)	number	52.346	54.229	54.702	41.471	39.865	54.865	43.980	44.611
	Growth rate World Bank	%		122,1	(51,6)	4,2	18,1	4,1	9,7	9,4
	Growth rate Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD)	%		3,6	0,9	(24,2)	(3,9)	37,6	(19,8)	1,4
	Growth World Bank (2000=100)	2000=100	100	222	107	112	132	138	151	165
	Growth Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD) (2000=100)	2000=100	100	104	105	79	76	105	84	85
Business Density	World Bank	enterprises/1000 active pop	38,6	44,5	44,9	49,9	52,0	57,7	59,2	60,1
	Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD)	enterprises/1000 active pop	38,9	41,0	43,1	44,0	44,8	48,6	48,9	50,3
	Difference (WB-QP (Eurostat/OECD))		-0,2	3,6	1,8	5,9	7,2	9,1	10,3	9,8
New Business Density	New Business Density World Bank	enterprises/1000 active pop	2,71	6,01	2,90	3,01	3,54	3,68	4,02	4,39
	New Business Density Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD)	enterprises/1000 active pop	7,57	7,82	7,87	5,95	5,70	7,83	6,26	6,33
Entry rate	World Bank	%	7,0	13,5	6,5	6,0	6,8	6,4	6,8	7,3
	Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD)	%	19,5	19,1	18,2	13,5	12,7	16,1	12,8	12,6

Source: WBGES 2008 from the World Bank and authors' calculations for Quadros de Pessoal (according to Eurostat/OECD's methodology) from GEP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Note: "Enterprises" are businesses registries in the case of the WB data and employer enterprises in *Quadros de Pessoal*.

The difference between the number of registry records and the number of employer enterprises increases from 2001, and more sharply from 2002 onwards (Figure 3). In 2007, there was a difference of 68.799 businesses between the two information sources. This might be explained by the increase of the number of sole proprietors that do not register with the Social Security, by an increase in the number of businesses that do not report the cessation of its activity to the register or by the increase in enterprises in sectors which are not considered in *Quadros de Pessoal*.

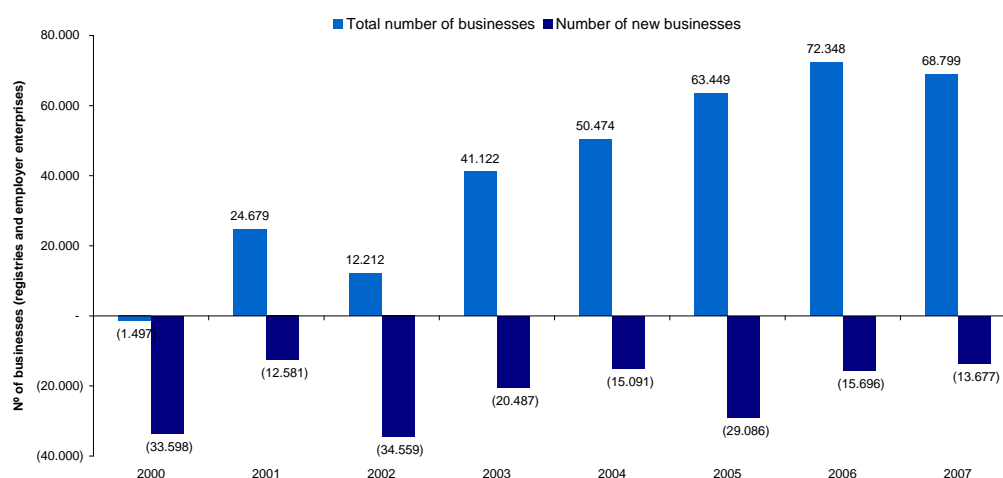
The number of total registries in WBGES 2008 is greater than the number of the employer enterprises, which are a subset of the country's business registries. On the other hand, we find the number of new

¹⁵ The opposite happens when the WBGES data is compared to the Global Entrepreneurship Monitor (Acs et al., 2008). We find that 2000 was a "peak year" in terms of employer enterprise births (Sarmiento and Nunes, 2009). A plausible explanation is the reactivation of previously registered business that became economically active beyond the one employee threshold, in 2000. One of the causes might be the opening of the third European Union Community Support Framework (QCA III). The determinants of enterprise births are beyond the scope of this document, but will be approached in forthcoming work.

¹⁶ "Empresa na Hora" made possible to create a company in just one office (one-stop office) in a single day in Portugal. In various econometric models we obtained statistical significance for this variable.

employer enterprises in any given year to be greater in *Quadros de pessoal*, than the number of new registries in WBGES¹⁷, as illustrated in figure 3.

Figure 3 – Difference in the number of businesses and of new businesses, between WBGES 2008 and Quadros de Pessoal (Eurostat/OECD)



Source: WBGES 2008 from the World Bank and authors' calculations for *Quadros de Pessoal* (according to Eurostat/OECD's methodology) from GEP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

The above startling observation can be explained. In the WBGES (thus in the Portuguese business registry), any business is registered only once. But according to the methodology applied to *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OCDE, 2007), a businesses that does not show up in the database during two consecutive years, and shows up in a following third year, is accounted for as a new entry. This can cause duplications of the number of entries (births) for the same enterprise. A second stronger reason, might be that a formal registry can happen in a previous moment (entry into the legally active businesses universe) to its entry into the economically active businesses universe, and consequently into the group of employer enterprises, thus causing "economic reactivations" of enterprises not to coincide in time with formal registries. Still, according to our calculations¹⁸, the coverage of WBGES registries within a two year period is always greater than the total number of employer enterprise births, which accommodates this situation and makes the simultaneous analysis of these two datasets compatible.

Business density increases steadily over time in both datasets. As expected, *Quadros de Pessoal* displays a smaller business density than the WBGES data, due to the more restricted universe considered.

On the other hand, as there are comparatively more employer enterprises' entries relatively to a smaller population in *Quadros de Pessoal*, the density of new business created in Portugal (Figure 7), is higher in *Quadros de Pessoal* (almost twice the value of the WBGES for the whole 2000-2007 period, that is 3,78 for WBGES and 6,9 for QP Eurostat/OECD).

New business density increases over time in WBGES, except for the outlier year of 2001. *Quadros de Pessoal* reveal greater instability, pointing to two peak periods, between 2000 and 2002 and in 2005.

One of the most important discrepancies between the analysed indicators for both datasets lies in the comparison of entry rates. As entries are more numerous in *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD) and the number of total employer enterprises is relatively smaller¹⁹ during the period observed, the level of employer enterprise entry rates is much higher in *Quadros de Pessoal* (always greater than 12,6%) than in WBGES data (always below 13,5%).

¹⁷ The average number of new businesses created in *Quadros de Pessoal* for the period 2000-2007 (48.259 employer enterprises) is greater than that of the WBGES (26.412).

¹⁸ These were not included but are available at request.

¹⁹ With the exception of the year 2000.

5. International Comparisons

Portugal presents a higher annual average growth for the total number of business registries, according to WBGES data, for the period 2000 to 2007, when compared to the European Union (EU) and the OECD (Table 3).

The annual average growth rate of new enterprises is higher than Spain's and the EU's, but is below the OECD's area. For *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD), the annual average growth of new enterprises shows a negative growth, due to the decreasing employer enterprise creation that occurred from 2002, but also due to the fact that 2000 and 2001 were "peak" years in terms of new enterprises entry, when compared to 2007 (Sarmiento and Nunes, 2009).

Table 3 - Annual average growth of total number and of new enterprises, 2000-2007 (%)

	Total number of enterprises	Number of new enterprises
Portugal	6,8	7,4
Portugal QP (Eurostat/OECD)	4,1	-2,3
Spain	7,4	3,3
European Union	4,5	7,2
OECD	5,3	7,6

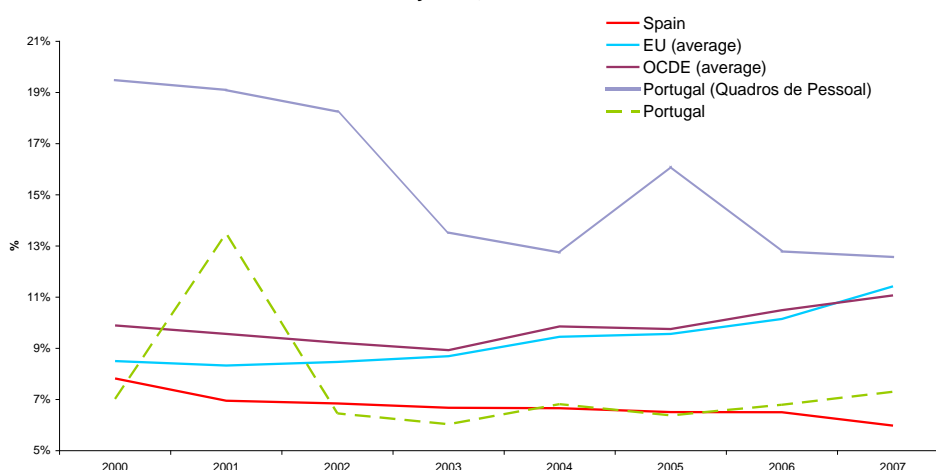
Source: WBGES 2008 from the World Bank and authors' calculations for *Quadros de Pessoal* (according to Eurostat/OECD's methodology) from GEP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Note: Averages were taken for the EU and the OECD. OECD is formed by 29 countries (Republic of Korea not included) and the European Union is formed by 26 countries (Estonia not included).

The fact that 2001 was an exceptional year for Portugal, in terms of business creation, visible in both datasets, is also captured by comparing WBGES entry rates from Spain, the EU and the OECD (Figure 4).

The Community Support Framework (QCA III) started operating in 2000. We are led to believe that dormant enterprises or those that were below the one employee threshold were reactivated, by the end of 2000, and that in the following year, new businesses were formally created (thus registered at the Portuguese National Business Registry). *Quadros de Pessoal* also highlights 2001 as peak year in terms of entry (19,1%), when the whole series from 1985 to 2007 is considered (Sarmiento and Nunes, 2009).

Figure 4 – Entry rates in the Portugal and Spain and average entry rates for the EU and the OECD, 2000-2007



Source: WBGES 2008 from the World Bank.

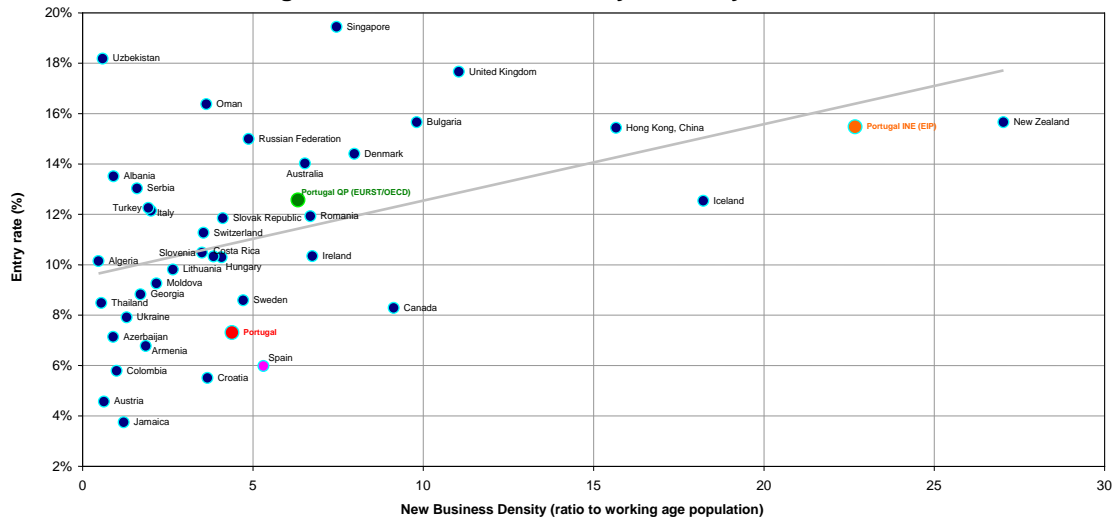
Note: Entry rates for the EU and OECD were calculated as an average of all entry rates of EU and OECD countries. OECD is formed by 29 countries (Republic of Korea not included) and the European Union is formed by 26 countries (Estonia not included).

The correlations between the entry rate and the business density of new enterprises (Figure 5) and of the former and business density (Figure 7), for 2007, are both positive and statistically significant. We would expect a country with a high entry rate to have a high density of new businesses.

If we consider Portugal's international "ranking", according to entry rates in the business registries of the WBGES 2008, we observe it ranks as 32nd among 39 countries in 2007 and in 41st among 53, in 2006.

We find this relative positioning does not match with other sources of information that take into account economically active units.

Figure 5 – New business density and entry rate, 2007

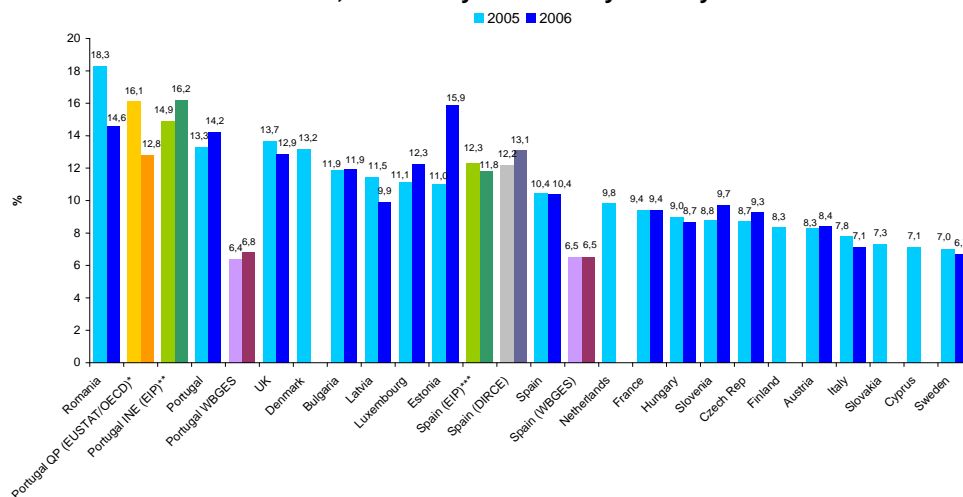


Source: WBGES 2008 from the World Bank.
 Note: Only countries for which both indicators were available in 2007 were depicted.

The Structural Business Statistics data by Eurostat (2009) shows that Portugal, in 2005, had the second highest business entry rate (Figure 6). The same rank is found if we used instead our entry rate based on *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD, 2007), or the entry rate from Statistics Portugal (INE, 2009), calculated for enterprises which employ more than one worker (which followed the same Eurostat/OECD’s methodology).

In 2006, within a panel of 16 countries, Portugal ranks the third highest, after Estonia and Romania (INE, 2009) and would be ranked second if Statistics Portugal data or *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD) data would be used instead (Figure 6). The entry rates from the WBGES have a different entry magnitude from the other 3 datasets, the same happening for the other country depicted, Spain.

Figure 6 - Entry rates, according to the Business Demography Statistics by Eurostat and entry rate for Portugal according to Statistics Portugal (EIP Programme), *Quadros de Pessoal* and WBGES 2008, ordered by 2005 and by country



Source: Eurostat (preliminary version of 2005 for Bulgaria, Romania, Portugal and Slovenia). For Portugal, author’s calculations based on *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD), GEP, MTSS and WBGES 2008. Also, in green, SDBS Business Demography Indicators from the OECD (EIP), for Portugal and Spain.

Notes:

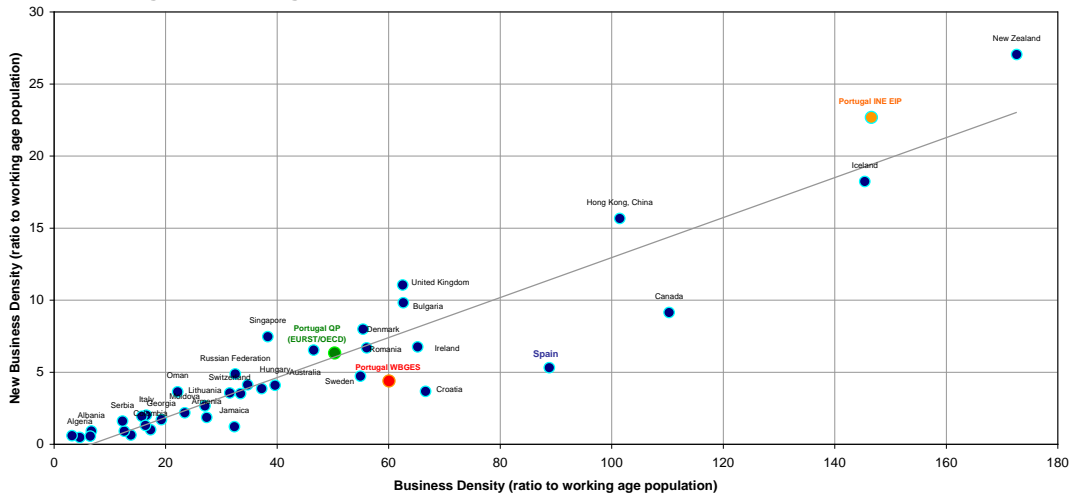
* Employer enterprises according to the Eurostat/OECD methodology, based on *Quadros de Pessoal* (NACE A to Q, ISIC Rev. 3)

** Statistics Portugal data, for enterprises with more than 1 paid employee (employer enterprises), same as the SDBS from the OECD (NACE C to O of ISIC Rev. 3).

*** SDBS Business Demography Indicators, for enterprises with more than 1 paid employee (employer enterprises) from the OECD (NACE C to O of ISIC Rev. 3).

A closer look at Figure 7, where business and new business densities are portrayed for all countries (developed and less developed) for which data was available in the WBGES 2008, for 2007, also places Portugal amongst the countries with the highest business and new business densities. In 2007, Portugal is ranked 10th in the highest business density in a panel of 42 countries and 16th in the new business density amongst 52 countries. Thus, relatively high business densities at an international level are observable for both datasets.

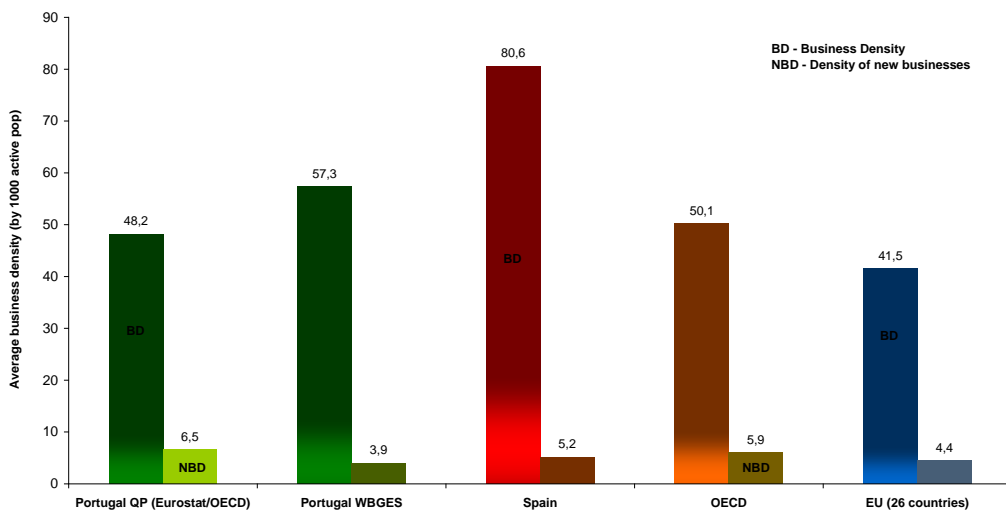
Figure 7 - Business Density and New Business Density for WBGES countries, and Portugal according to both WBGES and *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD), 2007



Source: WBGES 2008 from the World Bank and authors' calculations for *Quadros de Pessoal* (according to the Methodology of Eurostat/OECD) from GEP, *Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social*.
 Note: Only countries for which both indicators were available in 2007 were depicted. The name of some countries was erased from the bottom right corner of the graph, because they were not readable, but the representative dots are still depicted.

According to WBGES data, Portugal also shows higher than average business densities when compared to the OECD and the European Union (EU), while according to *Quadros de Pessoal*, business density is only higher than the EU's (Figure 8). On the other hand, Portugal is surpassed by Spain, EU and the OECD in terms of the density of new businesses. Only using QP data can Portugal assure a higher average than its counterparts.

Figure 8 - Average total business density and average new business density for 2004/2007 based on WBGES for Spain, OECD and UE-25 and for Portugal, based on WBGES and *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD)



Source: WBGES 2008 from the World Bank and authors' calculations for *Quadros de Pessoal* (according to the Methodology of Eurostat/OECD) from GEP, *Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social*.
 Note: Entry rates for the EU and OECD were calculated as a 4 year average of the group's annual averages (ratio of OECD and EU's total businesses divided by active working population). OECD is formed by 29 countries (Republic of Korea not included) and the European Union is formed by 26 countries (Estonia not included).

6. Final Remarks

The WBGES 2008 dataset and the *Quadros de Pessoal* to which the methodology of Eurostat/OECD (2007) was applied to, are comparable and compatible in terms of analysis of business demography in Portugal, if methodological differences are accounted for in the analysis of the data, in particular regarding new business creation, in what concerns the time gap between the moment of the registry and the moment the business becomes economically active.

The WBGES accounts for formal business registries, which may not be economically active but are legally registered. The *Quadros de Pessoal* considers all entities that are formally registered in the Portuguese Social Security System, which can be considered as a subset of WBGES, over time. The application of the Eurostat/OECD's methodology, selects from *Quadros de Pessoal*, a specific sub-set of active employer enterprises, those that employ at least one paid worker.

The introduction of the Simplified Reporting System for Corporate Information (IES), its integration in the Integrated System of Business Accounts (SCIE) and the recent developments concerning the integration of the integrated register of companies (FUESEN) and the NACE Classification of companies (SICAE), has led to significant improvements in terms of process simplification, harmonisation and statistical consistency in the collection and analysis of business demography data. This has brought, since 2004, Statistics Portugal data from the SCIE, closer to WBGES data.

In comparing the two main datasets of this study, we can observe similar trends. Business creation has been increasing steadily in Portugal since 2000. The peak in business creation in 2000 and 2001, captured by *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD) earlier on in 2000, due to the reactivation of employer enterprises and in the WBGES, due to a high in business registration in the following year, is pinpointed as a specific phenomenon to Portugal, which might be related to the start of the Third Community Support Framework (QCA III), in 2000. The “peak” year of 2005, in terms of business creation, identified in *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD), is not so recognisable in the remaining databases.

From the point of view of business registrars, entry rates seem in general lower. We highlight the importance of considering information other than business registries, in particular when calculating business entry rates. Datasets where economically active units can be identified, such as those in *Quadros de Pessoal*, in Statistics Portugal SCIE database, and those considered in the Entrepreneurship Indicators Programme, provide a better proxy for the true level of business creation and activity in Portugal.

If the measurement of entrepreneurship is taken one step ahead, to measure enterprise growth over time, particularly in terms of employment, then an enterprise (or a sole proprietor) that survives and that is operating in the formal market, will most probably hire and pay for extra workers at some point in time, and consequently will show up in *Quadros de Pessoal*. This universe is representative of “enterprises” that have managed to grow beyond the one employee threshold.

We expect the ongoing national and international developments, in terms of data integration and harmonisation, and the access to more powerful tools for micro-data analysis, can set the ground for a less sophisticated examination exercise of the business demography phenomena.

BIBLIOGRAPHY

Acs, Z., S. Desai and L. Klapper (2008), "What does "Entrepreneurship" data really show?, a comparison of the Global Entrepreneurship Monitor and the World Bank Group Datasets", World Bank, Policy Research Working Paper Series 4467.

Ahmad, N. (2006) "A Proposed Framework for Business Demography Statistics." OECD Statistics Working Papers 2006/3.

Ahn, S. (2001) "Firm dynamics and Productivity Growth: a review of micro evidence from OECD countries", OECD Economics Department Working Paper No. 297, Paris.

Bartelsman, E.J., J. Haltiwanger, and S. Scarpetta, (2004), "Microeconomic Evidence of Creative Destruction in Industrial and Developing Countries", The World Bank Policy Research Working Paper Series 3464.

Bartelsman, E.J., S. Scarpetta, and F. Schivardi, (2005a), "Comparative Analysis of Firm Demographics and Survival: Evidence from Micro-level Sources in OECD Countries", *Industrial and Corporate Change*, 14(3): 365–391.

Bartelsman, E.J., J. Haltiwanger and S. Scarpetta (2005b), "Measuring and Analyzing Cross Country Differences in Firm Dynamics," (co-authored with Eric Bartelsman and Stefano Scarpetta), in *Producer Dynamics: New Evidence from Micro Data*, (Dunne, Jensen and Roberts, eds.) NBER/University of Chicago Press (forthcoming).

Cabral, L. (2007), "Small firms in Portugal: A selective Survey of Stylized Facts, Economic Analysis and Policy Implementation". *Portuguese Economic Journal*, 6(1): 65-88.

Cordeiro, H., (2007), "Structural Business Statistics: an integrated and simplified system to comply with multi-obligations", *Statistics Portugal*, presented at the seminar "Reengineering of business statistics", organised by Statistics Portugal and Eurostat, 11th and 12th of October of 2007.

Chumbau, A. Cristina Neves and Humberto Pereira (2007), "Simplified Business Information: the use of administrative data in Portugal", *Statistics Portugal*, presented at the seminar "Reengineering of business statistics", organised by Statistics Portugal and Eurostat, 11th and 12th of October of 2007.

Eurostat (2009), "Business Demography: employment and survival", *Statistics in focus*, 70/2009.

Eurostat/OECD (2007), "Eurostat/OECD Manual on Business Demography Statistics".

Instituto Nacional de Estatística (2009), "Demografia de Empresas 2004-2007, O Empreendedorismo em Portugal - Indicadores sobre a Demografia das Empresas", Destaque.

Klapper, Leora, A. Lewin and J. M.Q. Delgado (2009), "The impact of business environment on the business creation process", *The World Bank Policy Research Working Paper Series* 4937.

Klapper, L., R. Amit and M. Guillén (2008), "Entrepreneurship and firm formation across countries" *The World Bank Policy Research Working Paper Series* 4313.

Kukoc, K. and D. Regan (2008), "Measuring entrepreneurship", in "Venture capital in Australia", *Economic Roundup*, Summer, Australian Treasury.

OECD/Eurostat (2009), "Measuring Entrepreneurship, A Collection of Indicators, 2009 Edition", *OECD-Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme*.

Sarmiento, E. and A. Nunes (2009), "Entrepreneurship performance indicators for Portugal, a measurement framework", presented to the "Economic analysis using linked employer and employee data, NIPE Workshop, at University of Minho (2009).

World Bank (2009), "World Bank Group Entrepreneurship Survey (WBGES), Frequently asked questions", a Brief from the Development Research Group.

Ensaio

O Licenciamento Industrial

Ricardo Pinheiro Alves¹

1. Introdução

O licenciamento é um procedimento burocrático necessário pois permite ao Estado regular as condições exigidas para que uma empresa inicie ou desenvolva uma actividade económica. Contudo, a tradução dos requisitos legais em custos para os agentes económicos poderá, caso seja um processo excessivamente complexo, constituir uma barreira à entrada de novas empresas, especialmente as de pequena e média dimensão. Neste âmbito, pode haver um desincentivo à realização de novos investimentos, despromovendo a criação de emprego e o crescimento económico (OCDE, 2009).

Os relatórios internacionais sobre as condições de atractividade de países como Portugal referem explicitamente a necessidade de maior simplificação administrativa nesta área (e.g., OCDE, 2008). Em Portugal, vigorou a partir de 2003 o regime de licenciamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril (habitualmente denominado RELAI), que tinha como objectivo simplificar os procedimentos associados ao processo de licenciamento de forma a reduzir os custos de fazer negócio suportado pelas empresas. O presente trabalho visa compreender os efeitos da legislação que vigorou entre 2003 e o início de 2009 na duração do processo de licenciamento. Especificamente, o trabalho baseia-se em informação fornecida pela Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRE) para caracterizar a evolução do processo de licenciamento industrial naquele período.

O trabalho inicia-se com a apresentação do enquadramento teórico. O processo de licenciamento é exposto no ponto 3 e caracterizado no ponto seguinte. O ponto 5 detalha os contributos de cada uma das fases e de cada uma das entidades intervenientes para a evolução do licenciamento e aplica o sistema de filas de espera com um infinito número de servidores, em que são calculadas as probabilidades relativas ao número de processos em atendimento e a sua evolução ao longo do período em estudo. O ponto 6 apresenta as conclusões.

2. Enquadramento Teórico

A literatura apresenta duas abordagens principais sobre a regulação da actividade económica. A primeira, baseada em Pigou (1920), justifica a regulação com a defesa do interesse público via correcção de falhas de mercado. Por exemplo, a intervenção do Estado promove a eficiência de funcionamento do mercado ao impedir a transacção de produtos ou serviços com qualidade demasiado baixa (em termos de segurança para os consumidores) ou geradores de externalidades negativas (como o impacto ambiental). A segunda abordagem, desenvolvida pela escola da escolha pública e por economistas como Tullock (1967) ou Stigler (1971), realça a potencial ineficiência associada à regulação ao apresentar a perspectiva de que a intervenção do Estado pode ser implementada de forma a servir os interesses de burocratas que querem aumentar o poder ou manter o lugar, ou de políticos que querem ser reeleitos, ou ainda que pode ser “capturada” para benefício das empresas instaladas no mercado, dando-lhes maior poder e beneficiando-as com as respectivas rendas.

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (Direcção de Serviços de Análise Económica e Previsão). As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade do autor. Este trabalho não teria sido possível sem o apoio no tratamento dos dados dado por Patrícia Cerqueira, a quem agradeço, e sem a colaboração da Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, que forneceu a informação e se disponibilizou para todos os esclarecimentos necessários. À directora-geral, Dra. Elisabete Velez, aos Engenheiros Simões de Sousa e Ferreira da Costa, e a Celeste Vitorino, o meu muito obrigado.

As abordagens apresentadas não questionam a necessidade de regulação da actividade económica, mas a teoria da escolha pública mostra que se esta não for implementada correctamente ou se representar um custo excessivo para as empresas pode desincentivar o investimento e, conseqüentemente, o emprego e o crescimento económico. Nomeadamente, se intervenções como o licenciamento funcionarem como uma barreira à entrada de novas empresas e limitarem a contestabilidade e o número de concorrentes no mercado, proporcionando deste modo maior lucro às empresas já instaladas (Blanchard e Giavazzi, 2001, Alesina et al, 2003). A literatura apresenta evidência significativa dos efeitos negativos da regulação excessiva na actividade económica. Djankov et al (2002) usam informação para países desenvolvidos e em desenvolvimento que mostram os custos da regulação para a abertura de novas empresas. Na área da concessão de licenças para a prática de advocacia, Pagliero (2010) conclui que a regulação beneficia os rendimentos dos advogados que já possuem uma licença em prejuízo dos consumidores e do bem-estar da sociedade.

Ao nível da atracção de investimento directo estrangeiro também é destacado o papel fulcral do ambiente regulador e institucional como factor de diferenciação entre países desenvolvidos na atracção deste tipo de investimento. A existência de estabilidade política e macroeconómica, infra-estruturas adequadas e o eficiente funcionamento das instituições, nomeadamente o número de procedimentos administrativos ou a rapidez na resolução de conflitos legais, encontram-se entre o conjunto de determinantes de IDE (UNCTAD, 1999). Os resultados apresentados evidenciam a necessidade das administrações públicas simplificarem processos associados à actividade reguladora, e neste caso concreto ao licenciamento, de forma a não limitar o investimento por novas empresas.

No caso português, o funcionamento das instituições, designadamente do sistema legal e financeiro, e de governação das empresas, é por vezes apresentado como tendo um nível de desenvolvimento inferior à generalidade dos países da UE (Tavares, 2004). Perante isto, se a concessão de licenças não for célere pode atrasar o início da actividade das empresas, originando os correspondentes custos para os agentes económicos e influenciando negativamente as decisões de investimento em Portugal. A avaliação da legislação existente, assim como dos resultados da sua aplicação prática, tornam-se assim relevantes.

3. O Processo de Licenciamento²

A legislação sobre licenciamento industrial que enquadra o período abrangido por este trabalho assenta em três documentos principais, o Decreto-Lei nº 69/2003, de 10 de Abril (RELAI), o Decreto-Lei nº 183/2007, de 9 de Maio, e o Decreto-Lei nº 288/2007, de 17 de Agosto. O objectivo daqueles documentos é simplificar e desburocratizar os procedimentos associados ao processo de licenciamento. O primeiro refere como objectivo *aprofundar a simplificação e desburocratização de procedimentos, a adopção de processos de licenciamento mais expeditos, ... por forma a incrementar a qualidade e eficiência da intervenção pública neste domínio.*

Os documentos introduzem alterações legais que facilitam a conclusão dos processos de licenciamento industrial. A legislação de 2003 prevê, entre outras coisas, a indicação de um responsável técnico da empresa requerente e a criação de um gestor de processo designado pela entidade pública coordenadora do licenciamento, de forma a facilitar os contactos entre as duas partes. A formalização de um interlocutor na entidade coordenadora, uma Direcção Regional de Economia (DRE) ou uma câmara municipal, facilita o pedido de licenciamento da empresa requerente, que passa a ter um único ponto de contacto.

O pedido de licenciamento industrial varia consoante o tipo. A legislação de 2003 considera quatro tipos diferentes, que variam consoante o grau de risco potencial para a pessoa humana e para o ambiente. O

² O licenciamento industrial está associado, no caso de novas instalações, a um pedido de autorização de localização, que é mais simples de obter e cuja obtenção decorre em paralelo. Este pedido não é considerado neste trabalho, mas o seu impacto na duração de todo o processo é reduzido já que o Decreto Regulamentar nº 8/2003, de 11 de Abril, indica, no nº 12 do artigo 4º, um prazo máximo de 30 dias úteis para uma resposta a um pedido de localização.

risco é medido com base na potência eléctrica e na potência térmica instalada, e no número de trabalhadores (Artigo 2º do Decreto Regulamentar nº 8/2003, de 11 de Abril). Os processos de tipo 1 são os de maior risco e os mais exigentes em termos do número de pareceres necessários para a sua aprovação (e.g. impacto ambiental, segurança, etc.). Os de tipo 4 são os menos exigentes, estando no âmbito das competências das câmaras municipais. O Decreto-Lei nº 183/2007 implementou a dispensa de licenciamento prévio obrigatório para estes processos, passando a vigorar um regime de simples declaração prévia.

A legislação teve uma outra alteração em 2007 (Decreto-Lei nº 288/2007) em que é possibilitado aos industriais que apresentem os pedidos de licenciamento após a obtenção dos pareceres legalmente obrigatórios. Deste modo, a conclusão do processo de licenciamento fica menos dependente da rapidez da resposta das entidades públicas que estão obrigadas por lei a emitir pareceres.

O processo de licenciamento tem duas naturezas: o pedido de licença de instalação ou de alteração de instalações já existentes. A figura 1 e a caixa 1 apresentam as fases do processo de licenciamento para ambos os casos. Saliente-se que as fases identificadas não são sempre sequenciais já que a sua duração se pode sobrepor.

Caixa 1 – As fases do processo de licenciamento industrial

Para efeitos deste trabalho, foram identificadas as fases do processo de licenciamento e agrupadas por funções. As fases apresentadas incluem algumas variantes relacionadas com as diferentes tipologias, os sectores de actividade, o número de entidades consultadas e o número de vistorias necessárias para emitir uma licença.

Função “Documental” (fases 1 a 3) *Entrega e verificação da documentação necessária para o licenciamento:*

Fase 1: Fase que se inicia com a entrega do pedido de licenciamento à DRE por parte do industrial e que termina quando a DRE, por se verificarem insuficiências no processo, pede nova documentação ao industrial;

Fase 2: Fase que se inicia com o pedido de aditamentos ao industrial e termina na data de recepção, pela DRE, da informação em falta;

Fase 3: Fase que se inicia com o recebimento dos aditamentos e termina aquando do envio do processo para todas as entidades a consultar;

Função “Pareceres” (fases 4 a 6) *da entidade coordenadora e de outras entidades:*

Fase 4: Fase que se inicia quando o processo foi enviado a todas as entidades a consultar e termina com a recepção, pela DRE, dos pareceres de todas as entidades consultadas;

Fase 5: Fase que se inicia com a recepção dos pareceres de todas as entidades e termina quando a DRE produz o seu parecer definitivo;

Fase 6: Fase que se inicia quando a DRE produz um parecer definitivo e termina quando esse parecer é comunicado ao industrial;

Função “Vistorias” (fases 7 a 9) *para confirmação da legalidade das condições de exploração:*

Fase 7: Fase que se inicia com a comunicação da decisão da DRE ao industrial e termina com o pedido de vistoria efectuado pelo industrial;

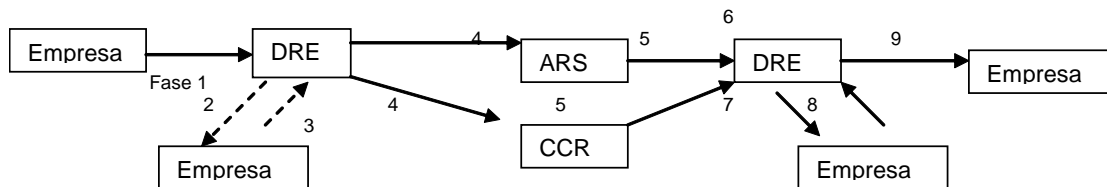
Fase 8: Fase que se inicia com o pedido de vistoria e termina com a realização da primeira vistoria;

Fase 9: Fase que se inicia com a realização da primeira vistoria e termina com a comunicação da atribuição da licença ao industrial (última data no caso de ser necessária mais do que uma vistoria).

As diversas fases correspondem às intervenções dos diversos participantes no processo de licenciamento, incluindo a própria empresa que faz o pedido de licença de exploração. Neste sentido, a cada fase corresponde uma entidade responsável pela sua duração. As fases 1, 3, 5 e 6 são da responsabilidade da DRE. As fases 2 e 7 são da responsabilidade da empresa requerente. A fase 4 é da responsabilidade de outras entidades consultadas no âmbito do processo (Administração Regional de Saúde, Comissão de Coordenação Regional, Instituto do Ambiente, etc.). As fases 8 e 9 são de responsabilidade conjunta da DRE e de outras entidades ou da DRE e da empresa requerente, respectivamente. A marcação da vistoria (fase 8) depende da DRE e das outras entidades participantes, e a decisão da emissão da licença (fase 9) depende da DRE e da empresa, que tem de corrigir as

“deficiências” no processo identificadas pela vistoria. A fase 9 não inclui as vistorias de acompanhamento, cuja realização a lei prevê no período de funcionamento da actividade licenciada. O Decreto Regulamentar nº. 8/2003, de 11 de Abril, prevê, no artigo 20º, o reexame das condições de exploração num intervalo de 7 anos.

Figura 1: As fases do processo de licenciamento



4. Análise Descritiva

4.1. A Informação da Base de Dados

A informação utilizada neste trabalho é relativa a 1.101 projectos de licenciamento iniciados no período entre Junho de 2003 e Janeiro de 2009 que receberam parecer da entidade coordenadora, a DRE (i.e., todos completaram a fase 6). Destes, 84,2% foram autorizados e conduziram à realização de vistorias e/ou emissão de licenças de actividade industrial. A informação não inclui processos que, à data da sua extracção, ainda não tinham recebido parecer da DRE. A utilização de informação sobre licenciamento industrial que respeita apenas aos processos ocorridos na área geográfica de actuação da DRE explica-se pelo facto da sua organização e registo ser feito de forma diferente pelas diversas direcções regionais de economia, o que tornaria difícil a sua compatibilização.

A aplicação de estatística descritiva aos dados disponíveis relativos ao processo de licenciamento considera as variáveis contidas na informação disponibilizada e relativas às fases do processo que foram identificadas, às tipologias e ao período 2003-2008. A base de dados com informação disponibilizada pela DRE inclui, em cada processo, projectos relativos a novas instalações (60% do total) ou a alterações de instalações já existentes (40% do total).

A base de dados contém também um conjunto de datas correspondentes às nove fases do processo de licenciamento acima identificadas. A partir da data de início e de fim de cada fase é calculado o respectivo período de duração em dias (os fins de semana são também incluídos). Para além disso, é também calculado o tempo total de duração de cada processo, com base no tempo decorrido entre a data de entrada do pedido de licenciamento e a data de comunicação à empresa sobre a atribuição ou não de licença. A Tabela 1 apresenta estatísticas sobre o processo de licenciamento no período abrangido pelos dados. A média da duração de um processo de licenciamento no período abrangido pela base de dados é de 493 dias (sensivelmente um ano e quatro meses). O valor elevado do desvio padrão indica que existem diferenças substanciais entre os processos. Os valores mínimos apresentados, no total e para todas as fases, referem-se a processos não aprovados.

No que se refere às fases identificadas no processo, observa-se uma diferença significativa entre as suas durações médias. A fase 6, que se refere à emissão do parecer pela DRE após a reunião de toda a documentação necessária, é a que apresenta uma média mais curta, 16 dias. As fases 7, 8 e 9 são as que, em média, demoram mais tempo, estando todas associadas à realização da (s) vistoria (s) necessárias para confirmar a emissão de licenças. Nas fases 7 e 9, a responsabilidade é partilhada pela empresa e pela entidade coordenadora, enquanto que a fase 8 é da responsabilidade da DRE.

Tabela 1: Estatística descritiva do processo de licenciamento (dias)

Fases	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Fase 6	Fase 7	Fase 8	Fase 9
Média	493	83	113	52	118	69	16	142	125	263
Desvio padrão	382	118	93	29	85	81	18	136	72	170
Máximo	2019	2019	1187	594	867	1293	528	1501	575	1452
Mínimo	1	4	4	1	7	1	1	1	9	2
Nº processos	1082	471	384	120	303	324	949	371	285	236
% de processos	100.0%	43.3%	35.5%	11.1%	27.6%	29.6%	86.8%	34.0%	26.2%	21.3%

A tabela 1 mostra ainda que o número de processos que é registado em cada fase é muito variado. Esta situação tem duas explicações. Em primeiro lugar, explica-se pelo facto de um processo de licenciamento não ter necessariamente de passar por todas as fases identificadas. Por exemplo, a consulta a terceiras entidades (fases 3, 4 e 5) não é obrigatória em todas as tipologias. Em segundo, pela existência de falhas de informação na base de dados. A fase 3, relativa à entrega de informação adicional pelas empresas, é a que regista um menor número de processos, apenas 11% do total (120 processos). Mas esta fase resulta de um pedido realizado pela DRE na fase 2, que tem o registo de 384 processos, pelo que a diferença entre os dois números indicia a existência de falhas no registo de informação. Note-se ainda que como existem situações em que as fases se sobrepõem, os valores referentes à duração média total não coincidem com a soma das médias das diferentes fases. Por exemplo, a fase 2, relativa ao pedido de informação adicional à empresa requerente, pode, por vezes, durar até à data do parecer final da entidade coordenadora, fazendo com que a soma das médias das diferentes fases seja significativamente superior à duração média do processo.

A base de dados considera ainda as quatro tipologias previstas na lei e apresentadas no ponto anterior, sendo os processos de Tipo 1 os que apresentam maior risco³. A tabela 2 distribui os processos pela tipologia e pelos anos considerados no âmbito deste trabalho.

Tabela 2: Nº de processos por ano e por tipo

	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Total
2003	9	21	40	1	71
2004	6	67	101	1	175
2005	9	76	118	5	208
2006	13	67	117	4	201
2007	15	108	123	1	247
2008	7	71	87	0	165
2009	0	13	2	0	15
Total	59	423	588	12	1082

Nota: 19 processos não indicam tipologia ou apresentam erros graves

A tabela 3 apresenta, para cada um dos tipos de processo, os tempos médios para as nove fases. O risco associado a cada tipologia corresponde a diferentes requisitos legais em termos de pareceres de terceiras entidades (fases 4, 5 e 6), repercutindo-se em durações média também diferentes. Os processos de tipo 1, em que a lei é mais exigente, nomeadamente em termos de impacto ambiental, são os que apresentam maior duração média naquelas fases. No entanto, são também os que apresentam menor duração média na função “documental” (fases 1 a 3) e na fase 9, relativa à realização de vistorias.

Tabela 3: Tempo médio por tipo de processo de licenciamento (dias)

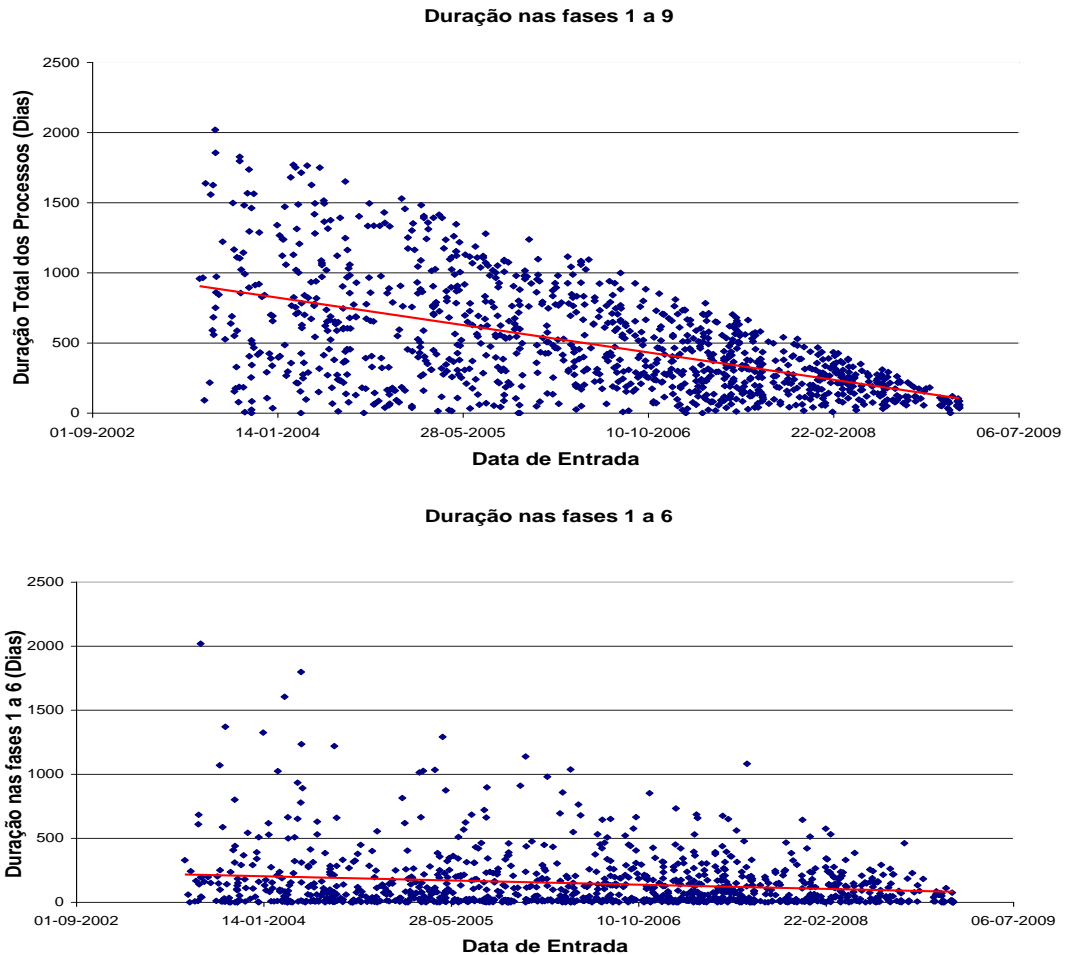
	Nº processos	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Fase 6	Fase 7	Fase 8	Fase 9
Tipo 1	57	52	73	34	212	96	21	135	125	100
Tipo 2	416	87	116	52	97	70	16	145	139	309
Tipo 3	585	84	115	40	117	46	15	142	115	230

³ A base de dados também inclui informação sobre a CAE das actividades. Contudo, mistura, sem identificar, a CAE-Rev.2.1 e a CAE-Rev.3, impossibilitando a utilização desta informação.

4.2. Tendências após 2003

A figura 2 apresenta a duração total e a duração das 6 primeiras fases, relativas à função “documental” e de “pareceres”, dos processos de licenciamento que deram entrada no período considerado. Em ambos os casos o tempo médio associado ao licenciamento apresenta uma tendência decrescente entre 2003 e o início de 2009, indicando o aumento da celeridade no tratamento dos processos de licenciamento.

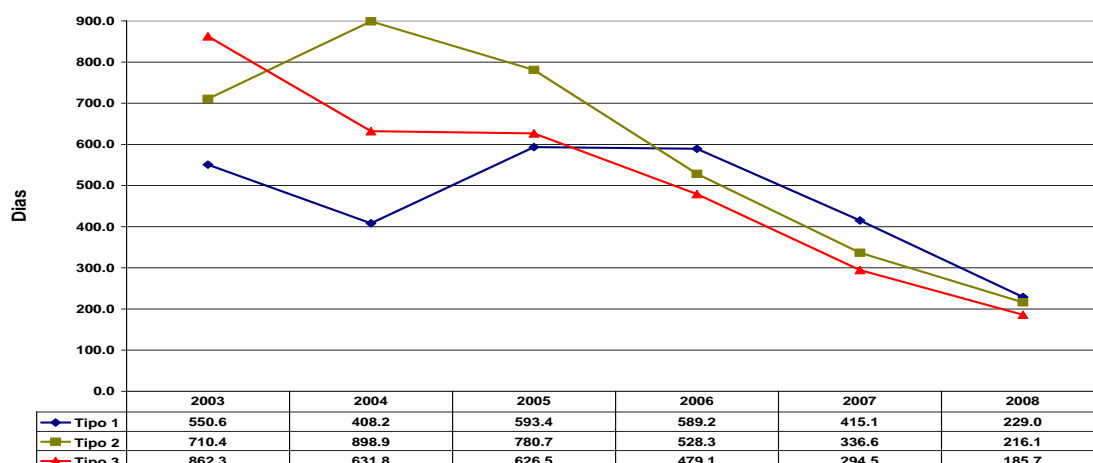
Figura 2: Licenciamento industrial – Duração dos processos



Esta evolução reflecte-se na comparação entre a duração média dos processos entrados entre 2003 e 2008 (variação de -74% - tabela 4). Contudo, a redução é mais evidente quando é considerada a função “vistorias” (fases 7 a 9). Esta função enviesa a tendência registada pois inclui uma parte significativa dos processos mais recentes que ainda estão a decorrer. Nas fases 1 a 6 todos os processos já foram completados.

A tendência de diminuição da duração média também é visível para as três tipologias principais, especialmente a partir de 2006, quando apresentam uma evolução paralela (figura 3). Registe-se que até 2005 foram os processos de tipo 1 que registaram uma duração menor, o que contraria o que seria expectável dada a sua maior exigência em termos de documentação e de pareceres.

Figura 3 - Duração média total por tipologia e ano de entrada



A tendência de diminuição do tempo médio de duração do processo de licenciamento ao longo do período considerado é evidente apenas para seis das nove fases identificadas (fases, 1, 2, 5, 6, 8 e 9 - tabela 4). As fases 1 e 2, respectivamente relativas à análise do processo após pedido de licença pela empresa e à resposta da empresa ao pedido de documentação adicional pela DRE, registaram uma diminuição significativa do tempo médio de duração a partir de 2003. A alteração da legislação, nomeadamente a criação de um responsável técnico da empresa requerente e de um gestor de processo designado pela entidade coordenadora do licenciamento para facilitar os contactos entre as duas partes, parece ter produzido os desejados efeitos de simplificação. Este efeito terá sido ainda reforçado com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 288/2007, que possibilitou a apresentação dos pedidos de licenciamento apenas após a obtenção dos pareceres legalmente obrigatórios. As fases 5, 6, 8 e 9, referentes à emissão de pareceres e à realização de vistorias, também registaram uma diminuição dos tempos médios de duração que poderá estar relacionada com a legislação aprovada em 2003.

As fases 3 e 4, respectivamente relativas à recepção da documentação e envio pela entidade coordenadora às entidades consultadas e ao parecer destas últimas, e a fase 7, referente ao pedido de vistoria por parte do industrial, só registaram uma tendência decrescente a partir de 2005, não tendo, aparentemente, beneficiado com a legislação implementada em 2003. Note-se, contudo, que existe a prática das empresas iniciarem a sua actividade antes da realização da vistoria, pelo que a urgência da fase 7 é, na perspectiva das empresas, limitada.

Tabela 4: Tempos médios por ano de entrada dos processos (dias)

	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Fase 6	Fase 7	Fase 8	Fase 9	Total	Nº Processos
2003	136.1	163.3	46.7	93.1	150.7	18.3	126.9	151.0	249.7	767.6	69
2004	111.9	105.7	55.5	115.4	103.9	14.5	152.7	127.8	329.8	727.7	174
2005	102.8	123.3	67.3	155.4	59.9	15.4	166.4	122.7	321.3	674.5	209
2006	79.9	131.0	29.0	134.6	61.3	17.6	166.1	115.1	184.2	493.5	205
2007	51.7	94.0	64.7	117.7	53.0	15.6	132.4	125.9	130.7	318.7	246
2008	40.4	86.9	36.8	84.7	40.9	14.0	63.1	73.2	131.5	199.6	164

5. A Evolução entre 2003 e 2008

A natureza dos dados e o número de variáveis disponíveis permite considerar a evolução do licenciamento entre 2003 e 2008 na perspectiva dos contributos das entidades intervenientes no processo de licenciamento – entidade coordenadora, empresas e entidades consultadas - e recorrendo à aplicação do sistema infinito de filas de espera.

5.1. Contributos para o Tempo Médio Total

Os contributos de cada uma das fases para a evolução do processo de licenciamento podem ser aferidos através da expressão:

$$C_i = - (F_{in} - F_{i(n+x)}) / (F_{tn} - F_{t(n+x)})$$

Com C_i , o contributo da fase i , e F_{in} a duração média da fase i , no período n ou $n+x$. A inclusão na expressão do sinal menos permite que as reduções do tempo de duração apareçam com sinal positivo.

A tabela 5 mostra os contributos de cada uma das fases para a redução no tempo de duração média dos processos de licenciamento na média dos períodos 2003-2005 e 2006-2008. A fase 9, relativa à realização das vistorias necessárias para a atribuição da licença, é a que mais contribui para a redução da duração média (40,9%) e é a que tem mais peso na duração total do licenciamento (cerca de 20%). Mas esta fase só abrange os processos que requerem vistoria ou os que já alcançaram esta fase. A fase 1, referente à confirmação, pela entidade coordenadora, da documentação entregue pela empresa, e a fase 5, relativa à emissão, também pela entidade coordenadora, do parecer definitivo sobre a concessão de licenciamento, são as segunda e terceira mais relevantes (16% e 14,3%, respectivamente). Ambas abrangem todos os processos incluídos na base de dados. Registe-se ainda que nenhuma das fases apresenta um contributo negativo, apesar da fase 6, relativa à comunicação do parecer definitivo, se manter igual.

Tabela 5 - Contributos para a variação na duração média do licenciamento

	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Fase 6	Fase 7	Fase 8	Fase 9
A: 2003-2005	117	131	56	121	105	16	149	134	300
<i>Estrutura</i>	10.35%	11.58%	5.00%	10.74%	9.29%	1.42%	13.17%	11.85%	26.59%
B: 2006-2008	57	104	44	112	52	16	121	105	149
<i>Estrutura</i>	7.56%	13.70%	5.73%	14.81%	6.82%	2.07%	15.89%	13.80%	19.61%
<i>Var B/A</i>	-50.94%	-20.50%	-22.98%	-7.40%	-50.65%	-2.02%	-18.92%	-21.76%	-50.44%
<i>Poupança</i>	60	27	13	9	53	0	28	29	151
Contributo	16.07%	7.24%	3.50%	2.42%	14.34%	0.09%	7.60%	7.86%	40.88%

$$C_i = - (F_{in} - F_{i(n+x)}) / (F_{tn} - F_{t(n+x)})$$

Considerando a informação por entidade responsável, as fases 1, 3, 5 e 6 (e parcialmente as fases 8 e 9) referem-se à duração média do processo de licenciamento quando este se encontra na posse da entidade coordenadora (tabela 6). Estas fases registaram, entre os dois períodos, uma diminuição de 42,8% (126 dias) na duração média, passando a representar apenas 22% do tempo total do processo de licenciamento. A intervenção da entidade coordenadora contribuiu com 34% da redução na duração média total do processo de licenciamento industrial. A duração das fases 2 e 7 (e também parcialmente a fase 9) são as que dependem da empresa requerente, apresentando uma poupança de tempo de 20%. Ambas as fases têm um peso significativo na duração média do processo de licenciamento e, em termos agregados, as empresas requerentes demoraram, em média, menos 55 dias no segundo período considerado, tendo contribuído em 14,8% para a redução da duração média do licenciamento. A fase 4 (e parcialmente a fase 8) é da responsabilidade das entidades cuja consulta é obrigatória e registou um contributo reduzido para a redução da duração do processo de licenciamento (2,4%, ou 9 dias). Neste caso, a aplicação do Decreto-Lei nº 288/2007, que permite às empresas recolherem os pareceres legalmente obrigatórios antes de apresentarem o pedido de licenciamento, não parece ter produzido efeitos significativos.

Tabela 6 - Contributos por entidade

	DRE	Empresas	Outras entidades	Restantes Fases *
A: 2003-2005	294	279	121	434
<i>Estrutura</i>	26.06%	24.75%	10.74%	38.44%
B: 2006-2008	168	225	112	254
<i>Estrutura</i>	22.19%	29.59%	14.81%	33.41%
<i>Var B/A</i>	-42.80%	-19.66%	-7.40%	-41.60%
Poupança	126	55	9	181
Contributo	34.00%	14.83%	2.42%	48.74%

Nota: DRE = Fases 1+3+5+6; Empresa = 2+7; Outros = 4.

* As fases 8 e 9 têm mais do que uma entidade responsável.

$$C_i = - (F_{in} - F_{i(n+x)}) / (F_{tn} - F_{t(n+x)})$$

Finalmente, a tabela 7 apresenta a evolução e os contributos de cada uma das funções do processo de licenciamento identificadas no ponto 3 – documental, pareceres e vistorias. A função “Vistorias” foi a que obteve a maior redução da duração média do processo em termos absolutos e relativos (209 dias e 35,8%, respectivamente). A função “Pareceres” é a que pesa menos na duração média total (23,7%), foi a que obteve uma menor variação absoluta (-25,7%) e foi a que deu o menor contributo para a duração média total (16,8%), parecendo ser onde existe um maior potencial de “ganho” futuro para uma maior celeridade do licenciamento. Finalmente, as fases 1, 2 e 3 registaram também reduções significativas na sua duração média, tendo beneficiado com a alteração legal e com a experiência acumulada ao longo do período no tratamento dos procedimentos relativos à entrega e confirmação da documentação da empresa.

Tabela 7 - Contributos por função

	Documental	Pareceres	Vistorias
A: 2003-2005	304	242	583
<i>Estrutura</i>	26.94%	21.45%	51.61%
B: 2006-2008	205	180	374
<i>Estrutura</i>	27.00%	23.70%	49.30%
<i>Var B/A</i>	-32.66%	-25.76%	-35.81%
Poupança	99	62	209
Contributo	26.82%	16.84%	56.34%

Nota: Documental = Fases 1+2+3; Pareceres = 4+5+6; Vistorias = 7+8+9.

$$C_i = - (F_{in} - F_{i(n+x)}) / (F_{tn} - F_{t(n+x)})$$

5.2. Número de Processos em Atendimento

O sistema de filas de espera $M/G/\infty$ (Ferreira, 1992) assenta no pressuposto de que o número de servidores na entidade coordenadora é infinito, não existindo na realidade filas de espera. A aplicação deste sistema ao licenciamento industrial explica-se pela ausência de conhecimento sobre o número de servidores existentes na entidade coordenadora do processo de licenciamento. A aplicação de outros sistemas requeria conhecimento sobre o número de servidores e informação exacta sobre os tempos que demoram as diversas tarefas realizadas em cada uma das fases do processo. O levantamento desta informação obrigaria a um trabalho de campo muito rigoroso e exigente em termos de tempo, sendo a sua utilidade especialmente associada à introdução de melhorias na organização das diversas fases do processo de licenciamento. Como este não é o objectivo do trabalho, a aplicação do sistema com número de servidores infinito revela-se a mais apropriada ao não exigir o conhecimento destas variáveis.

No sistema, um pedido de licença feito à entidade coordenadora é imediatamente recebido, dando-se início ao processo de licenciamento. Por outras palavras, os tempos de permanência no sistema são idênticos aos tempos de serviço. Para além disso, a aplicação deste sistema apenas se adequa, em termos teóricos, às fases em que a entidade coordenadora ou as outras entidades emissoras de pareceres são responsáveis. Apesar disso, são também calculadas as probabilidades relativas às fases que são responsabilidade das empresas. Os pressupostos base do sistema são os seguintes:

- A entidade receptora do processo de licenciamento tem um número infinito de servidores;
- As chegadas de processos segue uma distribuição de probabilidade de Poisson com parâmetro λ^4 ;
- O tempo de serviço tem distribuição desconhecida de taxa μ .

Da sua aplicação resulta a possibilidade de se calcular a probabilidade de haver n clientes ou processos em atendimento numa determinada fase (Ferreira, 1992):

$$P_n = e^{-\rho} \times \rho^n / n!, \text{ com } n = 0, 1, 2, 3, \dots$$

Em que e se refere à função exponencial, ρ ao número médio de processos no sistema e n ao número de processos em atendimento. Para além das condições do sistema acima expostas foram ainda considerados os seguintes pressupostos no tratamento dos dados (a tabela 8 apresenta os parâmetros do sistema):

- Eliminação do mês de Junho de 2003 e Janeiro de 2009, pouco representativos em termos do número de processos entrados, de forma a permitir a utilização de uma base trimestral (total de 22 trimestres)
- Entrada no sistema: data de entrega do pedido de licença à DRE por parte do industrial
- A taxa de chegada por trimestre é assumida como sendo igual para todas as fases.
- Saída do sistema: emissão de licença de exploração ou última data disponibilizada pela DRE.

Tabela 8 – Parâmetros do sistema

Período	Parâmetros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Fase 6	Fase 7	Fase 8	Fase 9
2003-2005	μ	1.56	1.88	12.95	2.83	3.19	6.71	1.29	1.44	0.34
	$\lambda = 45,5$ $\rho = \lambda / \mu$	29.23	24.18	3.51	16.07	14.29	6.78	30.96	23.02	92.61
2006-2008	μ	3.29	2.46	23.24	2.61	5.58	5.98	1.84	2.15	1.12
	$\lambda = 56,5$ $\rho = \lambda / \mu$	17.17	22.87	2.42	21.60	10.09	9.39	27.06	12.59	18.15

Legenda: μ → 1 / tempo médio trimestral de permanência no sistema

λ → Taxa de chegada por trimestre

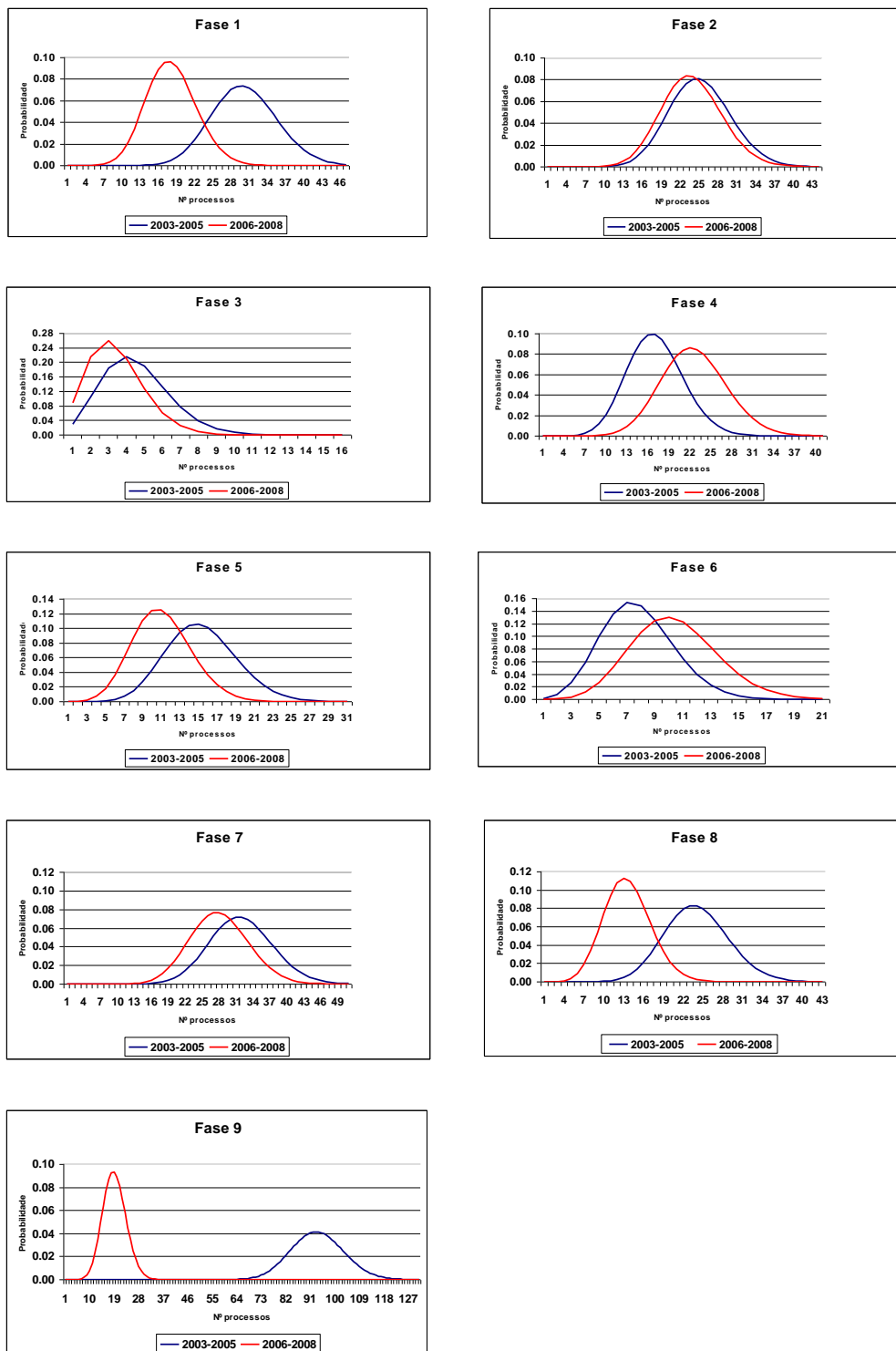
ρ → Número médio de processos no sistema

A figura 4 compara a distribuição das probabilidades relativas ao número de processos em atendimento nas nove fases e em dois períodos de dez trimestres (Junho de 2003 a Dezembro de 2005 e Janeiro de 2006 a Junho de 2008). A maioria das fases regista uma deslocação da curva de distribuição para a esquerda e a sua menor dispersão, indicando que para um dado número de processos houve uma redução da respectiva probabilidade. Como o número de processos aumentou entre os dois períodos, esta evolução é essencialmente explicada pela diminuição do tempo médio de atendimento⁵. As fases 8 e 9, relativas às vistorias, foram as que registaram um maior desvio. Contudo, os valores são enviesados pelo facto de um número significativo de processos não estar ainda concluído na data de extracção da informação, não tendo por isso atingido estas fases. As fases 4 e 6, relativas à emissão de pareceres pelas entidades consultadas e à comunicação à empresa do parecer final da entidade coordenadora, são as únicas em que existe um aumento do número médio de processos em atendimento.

⁴ O teste Kolmogorov-Smirnov confirma a razoabilidade deste pressuposto

⁵ Segundo informação da DRE LVT, os recursos afectos ao licenciamento são estáveis ao longo do período.

Figura 4 – Distribuição da probabilidade do número de processos em atendimento



6. Conclusões

A literatura económica prevê as condições em que se justifica a intervenção do Estado no funcionamento dos mercados, mas encara o custo da regulação excessiva da actividade económica como podendo constituir uma barreira à entrada de novas empresas, destacando os seus efeitos negativos em termos de investimento, emprego e crescimento económico. O Decreto-Lei nº 69/2003, de 10 de Abril, reforçado

pelos Decretos-Lei nº 183/2007, de 9 de Maio, e nº 288/2007, de 17 de Agosto, foi implementado precisamente com o objectivo de redução dos custos associados aos procedimentos burocráticos que as empresas suportam no licenciamento da actividade industrial.

Este trabalho baseia-se em informação sobre os processos de licenciamento tratados pela DRE entre 2003 e 2009 para avaliar os efeitos da legislação aprovada. Três conclusões principais podem ser apresentadas. A primeira conclusão é que houve uma melhoria significativa nos tempos médios de duração do licenciamento industrial entre 2003 e 2008 (redução em 74%, para 199 dias). Esta melhoria parece decorrer apenas parcialmente da legislação implementada em 2003, já que a redução dos tempos médios de duração do licenciamento apenas se verificou, imediatamente e de uma forma sustentada, em algumas das fases do licenciamento. A emissão de parecer por outras entidades, como as ARS, CCR ou outras, e mesmo a realização de vistorias (fase 9), apenas apresentaram uma tendência de redução após 2005, 1 ano e meio depois da alteração legislativa.

A informação disponível sugere ainda que houve um aumento da eficiência na resposta dada pela entidade coordenadora aos requerimentos das empresas. A redução dos tempo médios ocorrida nas fases que dependem da intervenção da DRE explicam 34% da totalidade dos ganhos (e 68% dos ganhos que são passíveis de atribuição a apenas uma entidade), enquanto que as fases dependentes da actuação das empresas registaram um contributo de 14,8% para a redução da duração média do licenciamento e a fase que depende de outras entidades apenas contribuiu com 2,4%.

Por último, apesar da melhoria verificada na celeridade do licenciamento ao longo do período, parece existir ainda margem para a redução dos prazos médios, especialmente no que se refere à emissão de pareceres pelas restantes entidades da administração pública consultadas. A legislação (Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro - Regime de Exercício da Actividade Industrial) implementada em Janeiro de 2009 aborda esta questão ao instituir o princípio geral do deferimento tácito para algumas dos prazos do processo de licenciamento e ao determinar que apenas os licenciamentos de Tipo 1, os mais exigentes em termos de pareceres, requerem autorização prévia para o início de actividade.

7. Referências

Alesina A., S. Ardagna, G. Nicoletti e F. Schiantarelli (2003), *Regulation and Investment*, OECD Economics Department Working Papers, nº 352, OECD Publishing. Doi: 10.1787/206618567362

Blanchard, O. e F. Giavazzi (2001), *Macroeconomic Effects of Regulation and Deregulation in Goods and Labor Markets*, NBER Working Papers nº 8120

Decreto-Lei nº 183/2007, de 9 de Maio

Decreto-Lei nº 288/2007, de 17 de Agosto

Decreto Regulamentar nº 8/2003, de 11 de Abril

Djankov, S., R. La Porta, F. Lopez-de-Silanes e A. Schleifer (2002), *The Regulation of Entry*, Quarterly Journal of Economics, February, pp. 1-37

Ferreira, Manuel A. (1992), *Introdução à Teoria das Filas de Espera*, Temas em Métodos Quantitativos para Gestão nº 8, Giesta, ISCTE

OCDE (2009), *Regulatory Management in Selected EU Member States: Background Report for Portugal*, Working Party on Regulatory Management and Reform, Paris

OCDE (2008), *OECD Economic Surveys – Portugal*, June

Pagliero, Mario (2010), *What is the Objective of Professional Licensing? Identification of a Static Model of Licensing*, Carlo Alberto Notebooks 106, Torino

Pigou, Arthur (1920), *The Economics of Welfare*, MacMillan and Co, Londres.

REAI (2008), *Regime de Exercício da Actividade Industrial*, Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro

RELAI (2003), Decreto-Lei nº 69/2003, de 10 de Abril

Stigler, George, 1971, *The Theory of Economic Regulation*, Bell Journal of Economics and Management Sciences II pp. 3-21

Tavares, José (2004), *Institutions and economic growth in Portugal: a quantitative exploration*, Portuguese Economic Journal 3, pp. 49-79, Springer-Verlag

Tullock, Gordon, 1967, *The Welfare Cost of Tariffs, Monopoly, and Theft*, Western Economic Journal V, pp. 224-232

UNCTAD, 1999. *World Investment Report 1998 – Trends and Determinants*, UNCTAD, New York

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>8 de Junho de 2010</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 8 de Junho de 2010 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pacto de Estabilidade e Crescimento: Os Ministros adoptaram a opinião do Conselho relativa ao programa de estabilidade do Chipre. Adicionalmente, o Conselho tomou nota da avaliação preliminar da Comissão referente às medidas adicionais de consolidação orçamental adoptadas por Portugal e Espanha, as quais serão avaliadas na próxima reunião de 13 de Julho, no âmbito dos respectivos procedimentos relativos aos défices excessivos. ▪ Preparação do Conselho Europeu de 17 de Junho <ul style="list-style-type: none"> a) Orientações Gerais de Política Económica: O Ecofin adoptou um projecto de Orientações Gerais de Política Económica (OGPE), que irá submeter ao Conselho Europeu para apreciação. b) Europa 2020: O Conselho aprovou conclusões relativamente à Europa 2020, a nova estratégia para o emprego e para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. A Europa 2020 deverá constituir um enquadramento coerente de instrumentos e políticas, permitindo uma acção mais coordenada dos estados-membros. Estas conclusões centram-se (i) nos trabalhos de definição dos objectivos da estratégia a nível comunitário e nacional, com orientações para a fixação destes últimos, (ii) na importância das OGPE como base legal para as recomendações ao abrigo 121.2 do Tratado e como instrumento para o fortalecimento da coordenação da política económica, (iii) no trabalho já realizado para definição dos constrangimentos macroeconómicos que causam limitações ao crescimento e ao emprego, (iv) na necessidade de melhor integrar os processos de supervisão dos programas de estabilidade e convergência com os programas nacionais de reforma. c) Medidas para reforçar a regulação financeira: Em resposta à solicitação do Conselho Europeu de Março, o ECOFIN adoptou um relatório sobre o progresso de diversos <i>dossiers</i> relativos à reforma do sector financeiro. Entre os temas abordados no relatório destacam-se as “Estratégias de Saída do Sector Financeiro”, a “Supervisão Financeira Europeia”, a “Gestão de Crises”, as “Infra-estruturas de Mercado” e, ainda, a introdução de uma taxa sobre as instituições financeiras. d) Estratégias de saída no domínio orçamental: O Conselho aprovou um relatório sobre os progressos realizados no desenvolvimento de uma estratégia de saída para a retirada das medidas de estímulo orçamental introduzidas como resposta à crise económica. e) Preparação da Cimeira do G20: Tendo em vista a preparação da Cimeira em Toronto, nos dias 26 e 27 de Junho, o Ecofin decidiu enviar ao Conselho Europeu os termos de referência já preparados para reunião ministerial do mesmo Grupo. O enfoque desta Cimeira será a recuperação da crise económica e financeira global e a implementação dos compromissos adoptados em Cimeiras anteriores. ▪ Relatórios de convergência da Comissão e do BCE - alargamento da área do euro: Os Ministros avaliaram os progressos realizados pela Estónia no cumprimento dos critérios de convergência definidos no Tratado para adesão à moeda única, concluindo que este estado-membro satisfaz todas as condições necessárias para a adopção do euro, a partir de 1 de Janeiro de 2011. O Ecofin irá apresentar a decisão final sobre esta matéria a 13 de Julho, após consulta

ao Parlamento Europeu.

- **Task Force relativa à Governação Económica:** O Ecofin apoiou os progressos registados na discussão até à data, os quais se têm centrado no fortalecimento da disciplina orçamental no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento e nas modalidades para uma maior supervisão dos desequilíbrios macroeconómicos dos estados-membros.

O **Conselho Europeu**, reunido no dia 17 de Junho, confirmou os cinco objectivos da nova Estratégia Europa 2020, os quais deverão nortear a acção da UE e dos estados-membros nos próximos dez anos. Estes objectivos centram-se nas áreas da: (i) empregabilidade, (ii) investigação e o desenvolvimento, (iii) economia mais verde, (iv) educação e (v) pobreza e inclusão social.

Em termos do reforço da governação económica, o Conselho Europeu aprovou (i) o reforço do Pacto de Estabilidade e Crescimento, (ii) o maior enfoque na dívida pública, (iii) a revisão do actual calendário de apresentação à Comissão dos programas de estabilidade e convergência, (iv) a necessidade de regras e quadros orçamentais nacionais; (v) a necessidade de assegurar a qualidade dos dados estatísticos, (ii) a criação de painel de avaliação relativo os desequilíbrios da competitividade para uma rápida detecção de tendências insustentáveis, bem como o desenvolvimento de um quadro de supervisão eficaz, que tenha em conta a situação de cada estado-membro da área do euro neste domínio.

No que se refere ao sector financeiro, o Conselho Europeu tomou a decisão de publicar os *stress tests* (teste de esforço) dos bancos europeus, bem como de defender no seio do G20 um imposto sobre transacções financeiras (*financial transaction tax*) a nível mundial. Por outro lado, assumiu preferência por soluções nacionais, que poderão ser concretizadas de formas diferentes, relativamente à implementação da orientação de fazer o sector financeiro contribuir para custear a recuperação de uma crise.

Conclusões do Conselho Europeu

As conclusões do Conselho Europeu de 17 de Junho de 2010 incidiram sobre uma série de áreas, das quais se destacam: Uma nova estratégia europeia para o emprego e o crescimento; Objectivos de desenvolvimento do milénio; Alterações climáticas.

No âmbito da **nova estratégia europeia para o emprego e o crescimento**, as conclusões do Conselho passaram por:

Ultimação e implementação da Estratégia "Europa 2020"

- ♦ O Conselho Europeu ultimou a nova estratégia da União Europeia para o emprego e um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. A nova estratégia dá resposta ao desafio que representa a reorientação das políticas centradas na gestão da crise, voltando - as para a introdução de reformas de médio e longo prazo que fomentem o crescimento e o emprego e garantam a sustentabilidade das finanças públicas, nomeadamente através da reforma dos regimes de pensões.
- ♦ Os Estados-Membros estão determinados a garantir a sustentabilidade orçamental e a atingir sem demora as metas orçamentais.
- ♦ O Conselho Europeu confirmou os cinco grandes objectivos da UE, que constituirão objectivos comuns pelos quais se pautará a acção dos Estados-Membros e da União para promover o emprego, melhorar as condições para a investigação e o desenvolvimento, cumprir os objectivos a que se propuseram em termos de alterações climáticas e energia, melhorar os níveis educativos e promover a inclusão social, especialmente através da redução da pobreza.
- ♦ Os Estados - Membros devem agora tomar medidas para implementar estas prioridades políticas a nível nacional e os progressos para alcançar os grandes objectivos comuns serão periodicamente analisados.

Reforço da governação económica

- ◆ O reforço da coordenação da política económica constitui uma prioridade crucial e urgente.
- ◆ As regras actuais sobre disciplina orçamental devem ser implementadas integralmente.

Regulamentação dos serviços financeiros

- ◆ Concluir com urgência as reformas necessárias para restaurar a solidez e a estabilidade do sistema financeiro europeu.
- ◆ Introduzir sistemas de taxas e impostos sobre as instituições financeiras para garantir uma justa repartição dos encargos e criar incentivos para conter o risco sistémico.

Em termos de **objectivos de desenvolvimento do milénio**, o Conselho Europeu reiterou o seu compromisso de alcançar até 2015 as metas de ajuda ao desenvolvimento, tal como estipulado nas conclusões de Junho de 2005, e acordou em analisar anualmente esta questão com base num relatório elaborado pelo Conselho.

No quadro das **alterações climáticas**, o Conselho Europeu tomou nota da comunicação da Comissão que analisa as opções para ir além do objectivo de 20 % de redução das emissões de gases com efeito de estufa e avalia o risco de fuga de carbono.

1.ª Edição do Programa Inov-Export

Em 7 de Junho de 2010 foi lançada a 1.ª Edição do Programa Inov-Export. Trata-se de uma iniciativa que visa apoiar a inserção de jovens licenciados em PME nacionais exportadoras ou potencialmente exportadoras, nomeadamente através de estágios profissionais remunerados e de eventual contratação futura. Pretende-se incentivar a introdução nos quadros das PME portuguesas de profissionais especializados no domínio do comércio internacional, marketing, gestão, relações internacionais e novas tecnologias, consolidar o conhecimento sobre mercados internacionais nas empresas e estimular as suas exportações e/ou processo de internacionalização.

Trata-se de uma acção promovida pelo Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, gerida pela Aicep Portugal Global, em articulação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

Anualmente são seleccionados pela AICEP, até 500 estágios que irão decorrer nas PME beneficiárias, conforme candidatura apresentada por estas. Cada edição do INOV-Export terá a duração de cerca de nove meses.

Linha de crédito PME Investe VI

O Governo aprovou na reunião de Conselho de Ministros de 8 de Junho de 2010 a criação de uma linha de crédito de 1 250 milhões de euros para apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME Investe VI), incluindo uma parcela de 450 milhões para empresas exportadoras e outra de 350 milhões para micro e pequenas empresas.

As empresas que não beneficiaram deste instrumento no passado podem beneficiar de uma taxa de garantia de 60%, mantendo *spreads* particularmente competitivos.

As iniciativas PME Investe permitiram, até agora, o acesso de 50 mil empresas a um volume de crédito superior a 5,7 mil milhões de euros.

Programa + Viável

Em 13 de Junho de 2010 o governo apresentou o Programa + Viável, uma iniciativa de apoio à viabilização e regularização de contribuintes com dívida à Segurança Social, que responde ao contexto económico actual, ajustando o pagamento de dívidas à disponibilidade financeira das empresas e que se enquadra no esforço global para recuperar 400 milhões de euros de dívida este ano.

O programa visa adaptar a cobrança da dívida à capacidade e actividade

INICIATIVA	SUMÁRIO
	<p>económica do contribuinte, conferindo aos contribuintes em situação de incumprimento a oportunidade de regularizarem a sua situação perante a Segurança Social de uma forma faseada.</p> <p>As medidas previstas no programa passam pelo alargamento dos prazos de pagamento para as pessoas colectivas e singulares, entre outras medidas.</p>
<p>Declaração Conjunta sobre a mobilidade eléctrica na Europa</p>	<p>Na reunião do Conselho Europeu de Ministros sobre Competitividade, realizada em 25 de Maio de 2010, foi aprovada uma posição comum da União Europeia de aposta na mobilidade eléctrica relativamente à modernização do parque automóvel na linha da produção de veículos ecologicamente mais avançados e amigos do ambiente.</p> <p>No âmbito da reunião, Portugal, Espanha, França e Alemanha, apresentaram uma declaração conjunta sobre a mobilidade eléctrica na Europa, sublinhando a importância estratégica da colocação dos veículos eléctricos no centro das prioridades de desenvolvimento e competitividade a nível europeu e da criação de normas comuns e integradas de carregamento de baterias, assumindo o objectivo de apresentação de uma proposta de uma norma europeia comum para os veículos eléctricos, no ano de 2011.</p>
<p>Energia das ondas do mar</p>	<p>O Conselho de Ministros de 17 de Junho de 2010 aprovou os termos da concessão da exploração de uma zona piloto situada ao largo de S. Pedro de Moel e identificada no Decreto-Lei n.º 5/2008, de 8 de Janeiro, para a produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas do mar. A concessão é atribuída a uma sociedade a constituir pela REN, que deterá integralmente o seu capital social inicial, o qual deverá ser sempre maioritariamente público.</p> <p>O ritmo de crescimento das energias renováveis permitiu já uma poupança de 500 milhões de euros em combustíveis fósseis, considerando a meta estabelecida por Portugal de reduzir em 2 mil milhões de euros as importações de combustíveis fósseis até 2020.</p>
<p>Programa PROVE PORTUGAL</p>	<p>No âmbito do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento foi lançado, em 15 de Junho de 2010, o Programa PROVE PORTUGAL, que pretende, através de um conjunto diversificado de iniciativas, potenciar a tradição gastronómica e vitivinícola de Portugal e promover uma oferta estruturada deste produto turístico, consolidando Portugal como destino gastronómico de excelência.</p> <p>O Programa PROVE PORTUGAL contempla um conjunto diversificado de acções visando dar resposta a três áreas fundamentais: divulgar e promover a gastronomia; qualificar os recursos; e valorizar os produtos, podendo incorporar novas iniciativas de parceiros públicos e privados que se enquadrem nos seus objectivos. Para o efeito, conta com a mobilização de múltiplos agentes públicos e privados, nomeadamente, entidades ligadas à hotelaria e restauração, à agricultura e pescas, aos vinhos e aos produtores.</p>

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Medida INOV - SOCIAL</i></p> <p>Portaria n.º 285/2010 - I Série n.º 101, de 25/5</p>	<p>Altera o Regulamento da Medida INOV-SOCIAL, aprovado pela Portaria n.º 154/2010, de 11 de Março. A presente renovação desta medida veio alargar o âmbito da área de intervenção ao nível das entidades beneficiárias e das áreas de qualificação superior dos jovens destinatários da medida, bem como do número de jovens que poderão dela beneficiar. A presente portaria aplica-se apenas às candidaturas apresentadas a partir da data da sua entrada em vigor, ou seja, no dia seguinte ao da sua publicação.</p>
<p><i>Participações qualificadas do sector financeiro</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 52/2010 2010 - I Série n.º 102, de 26/5</p>	<p>Aprova normas processuais e critérios para a avaliação prudencial dos projectos de aquisição e de aumento de participações qualificadas em entidades do sector financeiro, transpondo a Directiva n.º 2007/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	5 de Setembro. As alterações introduzidas pelo presente decreto-lei não se aplicam aos requerimentos pendentes à data da respectiva entrada em vigor.
«Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+» Portaria n.º 294/2010 - I Série n.º 105, de 31/5	Primeira alteração à Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+». Concede, ao abrigo das medidas «Contrato emprego - inserção» e «Contrato emprego - inserção+», prioridade no acesso a estas oportunidades àqueles que auferem prestações iguais ou inferiores à remuneração mínima mensal garantida (RMMG).
<i>Serviços de comunicações electrónicas</i> Decreto-Lei n.º 56/2010 - I Série n.º 106, de 1/6	Estabelece limites à cobrança de quantias pela prestação do serviço de desbloqueamento dos aparelhos que permitem o acesso a serviços de comunicações electrónicas, garantindo os direitos dos utilizadores e promovendo uma maior concorrência neste sector. A fiscalização do disposto no presente diploma compete ao ICP-Autoridade Nacional de Comunicações (ICP- ANACOM). O presente decreto - lei entra em vigor no prazo de 90 dias a contar da data da sua publicação.
<i>Fundo de Apoio à Internacionalização e Exportação (FAIE)</i> Decreto-Lei n.º 57/2010 - I Série n.º 106, de 1/6	Cria o Fundo de Apoio à Internacionalização e Exportação (FAIE), que visa apoiar operações de desenvolvimento das pequenas e médias empresas portuguesas em mercados internacionais. O regulamento de gestão do FAIE é aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área da economia, no prazo de 60 dias a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei. Os fins do FAIE são: a) Assegurar o alargamento do número de empresas de base exportadora; b) Promover o aumento da actividade de exportação das actuais empresas exportadoras; c) Promover o aumento do número de empresas nacionais internacionalizadas, com presença efectiva no exterior; d) Diversificar os mercados geográficos de exportação das empresas portuguesas de bens e serviços transaccionáveis; e) Aumentar o valor acrescentado e o nível tecnológico das exportações portuguesas; f) Aumentar a visibilidade das empresas nacionais. Todos os investimentos ou financiamentos a realizar pelo FAIE devem respeitar as disposições nacionais e comunitárias relativas à utilização de recursos públicos.
<i>Gabinetes de inserção profissional</i> Portaria n.º 298/2010 - I Série n.º 106, de 1/6	Primeira alteração à Portaria n.º 127/2009, de 30 de Janeiro, que cria e regula o funcionamento dos gabinetes de inserção profissional. Visa melhorar os níveis de contratualização de objectivos e estabelecer uma maior correlação entre os resultados alcançados e os apoios financeiros a conceder.
<i>Embalagens aerossóis</i> Decreto-Lei n.º 61/2010 - I Série n.º 111, de 9/6	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/47/CE, da Comissão, de 8 de Abril, que altera, para fins de adaptação ao progresso técnico, a Directiva n.º 75/324/CEE, do Conselho, de 20 de Maio, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes às embalagens aerossóis. O presente decreto-lei aplica-se aos conjuntos constituídos por um recipiente não reutilizável de metal, vidro ou plástico contendo um gás comprimido, liquefeito ou dissolvido sob pressão, com ou sem líquido, pasta ou pó e provido de uma válvula que permita a saída do conteúdo sob a forma de partículas sólidas ou líquidas em suspensão num gás, ou sob a forma de espuma, de pasta ou de pó, ou no estado líquido. A fiscalização do cumprimento do disposto no presente decreto-lei compete à ASAE e à DGAIEC, sem prejuízo do exercício de poderes de fiscalização atribuídos por lei a outras entidades.
<i>Certificados do Tesouro</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2010 - I Série n.º 112, de 11/6	Cria um novo instrumento representativo de dívida pública, designado por Certificados do Tesouro (CT). Tendo como finalidade promover a poupança de longo prazo dos cidadãos e de dinamizar o mercado de dívida pública, é autorizada a emissão de CT, isto é, de instrumentos representativos de dívida pública com uma remuneração que tem por referência a das Obrigações de Tesouro, para períodos de permanência iguais ou superiores a cinco anos, ou a dos Bilhetes do Tesouro ou Euribor a 12 meses, para períodos de permanência inferiores. Os CT são inscritos em contas abertas junto do IGCP em nome dos respectivos titulares. As condições de remuneração dos CT vigentes à data da respectiva subscrição não podem ser alteradas em sentido desfavorável ao aforrador durante o prazo de 10 anos contado a partir da data de subscrição das respectivas unidades. A presente resolução entra em vigor a partir de 1 de Julho de 2010.
<i>Tarifas de gás natural</i> Decreto-Lei n.º 66/2010 - I Série n.º 112, de 11/6	Estabelece o procedimento aplicável à extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumos anuais superiores a 10 000 m ³ .

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Protecção familiar e de solidariedade</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 70/2010 - I Série n.º 115, de 16/6</p>	<p>Estabelece as regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação das condições de recursos a ter em conta no reconhecimento e manutenção do direito às seguintes prestações dos subsistemas de protecção familiar e de solidariedade: a) Prestações por encargos familiares; b) Rendimento social de inserção; c) Subsídio social de desemprego; d) Subsídios sociais no âmbito da parentalidade. Para efeitos da verificação da condição de recursos, consideram-se os seguintes rendimentos do requerente e do seu agregado familiar: a) Rendimentos de trabalho dependente; b) Rendimentos empresariais e profissionais; c) Rendimentos de capitais; d) Rendimentos prediais; e) Pensões; f) Prestações sociais; g) Apoios à habitação com carácter de regularidade; h) Bolsas de estudo e de formação. O presente decreto-lei entra em vigor no 1.º dia do 2.º mês seguinte ao da sua publicação.</p>
<p><i>Organismos e fundos de investimento</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 71/2010 - I Série n.º 117, de 18/6</p>	<p>Approva o regime jurídico dos organismos de investimento colectivo em valores mobiliários sob a forma societária e dos fundos de investimento imobiliário sob a forma societária. Possibilita, assim, a constituição de organismos de investimento colectivo (OICVM) e de fundos de investimento imobiliário (FII) sob forma societária, designando-os respectivamente por sociedades de investimento mobiliário (SIM) e por sociedades de investimento imobiliário (SIIMO).</p>
<p><i>Subsídio de desemprego</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 72/2010 - I Série n.º 117, de 18/6</p>	<p>Estabelece medidas para reforçar a empregabilidade dos beneficiários de prestações de desemprego e o combate à fraude na atribuição de prestações sociais, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/84, de 18 de Abril. Para efeitos do presente diploma é considerado desemprego toda a situação decorrente da perda involuntária de emprego do beneficiário com capacidade e disponibilidade para o trabalho, inscrito para emprego no centro de emprego. O presente diploma entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação, sem prejuízo da alteração ao n.º 2 do artigo 24.º e a revogação do n.º 3 do artigo 24.º e do artigo 25.º do Decreto – Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, alterado pelo Decreto – Lei n.º 68/2009, de 20 de Março, e pela Lei n.º 5/2010, de 5 de Maio, que entram em vigor no 1.º dia do 2.º mês seguinte ao da publicação do presente decreto – lei.</p>
<p><i>Medidas no âmbito do Programa Qualificação Emprego</i></p> <p>Portaria n.º 353/2010 - I Série n.º 118, de 21/6</p>	<p>Procede à revogação das medidas transitórias e excepcionais inseridas no âmbito do Programa Qualificação Emprego instituídas para o ano de 2010, cuja entrada em vigor é o dia 1 de Julho de 2010. Procede, ainda, à revogação do apoio concedido às entidades empregadoras, de redução de três pontos percentuais da taxa contributiva.</p>
<p><i>Regimes temporários no âmbito de PEC</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 77/2010 - I Série n.º 121, de 24/6</p>	<p>Regula a eliminação de vários regimes temporários, no âmbito da concretização de medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013. Procede à revogação dos seguintes regimes transitórios e excepcionais: a) Redução do prazo de garantia para a atribuição do subsídio de desemprego; b) Prorrogação por um período de seis meses da atribuição de subsídio social de desemprego; c) Majoração do subsídio de desemprego a desempregados com filhos a cargo. Determina, ainda, o pagamento do montante adicional do abono de família apenas para o 1.º escalão. Os beneficiários do subsídio social de desemprego que, à data da entrada em vigor do presente decreto-lei, estejam a receber o prolongamento do subsídio social de desemprego mantêm o respectivo direito até ao termo da prestação. O presente diploma produz efeitos a 1 de Julho de 2010.</p>

Abreviaturas Utilizadas

